



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Camila de Freitas Silva

A República vira notícia: narrativas no calor da hora

São Gonçalo
2012

Camila de Freitas Silva

A República vira notícia: narrativas no calor da hora

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Leticia Corrêa
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães

São Gonçalo
2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S586 Silva, Camila de Freitas.
TESE A República vira notícia: narrativas no calor da hora /Camila de Freitas Silva.
– 2012.
104 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Leticia Corrêa.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Brasil – História – Proclamação da República - 1889 – Teses. 2.
Imprensa – 1889 - Teses. 3. Historiografia – Teses. I. Corrêa, Maria Leticia. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

CDU 981"1889"

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Camila de Freitas Silva

A República vira notícia: narrativas no calor da hora

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 13 de agosto de 2012.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Leticia Corrêa
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães
UNIRIO

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Christiane Vieira Laidler
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof.^a Dra. Angela Maria de Castro Gomes
UFF/CPDOC

DEDICATÓRIA

Para Diogo Bogéa

AGRADECIMENTOS

Um trabalho intelectual nunca é feito individualmente. Diversas pessoas e instituições colaboram, direta ou indiretamente, para o sucesso do trabalho. Nada mais justo do que lhes dar o crédito que merecem.

Primeiramente, agradeço a CAPES pelo financiamento, tornando possível a realização material deste trabalho. Agradeço também aos funcionários do IHGB e da Biblioteca Nacional pela atenção e auxílio durante os meses de pesquisa de fontes.

Agradeço a professora Maria Letícia Corrêa pela orientação durante estes dois anos e pelos muitos emails trocados, fossem duas horas da tarde ou da manhã. Por toda compreensão nos momentos mais difíceis e pela solicitude com que respondeu cada uma das minhas muitas questões.

Ao professor Marcelo Magalhães agradeço todo o incentivo para me aventurar nesta nova empreitada e pelos já cinco anos de orientação, desde a graduação até aqui. Foi através de sua pesquisa de iniciação científica que, há muitos anos atrás, conheci e me apaixonei pelos estudos sobre a Primeira República. O entusiasmo e a paixão que demonstrou pelo seu próprio trabalho me estimularam a me enveredar pelo meu.

Às professoras Angela de Castro Gomes e Tânia Bessone agradeço as sugestões e intervenções sempre muito oportunas, que ajudaram a enriquecer este trabalho.

Aos meus pais, por todo carinho, dedicação e incentivo, meu muito obrigado. Não seria possível chegar até aqui sem a ajuda de vocês. À minha irmã, que nunca me perdoaria se a esquecesse, agradeço por, quando ainda precisávamos nos alternar para utilizar o computador, compreender, ainda que contra a vontade, que eu simplesmente precisava monopolizá-lo.

Aos meus amigos e familiares, por compreenderem, embora não sem reclamar, minhas ausências nas festas e encontros, quando eu, envolvida até o limite, simplesmente não podia fazer ou falar de qualquer outra coisa.

Aos amigos PPGHS/UERJ, agradeço os almoços compartilhados, as risadas e os encontros. Agradeço as dicas, sugestões, discussões de textos e o desespero compartilhado. São tantas histórias e tantas lembranças. Como esquecer a Anpuh 2011? Andréa, Gabriel, Gelson, Leonardo, Rosângela e, principalmente, Francês, Marcelo, Melissa, Renata, Rozely, Sara, Thiago e Vinicius, amigos que se tornaram irmãos, vocês tornaram essa caminhada mais leve. Não poderia esquecer também a Larissa, que mesmo não sendo do mestrado, esteve sempre presente.

Não poderia esquecer também de Ana Paula, amiga de infância com quem compartilhei o Ensino Fundamental, Ensino Médio e o amor pela História, ainda que em faculdades distintas. Obrigada também pelas dicas e sugestões. Por ouvir minhas reclamações e por reclamar comigo.

Por fim, agradeço ao Diogo, por toda compreensão e carinho durante esse período. Por ouvir, mais que qualquer um, minhas reclamações. Por me acalmar quase que diariamente nestes últimos meses de fechamento da escrita. Pela revisão dos textos e trabalhos. Esta conquista também é sua.

Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. Ouvia umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério, etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias. Não juro que assim fosse, porque o dia vai longe, e as pessoas não eram conhecidas.

Machado de Assis

RESUMO

SILVA, Camila de Freitas. *A República vira notícia: narrativas no calor da hora*. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

O objetivo desta dissertação foi identificar, em editoriais, artigos e notícias publicados em três importantes jornais da cidade do Rio de Janeiro no período entre 16 e 30 de novembro de 1889 - *O Paiz*, a *Gazeta de Noticias* e o *Jornal do Commercio* - os discursos apresentados sobre a República recém proclamada no Brasil. Segue-se o entendimento de que a ação da imprensa, nos dias imediatos após o golpe de 15 de novembro, foi uma das vias para a legitimação do novo regime, tendo concorrido para a construção de uma imagem e de uma memória positivas acerca da Proclamação da República. O estudo dos textos de imprensa foi cotejado com a análise de historiografia sobre o tema e com testemunhos contemporâneos aos eventos, revelando-se a presença, nesses, das narrativas construídas pelos jornais. Foram levantadas as notícias sobre manifestações populares diante do 15 de novembro e as transcrições, nos jornais cariocas analisados, de notícias sobre a Proclamação veiculadas nos estados, problematizando-se a ideia de um "povo" que teria se eximido de manifestar-se frente à mudança do regime.

Palavras-chave: Proclamação da República. Imprensa. Historiografia.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to search in articles published in three major newspapers in the city of Rio de Janeiro - *O Paiz*, *Gazeta de Noticias* and *Jornal do Commercio* - what were the discourses made on the newly proclaimed Republic in Brazil. We understand that these discourses will be one of the ways to legitimize the new regime and to build a positive image and a positive memory about the Proclamation. The study of media texts was collated with the analysis of historiography on the subject and the witnesses to contemporary events, revealing the presence in these, the narratives constructed by the newspapers. The analysis also aimed to assess the news about November 15th and the transcription of the reactions, at Rio de Janeiro's journals, of the proclaimed Republic in the states, questioning the idea of a "people" who would be exempt from manifest against the change of the regime.

Keywords: Press. Proclamation of the Republic. Historiography.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRAFICA	18
1.1	Interpretações contemporâneas	19
1.2	Um balanço das primeiras contribuições	27
2	NARRATIVAS NO "CALOR DA HORA"	35
2.1	A imprensa carioca no final do século XIX	37
2.2	Narrativas sobre o 15 de novembro	49
2.3	A queda do regime e banimento da família real	62
2.4	A repercussão da proclamação nos estados	68
3	AS MANIFESTAÇÕES POPULARES	73
3.1	Manifestações populares na cidade do Rio de Janeiro	77
3.2	Batalhões populares	85
3.3	Subscrição popular	86
3.4	Bandeira nacional	89
3.5	Reações ao redor dos estados	92
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

A Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, levou ao fim a Monarquia que desde a independência se mantinha no Brasil. Para os republicanos, um passo inevitável. Para os monarquistas, a triste inserção do Brasil no quadro latino-americano, marcado pelo protagonismo dos militares¹. Sobre a participação popular no episódio, temos a visão tão difundida a partir da frase de Aristides Lobo, jornalista republicano, de um povo “bestializado” e, mais recentemente, a partir do livro de José Murilo de Carvalho, de um povo “bilontra”, que não se manifestou por vontade própria, por saber que também estaria vetado de participação no plano político-institucional². Maria Tereza Chaves de Mello, em seu livro *A República Consentida*, critica tal posição, que insinuaria que a não participação poderia ser entendida como sinal do “desapreço do povo brasileiro pela República e, por derivação, sua vinculação à Monarquia³”.

No dia 15 de novembro, no atual Campo de Santana, proclamou-se a República e caiu o último gabinete do império diante de um grande número de militares que se encontravam a postos, esperando ordens, dispostos a travar uma batalha, se necessário. Essa batalha, porém, nunca ocorreu. O mais perto que se chegou de um conflito foi uma troca de tiros entre um oficial e o Barão do Ladario que, em vão, tentou disparar sua arma. Para o seu azar, ela não funcionou e ele acabou ferido por três tiros. Ainda assim, nada grave.

O fim de um regime político não ocorre de uma hora para outra, ao acaso. O Império já vinha perdendo prestígio há algum tempo. As constantes eleições fraudulentas; as reações dos militares após a guerra do Paraguai, que queriam mais direitos e reconhecimento; a abolição da escravidão, em 1888, que, se por um lado agradou a muitos, por outro desagradou a boa parte dos grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense; e a resistência do governo em implantar reformas foram questões que contribuíram para esse desfecho. Ainda assim, a

¹CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Edur, 2007. p. 9.

República não era inevitável como afirma certa historiografia. Ao contrário, foi um golpe audacioso, envolvendo certo risco político.

Para Mello, outras questões também estavam relacionadas à desestabilização do regime monárquico. Além dos aspectos econômicos e políticos já citados, a autora destaca o desmonte do sistema simbólico que legitimava a Monarquia. Impulsionados por uma nova cultura democrática e científica, intelectuais desenvolveram críticas constantes ao sistema monárquico, atacando suas bases de sustentação, levantando polêmicas, provocando a “deslegitimação simbólica e teórica do regime⁴”.

Ainda assim, o resultado do golpe era incerto. Para Castro, “o elemento surpresa e a falta de reação do governo levaram ao sucesso do golpe e desencorajaram possíveis reações contrárias⁵”, o que não significa dizer que não houve resistências à proclamação. Há notícias de revoltas na Bahia, no Mato Grosso, no Desterro, atual Florianópolis, entre outras localidades do país.

Os monarquistas, divididos em restauradores – que queriam a volta do regime deposto – e adesistas – que, apesar de vinculados à política imperial, aceitaram a instauração da República –, formavam um grupo que esteve sempre envolvido nas disputas políticas nos primeiros anos republicanos, dificultando a consolidação do novo regime. Confiavam na possibilidade de rearticulação da sua força política diante das eleições para a Constituinte e esperavam, por meio de um plebiscito, impedir que fosse referendada a ação dos militares no 15 de novembro, torcendo para que novas crises levassem ao fim do regime e à restauração do anterior. Para além das questões concernentes à República, existiam ainda aquelas sobre a própria restauração. Caso fosse confirmada essa hipótese, seria preciso lidar com o problema da sucessão monárquica, com a falta de reação do antigo governo, principalmente de Pedro II, diante da proclamação da República e, ainda, com o fracasso do último gabinete do império⁶. Vale lembrar ainda a falta de unidade entre os militares, já mencionada, o que levou também à falta de unidade na questão de um plano político-institucional a ser seguido. A república foi instaurada, mas ainda precisava ser consolidada, legitimada e institucionalizada.

A mudança do regime implica uma reorganização não só política e institucional. É necessária a montagem de uma nova memória nacional, mobilizando-se símbolos de coesão e

⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Edur, 2007. p. 13.

⁵ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 76.

⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, p. 175, 1989.

formas de legitimação do novo regime, apesar da forma como se deu sua implantação, por meio de um golpe de Estado. E na construção desse imaginário social, na divulgação da nova ordem, a imprensa tem seu papel⁷.

No dia 16 de novembro, os jornais da antiga corte anunciavam as primeiras notícias sobre a proclamação. O Brasil tornara-se uma República, e nossa questão encontra-se dentro desse universo de notícias.

Nas páginas dos jornais, um discurso sobre o acontecimento ia sendo escrito, ainda que a posição destes pudesse estar já definida. Uma história móvel, que ainda caminhava para o estabelecimento dos símbolos que permaneceriam. Heróis são exaltados, a versão do acontecimento vai se delineando conforme as notícias chegam. É o presente se fazendo e se tornando passado. Nesse movimento, “cada momento presente e cada crise ou mudança na sociedade permitem que se construa uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas devem ser lembrados e quais devem passar ao esquecimento⁸”.

Nosso objetivo nesta dissertação é analisar o conteúdo presente no discurso dos jornais de grande circulação do Rio de Janeiro sobre a proclamação da República no “calor da hora”, buscando compreender de que forma se construiu, na imprensa, uma determinada interpretação histórica da Proclamação da República. Para tal, selecionamos três jornais: *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. E, como queremos analisar o discurso imediato sobre o evento, nos limitaremos às notícias publicadas entre 15 e 30 de novembro. O motivo desse corte cronológico encontra-se dentro do objetivo de uma análise de memórias produzidas como história imediata, a medida que se dão os próprios acontecimentos tomados por objeto⁹.

Entendemos que esse discurso será uma das vias para a autenticação do novo regime que surgiu de um golpe e para a construção de uma história sobre o acontecimento. A imagem que os periódicos criaram e divulgaram em suas páginas teria, então, como afirma Lúcia Lippi em seu artigo sobre as festas republicanas, preenchido “tanto uma função explicativa capaz de fornecer parâmetros para a compreensão do momento presente quanto uma função mobilizadora, quando o objetivo é alterar a ordem estabelecida¹⁰”.

⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, p. 175, 1989.

⁸ *Idem*. p. 174.

⁹ *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* são parte do acervo da seção de periódicos da Biblioteca Nacional. Já a *Gazeta de Notícias* foi pesquisada no IHGB.

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.* p. 175.

Algumas questões balizaram a nossa análise. De que maneira os principais jornais brasileiros noticiaram um evento do porte de uma mudança de regime político como a proclamação da República? Quais interesses motivaram os diversos discursos construídos na imprensa acerca do evento? Qual a imagem da proclamação da República que se construiu através da imprensa da época?

Para dar conta dessas questões, dividimos este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, *A Proclamação da República – uma discussão historiográfica*, fizemos uma discussão da historiografia, incluindo tanto trabalhos contemporâneos quanto obras escritas por autores que testemunharam a mudança do regime. Procuramos compreender, nesse sentido, como os diversos autores trabalharam a questão da proclamação da República.

O trabalho de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República* (1977)¹¹, é um marco na historiografia sobre o tema. Discutindo as interpretações até então existentes para a queda do regime monárquico, a autora faz uma revisão crítica da historiografia sobre a Primeira República, apontando para o caráter “superficial” das mesmas. Analisando as transformações ocorridas durante o século XIX, Viotti da Costa afirma que a instauração do regime republicano foi possível devido a mudanças ocorridas na ordem econômica e social, que enfraqueceram as bases do sistema monárquico.

Destacamos ainda os trabalhos de José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas* (1990)¹², Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* (1989)¹³, e Celso Castro, *Os Militares e a República* (1995)¹⁴. O primeiro, analisando os modelos de República a serem seguidos, segundo os diferentes atores que participaram da proclamação, que implicavam, respectivamente, distintos projetos políticos para o país, e as disputas em torno de um mito de origem, durante a Primeira República, que os expressavam. Além disso, o autor discute ainda a formação de um imaginário republicano. Já em *A invenção do trabalhismo*, Angela de Castro Gomes compreende a fase inicial da República como marcada pela incerteza política e por disputas que iam além das oposições entre monarquistas e republicanos. Dessa forma,

¹¹ COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

¹⁴ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

existiriam divergências entre os próprios republicanos, que discordavam quanto à organização do novo regime e seu funcionamento. Celso Castro, em contrapartida a explicações cristalizadas sobre a proclamação, apontou a falta de unidade entre os militares, destacando como centrais na organização do golpe republicano um grupo específico de oficial ao qual chamou de “mocidade militar”, jovens estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha.

A respeito das obras publicadas por autores que vivenciaram a proclamação, analisamos os textos: *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*, de Joaquim José de Carvalho, publicado em 1889¹⁵; *Galeria histórica da revolução brasileira*, de Urias Silveira, publicado em 1890¹⁶; e *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*, de M. E. de Campos Porto, também publicado em 1890¹⁷, destacando a influência dos discursos enunciados nos textos de imprensa nessas interpretações. Apontamos ainda a ideia de um “interdito”, em relação à proclamação da República, presente nos textos de alguns cronistas, que vai se traduzir nos primeiros textos de História sobre o assunto.

No segundo capítulo, *As narrativas no “calor da hora”*, analisamos as notícias relativas ao 15 de novembro, avaliando posicionamentos e discursos realizados no “calor da hora”. Desenvolvemos nossa análise a partir de três eixos: as narrativas construídas pela imprensa a respeito da proclamação da República e do novo governo, ou seja, como foi narrada, nos jornais, a instauração do regime republicano; a queda do antigo regime e o banimento da família real, destacando as representações sobre a Monarquia e sobre a família real, construídas pelos jornais; e a repercussão do acontecimento nos outros estados, noticiadas na imprensa carioca.

Dialogando com José Murilo de Carvalho, em *A Formação das Almas*¹⁸, destacamos neste capítulo os modelos de República defendidos pelos periódicos e as disputas em torno de um mito de origem e dos “heróis” do movimento que levou à proclamação. Essas lutas em torno da memória republicana implicavam projetos bem definidos sobre o modelo republicano a ser instaurado. Personagens centrais neste sentido são Quintino Bocaiúva, que representava

¹⁵ CARVALHO, Joaquim José de. *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1889.

¹⁶ SILVEIRA, Urias Antonio da. *Galeria histórica da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert & C., 1890.

¹⁷ PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... op. cit.*

a República liberal; Benjamin Constant, que representava a República “sociocrática”, inspirada na doutrina positivista; e o Marechal Deodoro da Fonseca, que representava a “República militar”.

Para subsidiar a análise dos textos dos jornais, apresentamos neste capítulo um panorama da imprensa carioca no final do século XIX e informações sobre as folhas selecionadas, de forma a compreender seus posicionamentos diante da proclamação da República, que conformará os discursos veiculados sobre o acontecimento. Apontamos ainda o caráter pedagógico da imprensa no período e a crença dos jornalistas em sua função de “formadores de opinião”.

Para traçar um panorama da imprensa no período analisado na dissertação, foram consultados a tese de doutorado de Marialva Barbosa, *Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*¹⁹, e seu livro: *História Cultural da Imprensa*²⁰, o livro de Nelson Wenerck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*,²¹ e o livro organizado por Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, *História da Imprensa no Brasil*²². Já o artigo da Lucia Lippi de Oliveira, “As festas que a República manda guardar²³”, e a dissertação de mestrado da Carla Vieira Siqueira, *A imprensa comemora a República*²⁴, foram também de grande importância, por situarem a função da imprensa como mobilizadora e “guia” da opinião pública.

Por fim, no terceiro capítulo, *As manifestações populares*, analisamos as notícias relativas às impressões gerais sobre o acontecimento, dando destaque às reações populares tanto ao evento quanto às decisões que se seguiram, tomadas pelo governo provisório, como as propostas de nova bandeira e a designação dos novos governadores para os estados. O panorama geral da repercussão do 15 de novembro nos estados baseia-se na análise dos periódicos selecionados, ressaltando-se diferenças e semelhanças nas notícias chegadas das diversas regiões do país.

Tão logo foi instaurada a República, os jornais foram abarrotados de notícias sobre

¹⁹ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de Doutorado em História, UFF, 1996.

²⁰ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

²² LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*

²⁴ SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas – 1890/1922*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-Rio, 1995.

adesões, manifestadas diversos grupos como os estudantes de medicina, trabalhadores do comércio, funcionários de repartições públicas, entre outros. Notícias de passeatas e festejos foram também recorrentes. Somadas a essas, duas formas mais específicas de adesão foram apresentadas: a formação voluntária de “batalhões patrióticos”, que buscavam auxiliar na defesa do novo regime, em caso de ameaças, e a criação, por parte de oficiais do Exército, de uma subscrição popular para saldar a dívida externa brasileira.

O que entra em discussão aqui é a participação da população. Contrapondo-se à imagem de um povo afastado da política, procuramos evidenciar a escolha da população por participar do novo regime, colaborando na sua consolidação e demonstrando seu reconhecimento. Tivemos como interlocutores principais, nessa análise, a interpretação formulada por José Murilo de Carvalho em *Os Bestializados*²⁵, Maria Tereza Chaves de Mello, no livro *A República Consentida*²⁶, e Marcelo Magalhães, em capítulo publicado no livro *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*²⁷, em que o autor trata das apropriações ao longo do tempo da célebre frase de Aristides Lobo, de que o povo teria assistido “bestializado” à proclamação da República.

Ao longo deste trabalho, lidamos com as notícias produzidas e publicadas no “calor da hora”. Veremos como os periodistas tentavam, cada um à sua maneira, dar conta do evento recém-acontecido e, portanto, com todo o furor que ainda causava. Esperamos que a análise destas notícias possa servir de contribuição aos inúmeros pesquisadores da proclamação e dos primeiros anos republicanos. Trabalhando com os primeiros momentos da construção de uma história da proclamação – as primeiras visões, as primeiras ideias, os primeiros heróis – por meio da imprensa da época, nossa pesquisa evidencia as inúmeras diferenças entre aqueles discursos e percepções e a história que chegou até nós sobre o evento. A constatação dessas diferenças abre espaço para pensarmos a história da proclamação da República não como uma linha reta, que vem desde o 15 de novembro até nossos dias – compreendendo que o evento, já na época, contava com múltiplas interpretações –, ou seja, a história da instauração da República, desde sua origem, é complexa, problemática e conflituosa.

Nossa pesquisa, ao analisar as notícias sobre o evento e o posicionamento dos jornais em relação ao ocorrido, acaba deixando indicado outro problema que diz respeito ao próprio

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados... op. cit.*

²⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*

²⁷ MAGALHÃES, Marcelo de S. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOIHET, Rachel. (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 285-303.

ofício do historiador. Diante de um acontecimento tão importante que leva à mudança do regime político, o periodista deve expor sua opinião, deve julgar os acontecimentos ou apenas apresentá-los nas páginas do jornal? Diante do 15 de novembro, as opiniões se mostravam divididas. O acontecimento tornou-se um marco na história do Brasil. Feriado e parte constituinte de nossa identidade nacional. Estudar sua construção é também, em certo sentido, estudar um pouco da construção de nossa própria identidade e memória nacionais.

1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Neste capítulo faremos uma discussão da historiografia sobre a Proclamação da República, incorporando trabalhos contemporâneos ao acontecimento e trabalhos mais recentes, que trouxeram à luz importantes elementos para a construção de uma interpretação sobre este momento da política nacional. Nosso objetivo é resgatar parte dessa contribuição, selecionando textos clássicos e que tiveram importância nas novas pesquisas realizadas e textos publicados nos primeiros anos republicanos, analisando as questões colocadas sobre o novo regime.

Primeiramente, abordaremos alguns textos produzidos entre as décadas de 1960 e 1990, são eles: Emília Viotti da Costa – *Da Monarquia à República*²⁸; José Murilo de Carvalho – *Os Bestializados*²⁹ e *A Formação das Almas*³⁰; Angela de Castro Gomes – *A Invenção do Trabalhismo*³¹; Celso Castro – *Os Militares e a República*³², Maria Tereza Chaves de Mello – *A República Consentida*³³.

Em seguida, trataremos de textos publicados entre 1889 e 1920. Para selecioná-los, utilizamos o balanço feito por Angela de Castro Gomes, intitulado Primeira República no Brasil: uma história da historiografia³⁴. Os textos selecionados são: *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil* (1889), de Joaquim José de Carvalho³⁵;

²⁸ COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

³¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

³² CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

³³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Edur, 2007.

³⁴ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: GOMES, Angela de Castro; MOURÃO, Alda. (Org.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2011.p. 55-93.

³⁵ CARVALHO, Joaquim José de. *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1889.

Galeria histórica da revolução brasileira (1890), de Urias da Silveira³⁶ e *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil* (1890), de M. E. de Campos Porto³⁷.

Quando a República foi proclamada muitos foram os que apontaram para a inevitabilidade do acontecimento. A República foi encarada como um futuro certo, uma aspiração da nação. Este discurso foi propagado principalmente pela imprensa que o apresentava como um evento não só inevitável, mas que estava imbuído também de uma noção de progresso. A República era o caminho e a meta a ser alcançada. Esta interpretação ilumina o acontecimento como um evento divisor e de grande importância. Chegara-se à meta.

Todavia, a inevitabilidade da República foi vista também de outra forma. Alguns autores, ao estudar a passagem do Império para a República, defenderam a tese de que a Monarquia já estava por findar, os militares, nesse sentido, não teriam feito mais que dar o empurrão necessário. A República é apresentada como um evento inevitável, quase um desdobramento natural, o que diminui a importância do acontecimento, uma vez que inserido numa história linear, onde cada acontecimento está interligado, levando a um determinado fim, excluindo-se do processo o conflito. Interpretações da década de 1990, como a de Celso Castro, apontaram o risco político do golpe, não tratando a instauração do regime republicano como inevitável. O sucesso da proclamação deveu-se a vários fatores.

1.1 Interpretações contemporâneas

Em texto apresentado no “Seminário Primeira República: Portugal e Brasil”, Angela de Castro Gomes, ao iniciar uma discussão acerca da historiografia sobre a Primeira República aponta para um “*revive!*” do interesse sobre o tema e não só por historiadores como por cientistas políticos e sociais, o que evidencia “o caráter interdisciplinar dessa produção”. Para Gomes,

³⁶ SILVEIRA, Urias Antonio da. *Galeria histórica da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert & C. 1890.

³⁷ PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

É bom remarcar que tal *revivel* tem um aspecto de fundo comum, alicerçado em uma grande, profunda e ainda inconclusa revisão do diagnóstico até então mais compartilhado e consolidado pela memória histórica sobre a Primeira República³⁸.

Acompanhando o número de obras publicadas desde 1889 até os anos de 1970, baseando-se em balanço feito pela revista *Cultura Política*, um levantamento realizado pelo CPDOC publicado no livro *Elites intelectuais e debate político nos anos 1930*, e um balanço historiográfico publicado pela mesma juntamente com Marieta de Moraes, Angela de Castro Gomes destaca que nos anos 1970/1980 os estudos da Primeira República sofreram um *boom*, isto devido à criação dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Analisando a ampliação destes estudos no país, aponta

Se, desde os anos 1970, a Primeira República torna-se um período muito freqüentado pelos estudiosos da história e das ciências sociais, a partir dos anos 1990, ela será objeto de um interesse ainda maior e, principalmente, de profundas revisões nas interpretações até então compartilhadas, todas, no fundamental, convergindo para a fórmula de república “velha”. É essa constatação que nos autoriza a dizer que há “futuros possíveis” para esse passado tão maltratado pelos pesquisadores, na medida em que ele se torna um campo privilegiado para uma série de questões, que buscam novas abordagens teóricas, rompendo com essa espécie de destino manifesto traçado desde os anos 1920/30. Dessa forma, é possível dizer que a Primeira República se transforma, abrindo-se a investigações que passam sistematicamente a considerá-la um período estratégico para a construção de instituições e de atores políticos modernos, bem como um espaço de tempo extremamente rico para experiências associativas de diversos tipos, para a implantação de políticas públicas, para experimentos artístico-culturais etc.³⁹

Dentre os autores citados o trabalho de Emília Viotti da Costa, cujo livro *Da Monarquia à República*, publicado em 1977, trazia os ensaios “Sobre as origens da República” e “A Proclamação da República”, publicados nos Anais do Museu Paulista em 1964 e 1965, respectivamente, propunha um revisionismo historiográfico, fundamentada pela teoria marxista, partindo da proposição feita por Caio Prado Jr., em *Evolução política do Brasil*. Para o autor, por meio de uma análise mais estrutural e menos afeita aos acontecimentos políticos, haveria uma incompatibilidade das instituições imperiais com o progresso do país⁴⁰.

Criticando a historiografia produzida nos primeiros anos republicanos, considerando-a tradicional, repetitiva e superficial, Viotti afirma que essas análises apoiavam-se nas primeiras versões que surgiram após a instauração do regime, sendo comprometidas com um

³⁸ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil:... *op. cit.*

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da Primeira República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 134.

perspectiva monarquista ou republicana. Tais versões tinham como foco a atuação dos personagens, não apresentando uma análise do processo que levou ao fim da Monarquia. A versão republicana, “lembrando as revoluções e pronunciamentos que, desde a Inconfidência, tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmava que a República sempre foi uma aspiração nacional⁴¹”. A versão monarquista apontava a proclamação como um levante militar, contrário à vontade popular. Atribuía ao regime monárquico o fato do país ter se tornado uma potência sul-americana, permitindo a manutenção da paz e da unidade nacional. O Império “foi a conservação e o progresso⁴²”. Além dessas versões, Viotti faz referência a um testemunho menos comprometido: o de Max Leclerc, viajante francês, que por não estar envolvido nas questões do país legou uma interpretação menos subjetiva. Nela, ressalta a incapacidade da Monarquia de se adequar aos novos tempos e ideias, a perda de controle do monarca frente à situação do país e a oposição ao terceiro reinado.

Com o passar dos anos, tendo o regime republicano mostrado suas fragilidades e contradições, novos elementos explicativos passaram a estar presentes nas interpretações sobre a república. Com a implantação do governo civil, ganha vulto um importante grupo que disputava o poder: os fazendeiros paulistas. Assim, entra em cena uma nova interpretação que apontava os fazendeiros do sul do país como um grupo forte, que viu na República um meio para o controle do poder, atuando na causa republicana para alcançar seus interesses.

Por fim, Viotti aponta mais duas teorias, que comporiam as principais interpretações sobre a República em seus primeiros anos. Eram as teorias militarista e civilista. A primeira reivindicando a glória do movimento aos militares, a segunda condenando como nociva a atuação dos militares na política.

Estabelecidas as bases das explicações dos contemporâneos à proclamação, Viotti passa a um momento posterior, no qual os que nasceram com a República escreveram sobre a mesma. Segundo a autora, a partir de 1920, surgiram novas perspectivas diante da conjuntura favorável à revisão historiográfica. O domínio político das oligarquias paulista e mineira prejudicava os outros grupos que punham em cena suas reivindicações. No contexto internacional, a Guerra de 1914 e as Revoluções da década de 1920 trouxeram anseios por mudanças no país. Diante das questões do presente, uns “eram impelidos a idealizar o passado; outros procuravam nesse mesmo passado a origem para os males presentes⁴³”. Foi

⁴¹ COSTA, Emília Viotti. *Op. cit.* p. 389.

⁴² *Idem.* p. 395.

⁴³ *Idem.* p. 408.

um período de “reexame da história determinando um interesse maior pelas “questões mais profundas”. Em vez de se apegarem aos fatos aparentes, os historiadores interessaram-se mais pelo mecanismo do governo imperial⁴⁴”.

Identificada com este novo revisionismo historiográfico, Viotti defende que a proclamação da República foi um movimento que “resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas (...) momentaneamente unidas em torno do ideal republicano⁴⁵”.

Voltando a questões consideradas chaves nas explicações sobre a proclamação – Abolição, Questão Religiosa, atuação do Partido Republicano, o papel do exército, e o Poder Moderador -, a autora faz “reparos” às versões até então cristalizadas. A respeito da Abolição, afirma que a mesma não foi causa da República:

Melhor seria dizer que, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais. O mais que se pode dizer é que a Abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao Trono, precipitou sua queda. Se houve casos de fazendeiros que aderiram ao movimento por vingança, foram casos isolados que não podem explicar o fim da monarquia⁴⁶.

Já sobre a questão religiosa, a autora aponta que considerá-la como um dos fatores principais que levaram à queda da Monarquia era exagero. “Para que isso acontecesse era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a Monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero⁴⁷”. Sobre a atuação do Partido Republicano, aponta que ainda que não se deva superestimá-lo, já que não contava com grande número de adeptos, teve um papel significativo na criação de uma opinião pública favorável à República. Porém, as ideias republicanas não eram novidade no país, só se concretizando em 1889 devido a condições estruturais favoráveis, dada a crise das instituições monárquicas.

Por fim, o papel do exército e o Poder Moderador. O primeiro, ainda que tenha sido decisivo para que o golpe se desse naquele momento, o sucesso do golpe só foi possível devido às “contradições profundas que abalavam o regime⁴⁸”. Finalmente, ainda que muitos

⁴⁴ COSTA, Emilia Viotti. *Op. cit.*, p. 408.

⁴⁵ *Idem.* p. 491.

⁴⁶ *Idem.* p. 457.

⁴⁷ *Idem.* p. 459.

⁴⁸ *Idem.* p. 462.

considerassem os excessos na utilização da prerrogativa do Poder Moderador como importante fator que teria levado à República, Viotti atesta que na realidade o Imperador poucas vezes impôs sua vontade. Segundo a autora,

Quem de fato controlou a política do Império foram as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembleias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos ministérios, nos quadros do funcionalismo e das forças armadas⁴⁹.

A partir dessas reflexões, para a autora, a instauração da República só foi possível devido a mudanças estruturais de ordem econômica e social que enfraqueceram as bases do regime monárquico e levaram parte da população a se converterem às ideias republicanas ou serem indiferentes a elas.

Ainda assim, para a autora, 1889 não significou uma ruptura, uma vez que “as condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros⁵⁰”. Para Viotti, o momento inaugurador de um novo período na História do Brasil foi a Revolução de 1930⁵¹. Interpretação esta que perdura e é ainda defendida por muitos historiadores.

Se, por um lado Costa apresenta um importante balanço historiográfico, que deu fôlego a novas pesquisas no assunto, a autora menospreza as primeiras interpretações acerca da Proclamação. Consideradas tendenciosas estas são preteridas pela análise “mais profunda” do período. Neste sentido, ignora-se a importâncias dessas interpretações e seu papel na construção da legitimidade do novo governo.

Angela de Castro Gomes, no livro *A Invenção do Trabalhismo*⁵², compreende a fase inicial da República como marcada pela incerteza política e por disputas que iam além das oposições entre monarquistas e republicanos. Existiam ainda as disputas entre os próprios republicanos que discordavam sobre a organização do novo regime e seu funcionamento. Segundo a autora, “a proclamação da República no Brasil está certamente bem longe de significar um momento de transformação revolucionária na acepção clássica dos historiadores e cientistas políticos”, porém, “se não é um momento de política revolucionária, é ao menos

⁴⁹ COSTA, Emília Viotti. *Op. cit.* p. 463.

⁵⁰ *Idem.* p. 492.

⁵¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Op. cit.* p. 136.

⁵² GOMES, Angela de Castro. *A invenção... op. cit.*

um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade⁵³”. Neste sentido, Angela de Castro Gomes interpreta esse período como anos de profunda aprendizagem política, nos quais os homens formados ao longo do império estavam aprendendo a viver e construir a República na república, aproveitando o que era possível das práticas do império, num movimento de “busca pela definição de seus próprios contornos⁵⁴”.

Neste sentido, a autora analisa a busca da classe operária por seu lugar no novo regime e a conquista de seus direitos. A escravidão deixara a marca do atraso e da desvalorização do trabalho. Era preciso ressignificar o trabalho, tarefa levada a cabo pelo movimento operário.

José Murilo de Carvalho, outra referência no estudo da Primeira República, assinala, no livro *A Formação das Almas*⁵⁵, a existência de diferentes modelos de República a serem seguidos, que implicavam em distintos projetos políticos para o país, além de uma profunda desorganização política. Estes modelos variavam entre os que apoiavam o individualismo da democracia formal, influenciados pela República americana; os positivistas, defendendo um Estado centralizador; os influenciados pela fase jacobinista da Revolução Francesa, preocupados com a igualdade social. Os dois primeiros, “o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime⁵⁶”. Se, por um lado, num primeiro momento estes foram os modelos possíveis para a nascente República, ficaram de lado os projetos posteriores de inspiração anarquistas, partidários de um movimento atuante dos trabalhadores. Vale destacar, ainda que houvesse três inspirações distintas, isto não significa dizer que não pudessem ser combinadas em outros modelos. Levando-se em conta o modelo adotado pelo país, vemos que, ainda que tenha prevalecido o federalista americano, continha também influências positivistas, na bandeira e no hino. A ampliação da participação popular ficou mais para uma promessa não cumprida pelo regime.

Outra questão levantada por Carvalho é a ideia da criação de um mito de origem. São apontados três personagens em torno do qual se desenvolverá o debate – Deodoro da Fonseca, Benjamin Contant e Quintino Bocaiúva. Defender um deles era defender também uma visão sobre a República. Deodoro era defendido pelos militares não ligados a propaganda

⁵³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção... op. cit.* p. 35.

⁵⁴ *Idem.* p. 35.

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... op. cit.*

⁵⁶ *Idem.* p. 22.

republicana. Benjamin era defendido pelos positivistas ortodoxos e Bocaiúva pelos republicanos civis, principalmente, os envolvidos na propaganda republicana e filiados ao Partido Republicano. Cada um correspondia a uma ideia de República: os defensores de uma República que desse destaque aos grupos militares; os que acreditavam na ditadura republicana e os que buscavam uma República liberal, respectivamente. A disputa foi infrutífera e, devido aos conflitos que se deram ao longo do governo republicano, nenhum conseguiu se firmar como “herói” republicano. Segundo Carvalho, a busca por este “herói” só terá fim na figura de Tiradentes, o primeiro a sonhar com a liberdade. Além de Tiradentes, o autor analisa a figura de Frei Caneca.

Após a análise dos esses símbolos republicanos (bandeira e hino), Carvalho conclui que a tentativa de formação de um imaginário republicano, liderado pelo Estado, capaz de unir este à Nação, foi fracassada. Ao longo do tempo, reinaram os conflitos entre versões, ideias e projetos. A exclusão popular do regime impossibilitou a união entre estes dois eixos. Para Carvalho, a República ainda estaria inconclusa. Esta conclusão parece-nos, porém, um tanto fatídica. Ainda que a análise das posições defendidas ou do simbolismo de cada personagem tenha sido explorada, Carvalho não expõe a recepção e a assimilação destes símbolos pela Nação. O foco da discussão mantém-se nas classes dirigentes e suas apropriações e criações simbólicas.

Outro ponto importante da tese do autor, desenvolvida no livro *Os Bestializados*⁵⁷, é a falta de participação popular na Proclamação por uma auto-exclusão do povo, que não via na República possibilidades efetivas de um aumento da participação popular. Segundo Carvalho:

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado eram quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que os anarquistas, a política era tribofe⁵⁸.

Opondo-se a esta ideia, Maria Tereza Chaves de Mello, no livro *República Consentida*⁵⁹, traz à tona a face política da população da cidade do Rio de Janeiro, interessada na política formal, ainda que dela não fizesse parte. Excluída do Parlamento, a rua servia de espaço para debates. Notícias eram comentadas à porta dos jornais, conversas eram travadas em confeitarias, conferências públicas eram realizadas, agregando grande número de ouvintes. Ao contrário do

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados... op. cit.*

⁵⁸ *Idem.* p. 160.

⁵⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*

que José Murilo de Carvalho propõe, Mello aponta um alto grau de politização da sociedade da corte.

Mais um importante trabalho a respeito do tema é o livro *Os Militares e a República*⁶⁰, de Celso Castro. Em contrapartida a explicações cristalizadas, Castro apontou a falta de unidade entre os militares, destacando como centrais na organização do golpe republicano um grupo específico de militares ao qual chamou de “mocidade militar”, jovens estudantes da Academia Militar da Praia Vermelha que cursavam cinco anos de ensino superior e não vivenciaram a Guerra do Paraguai. Imbuídos de um espírito científico e influenciados pelo positivismo, a “mocidade militar” encontrou em Benjamin Constant um líder, convencendo-o a lutar a seu lado. Sendo assim, inverte-se a interpretação clássica de que Constant teria atraído os jovens militares. Quanto ao republicanismo da “mocidade militar”, Castro afirma que este era anterior à Questão Militar. Segundo o autor,

O republicanismo da “mocidade militar” era (...) oriundo da valorização simbólica do mérito individual somada à cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais “científicos”. As últimas décadas do século XIX viram a aproximação cada vez mais estreita entre o “culto da ciência” e o republicanismo⁶¹.

Outra questão levantada por Castro é a ideia de inevitabilidade da República:

O fácil sucesso do golpe republicano coloca algumas armadilhas à nossa percepção histórica do evento. Poderíamos imaginar que a República era inevitável, uma etapa necessária da “evolução” da sociedade brasileira. Também seria fácil pensar que os principais protagonistas do movimento (...) atuaram de forma unida e coesa. Se assim tivesse sido, seria fácil explicar a falta de reação por parte do governo e o modo indiferente com que a maioria da população assistiu aos acontecimentos⁶².

Porém, a proclamação da República foi, de fato, um golpe militar audacioso que continha um alto grau de risco político: “o golpe poderia, sim, ter fracassado, e a República não ter sido proclamada⁶³”.

Para Celso Castro, a proclamação da República foi um golpe militar, levado a cabo por um grupo específico, a “mocidade militar”, que buscou a liderança de Benjamin Constant. Segundo o autor, “o golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos

⁶⁰ CASTRO, Celso. *Os militares e a República... op. cit.*

⁶¹ *Idem.* p. 80.

⁶² CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 8.

⁶³ *Idem.* p. 8.

republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes⁶⁴”.

Considerando-se a tese defendida por Castro, a Proclamação da República parece ser explicada unicamente pela ação militar, deixando de lado a importante atuação de disseminação de ideias republicanas levadas a cabo pelos republicanos civis, a divulgação da imprensa e os ataques que a coroa já sofria. Se, por um lado, a atuação dos militares foi decisiva para que o regime fosse instaurado naquele momento, não se pode deixar de lado a participação dos republicanos civis, que participaram inclusive das reuniões de preparação da conspiração. Tanto é que a maioria dos ministros do novo regime eram civis e não militares.

1.2 Um balanço das primeiras contribuições

Nossa intenção neste momento é resgatar as narrativas publicadas nos primeiros vinte anos republicanos, que consolidaram esta memória de paz e consenso em torno do novo regime. Estas narrativas estarão muito ligadas ao discurso veiculado pela imprensa no período, como veremos no próximo capítulo.

Fazer uma revisão bibliográfica incluindo todos os trabalhos publicados no período seria demasiado extenso para o que aqui estamos nos propondo. Sendo assim, optamos por utilizar dois balanços historiográficos, o de Angela de Castro Gomes⁶⁵ e o de Maria de Lourdes Mônaco Janotti⁶⁶, que, ainda que priorize as narrativas da década de 1960, traz algumas reflexões acerca das primeiras narrativas sobre a República.

Em seu artigo, Janotti afirma que

Apesar dos testemunhos evidenciarem uma rica gama de opiniões complementares ou antagônicas sobre o início da República, cristalizou-se uma memória preponderante dos acontecimentos na qual o novo regime foi acolhido em clima de paz e consenso nacionais⁶⁷.

⁶⁴ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 61-62.

⁶⁵ GOMES, Angela de Castro. *Primeira República no Brasil... op cit.*

⁶⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Op. cit.*

⁶⁷ *Idem.* p. 124.

Para a autora, esta narrativa estava ligada aos interesses dos contemporâneos ao acontecimento em “minimizar as contendas travadas pela conquista do poder, durante os três primeiros governos republicanos, revitalizando-se nos vários momentos em que se estabeleceram tensos ‘congraçamentos políticos entre segmentos das classes dominantes⁶⁸”.

A cristalização dessa memória começa assim que o novo regime é instaurado, sendo veiculada pela imprensa republicana, ou adesista do novo governo, na cidade do Rio de Janeiro. De toda forma, esta memória perpetuou-se também nos trabalhos escritos sobre a Primeira República, especialmente os publicados entre 1889 e 1910. Na campanha civilista, na disputa entre os candidatos Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, os problemas entre civis e militares se intensificaram e buscou-se quebrar com este consenso até então defendido, resgatando-se discursos antagônicos a paz e harmonia.

Acompanhando o roteiro bibliográfico elaborado por Silvio Peixoto em *Cultura Política*, revista de propaganda do Estado Novo, Angela de Castro Gomes aponta que foram selecionadas 33 obras produzidas entre 1889 a 1909. Dentre as obras, a autora seleciona três títulos de maior destaque, são eles: *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*, de Joaquim José de Carvalho, publicado em 1889⁶⁹; *Galeria histórica da revolução brasileira*, de Urias Silveira, publicado em 1890⁷⁰ e *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*, de M. E. de Campos Porto, de 1890⁷¹.

Considerando-se o período a que nos dispomos a pesquisar, as obras publicadas são escritas por pessoas que viveram o processo de instauração do novo regime. Este fato, como aponta Gomes, impõe algumas reflexões sobre história presente e história imediata.

A primeira, sendo entendida como uma história (seguindo os procedimentos teórico-metodológicos vigentes na historiografia), que se faz sobre um período próximo, demarcado, inclusive, pelo fato dos atores presentes na narrativa historiográfica estarem ainda vivos. Daí, a idéia de uma história que “ainda está viva”, despertando polêmicas e exigindo cuidados teórico-metodológicos específicos. A segunda, sendo tratada como a produção de relatos e memórias de vários tipos, realizados no calor da hora dos eventos, e que podem ser tomados, posteriormente, como fontes pelo historiador de ofício. Nesse sentido, mesmo que toda a história seja contemporânea, pois escrita pelo historiador a partir da ótica e com as questões de seu tempo - o que já era sabido e aceito por muitos historiadores brasileiros desde a virada do século XIX para o XX -, durante grande parte do século XX, ainda que com variações de ênfase, pairou sobre a hoje chamada história do tempo presente, uma enorme desconfiança e mesmo uma grande desqualificação no interior do campo historiográfico⁷².

⁶⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Op. cit.* p. 124.

⁶⁹ CARVALHO, Joaquim José de. *Op. cit.*

⁷⁰ SILVEIRA, Urias Antonio da. *Op. cit.*

⁷¹ PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Op. cit.*...

⁷² GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil... *op. cit.*

Sendo assim, as escolhas feitas por Silvio Peixoto estão diretamente ligada à ideia de história que se fazia no período, no qual o presente não tinha lugar. Pertencia ao domínio da História o passado e a República era ainda muito recente. Criou-se, não só para muitos autores como para jornalistas do momento, um interdito em relação à República. Diante da proximidade do acontecimento não era possível ainda julgá-lo estando livre de paixões. Esta condição será considerada mais profundamente no segundo capítulo, quando se der as análises das notícias publicadas nos jornais. “A ‘verdade’ histórica demandava esse afastamento no tempo cronológico, para que a narrativa não se tornasse nem um mero panfleto, nem um evidente elogio: um panegírio, como Silvio Peixoto remarca, negativamente”. Como aponta Gomes,

Na medida em que a profissionalização da disciplina vai ganhando corpo, cresce sua recusa – um autêntico veto – à história do tempo presente, com os historiadores construindo sua identidade pela delimitação de um ofício, cujo método se aplicava ao passado, vale dizer, no caso europeu, aos estudos da antiguidade e do período medieval e, no caso do Brasil, às pesquisas sobre o período colonial, com breves incursões ao Império⁷³.

Como então lidar e, mais que isso, como qualificar obras que foram escritas no presente por autores que vivenciaram os fatos? Retornemos então às obras destacadas por Gomes, que além de serem importantes registros do período, evidenciam também os critérios de Peixoto para seleção de textos que compunham o roteiro.

*Primeiras linhas da História da República dos Estados Unidos do Brasil*⁷⁴, foi publicado em 1889 e caracterizado pelo autor, o Dr. Joaquim José de Carvalho, como “Humilde, mas sincero testemunho de profundo reconhecimento e de ardente veneração”⁷⁵, o que indica desde já o apoio do autor ao novo regime. O prefácio do mesmo, porém, assinala:

É cedo ainda para fazer história; tempo já é, porém, de coligir documentos e informações, hauridas estas na fonte viva e pura, colhidos aqueles nas publicações recentes, feitas a desafio das testemunhas presenciais.
Tal a razão de ser deste folheto, ao qual certamente hão de outros suceder. (...)
O autor deste folheto não o concebeu para fazer oblata a quem quer que seja, sim somente para satisfazer à verdade histórica⁷⁶.

⁷³ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil... *op. cit.*

⁷⁴ CARVALHO, Joaquim José de. *Op. cit.*

⁷⁵ *Idem.* p. 3.

⁷⁶ *Idem.* p. 4.

Ou seja, devido à proximidade temporal, não era possível ainda fazer juízo, fazer história do acontecido. Era, porém, tempo de colher informações e documentos. Era preciso apresentar a verdade dos fatos; a verdade histórica.

Apesar deste discurso inicial, Joaquim José de Carvalho não poupa críticas à Monarquia e elogios à República e aos republicanos. Logo na citação acima, o autor inicia uma defesa apaixonada da República. Segundo este, o movimento republicano é muito mais antigo do que parece. Surge do sentimento de liberdade passado de geração em geração, desde a Inconfidência Mineira. Este sentimento se manifestou durante o período colonial, o período monárquico e o período regencial. Nunca morreu. Já sobre os políticos monárquicos, Carvalho critica o imperador por sua incerteza e irreflexão. Seguindo a isto, inicia uma análise acerca do Segundo Reinado, apontando erros e problemas no governo monárquico e a falência de suas instituições.

Essa crítica tão forte à Monarquia parece-nos, todavia, guiada por um rancor pessoal. Carvalho afirma que não tinha por objetivo ganhos materiais, mas que estava a serviço da República por amor a este ideal. Nunca foi seu objetivo exigir gratificações ou honrarias por seu trabalho. Para justificar suas ações alega que inúmeras vezes durante o regime imperial tentou trabalhar junto ao governo monárquico de forma a melhorá-lo. Estas tentativas, porém, foram frustradas pelos dirigentes.

Associada ao testemunho, certamente parcial, ainda que o considerasse neutro, a obra trazia, por vezes, especialmente em relação à Proclamação, a reprodução de alguns artigos de jornais e telegramas. Angela de Castro Gomes aponta que este, segundo Peixoto,

É considerado um dos primeiros escritos sobre o período, pois traçava “um panorama dos erros do 2º Reinado, para entrar, em seguida na fase da propaganda, que é conscienciosamente relatada por ele”. Sobre a proclamação, apresentava “razoável acervo de documentos, informações, notícias, decretos etc”⁷⁷.

Considerando-se os critérios adotados por Peixoto, é de se imaginar que tenha citado a obra mais pelo seu pioneirismo que por sua neutralidade e defesa da verdade.

Galeria Histórica da Revolução Brasileira de 15 de novembro de 1889 foi publicado em 1890, sendo de autoria do Dr. Urias da Silveira. Divida em quatro partes, a primeira era dedicada a expor as raízes da República, desde a Grécia antiga, passando pelas cidades-estados italianas, até sua acepção moderna e a história da Monarquia. A segunda trazia uma síntese da história do Brasil desde o descobrimento até o 15 de novembro de 1889, incluindo

⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. *Primeira República no Brasil... op. cit.*

uma pequena biografia dos estados e um mapa comparativo de superfície e população das províncias brasileiras e os principais estados da Europa. A terceira parte era dedicada à época imediatamente posterior a 15 de novembro de 1889, contava com notícias publicadas na imprensa e atos do governo provisório. Nesta parte o autor expõe que o leitor teria

Ocasão de apreciar minuciosamente o modo pelo qual os fatos se passaram, dando em resultado a fundação da República Brasileira, e o banimento do Sr. D. Pedro II com toda sua família, do dia 15 a 18 de novembro de 1889⁷⁸.

Por fim, em sua última parte, a partir de fontes “puríssimas”, o autor faz uma descrição dos eventos ocorridos entre 12 e 15 de novembro, narrando a atuação dos personagens. Seção em que o autor busca criar uma narrativa mais coesa com as matérias publicadas pelos jornais. Para o autor,

Pela leitura dos *jornais* diários, bi-semanais, e hebdomadário etc., o espírito apreende apenas os fatos que mais impressionam, os quais se tornam mais tarde confusos, baralhados, pela falta de uniformidade com que são narrados, pela pouca atenção com que são lidos, e mesmo pela influência conturbadora e emocionativa que determinam o grandes e momentosos acontecimentos de uma nação⁷⁹.

Vale ressaltar ainda que todo o livro é permeado por imagens de personagens que participaram da derrubada do antigo regime.

Sobre esta obra, Gomes aponta que Silvio Peixoto a apreciara

Como “na vanguarda bibliográfica da República, não só por ter sido uma das primeiras obras publicadas sobre o assunto, como também pelos conceitos emitidos e ainda pela interessante coleção de gravuras que apresenta” (...). Numa primeira parte o autor assinalava que a idéia de um governo republicano no Brasil se construía desde os primeiros povoadores, criando raízes e tornando a estabilidade da monarquia impossível, o que, claramente, só podia levar os leitores a concluir pela inevitabilidade da república. Numa segunda, publicava todos os Atos do Governo Provisório, transcrevendo ainda artigos dos principais jornais, mensagens de adesão dos estados e depoimentos de testemunhas. No final desse livro, Silvio Peixoto destaca a publicação da “resenha histórica do 15 de novembro”, com o título “História contemporânea” (acompanhada de mapa dando a posição das tropas), publicada no *Jornal do Comércio* de 4 de janeiro de 1890. Portanto, conclui o comentarista, esse era um trabalho fundamental, especialmente pelo valor da documentação iconográfica⁸⁰.

Por fim, em *Apontamentos para a História da República*, publicado em 1890, Manoel Ernesto Campos Porto faz um grande levantamento das notícias publicadas em jornais, ao redor de todo o país e no exterior, sobre a Proclamação da República em seus primeiros dias.

⁷⁸ SILVEIRA, Urias Antonio da. *Op. cit.* p. 209.

⁷⁹ *Idem.* p. 8.

⁸⁰ GOMES, Angela de Castro. *Primeira República no Brasil... op. cit.*

Nos artigos é possível acompanhar, além do desenrolar desses primeiros dias da mudança do governo via imprensa, o fenômeno do “adesismo”, ou seja, a adesão em massa dos monarquistas que prontamente aderiram ao novo regime. Sobre esta obra, Gomes afirma que Silvio Peixoto, de forma elogiosa, ressalta que

O autor não procurara dar o seu “depoimento pessoal sobre os acontecimentos, nem interpretá-los ou criticá-los.” Ele fazia história ao reunir um “farto noticiário de jornais, não só da capital, como dos estados e do estrangeiro, no que residia sua “preciosa contribuição para o estudo do 15 de novembro⁸¹”.

De fato, a obra traz uma quantidade vastíssima de notícias, contando com mais de 1061 páginas.

Em prefácio intitulado “Ao Leitor”, Porto escreve:

Tomamos por tarefa a descrição dos fatos ocorridos por ocasião da proclamação da República Brasileira, tivemos a prudência em evitar, das fontes donde fomos colher auxílios, que fossem suspeitas.

Desse modo, propositalmente, só de posse dos documentos que perpetuassem esse glorioso feito do dia 15 de novembro de 1889, foi que preparamos o subsídio, insuspeito, para a nossa história pátria. É incontestável que o sentimento de surpresa, unânime, produzido pelo estabelecimento da forma republicana no Brasil, de *per se*, ficará sendo um elogio honroso para a nossa índole e um exemplo – sem igual – nos anais da Humanidade.

Nosso trabalho não tem a pretensão de discutir as afirmativas ou hostilidades que porventura possam existir no espírito de quem nos ler. Somente deixamos aqui lançado, simples e eloquentemente, com as suas cores próprias, o que houve, o que de nós se disse no estrangeiro.

Repetir que julgamos ter o Brasil assumido, na sua regeneração político-social, a forma de governo a mais consentânea como a dignidade humana, seria afastar-nos do intuito de simples cronista.

Somos ínfima parcela no equilíbrio instável do nosso futuro político, pouco e nenhum mérito teríamos se levássemos a pretensão em concretizar raciocínios sobre dados ainda obscuros às nossas previsões. Uma só certeza temos: e essa está fundada na observação de mais de meio século, quando assoberbado pela tirania disfarçada, envilecido, o generoso povo brasileiro, com resignação – até o momento presente – nunca lançara mão dos crimes, de que está cheia a história de todos os povos para recuperar direitos usurpados... Isso significa bastante para as apreensões sobre o futuro da nossa vida social, mormente hoje conquistamos os frutos da completa emancipação social e estamos no pleno gozo da liberdade política⁸².

Nele, como podemos observar, o autor justifica suas escolhas. Selecionou fontes confiáveis para “perpetuar” a glória do 15 de novembro e absteve-se de comentários sobre o assunto, uma vez que alguns elementos do processo ainda eram incompreensíveis. Atuou como cronista, reunindo notícias para mostrar o que ocorreu e o que se publicou sobre isto no exterior. Porém, ainda que de forma velada, expôs sua opinião sobre o antigo regime - “uma

⁸¹ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil... *op. cit.*

⁸² PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Op. cit.* p. 13-14.

tiranía disfarçada” - e sobre o novo regime - “a forma de governo mais consentânea com a dignidade humana”.

Considerando-se as obras, podemos observar, como aponta Angela de Castro Gomes, que o valor da obra em si,

Não estava tanto na análise que seus autores, muitos também atores e/ou testemunhas, faziam dos eventos, mas sim nas valiosas “informações” que recolhiam e sistematizam para o leitor. Ou seja, nas “provas” que apresentavam, através, em boa e grande parte, dos documentos que publicavam e que “contavam” o que tinha acontecido “de fato”. Esse era o caso dos destaques dados à publicação dos Atos do Governo Provisório e dos muitos artigos de jornal, que possibilitavam o acompanhamento do desenrolar dos eventos – em particular do 15 de novembro –, valorando-se a apresentação de pontos de vistas diferenciados, o que atestava a “neutralidade” do autor. Nesse sentido, importa ressaltar um número de livros, muito elogiados por usarem variados tipos de documentação histórica, entre os quais os mais numerosos eram os que se serviam de artigos de jornais, quando não eram uma coletânea desse tipo de textos, escritos pelo próprio autor, um jornalista e testemunha dos fatos, que assumia o papel de um narrador fiel da história recente do país⁸³.

Vale tecer ainda algumas observações: primeiro sobre a ocupação dos autores: Joaquim José de Carvalho e Urias da Silveira eram médicos e Campos Porto jornalista. Segundo, os três livros continham uma epígrafe na qual dedicavam a obra ao novo governo e os que para ele colaboraram. E, por fim, nenhum fazia, ou melhor, desejava fazer, livre juízo sobre o ocorrido, ainda que a dedicatória e alguns trechos deixassem transparecer um apoio ao novo governo. Buscavam contribuir com a “verdade histórica”, agregando informações e descrevendo o que ocorreu. Isto, porém, é discutível, uma vez se utilizando da imprensa e, por vezes, do testemunho próprio, o que se repassava era justamente a versão que esta divulgava: de um governo que foi aceito por todos e se instaurou com paz e tranquilidade pública, como aponta Janotti.

Estas versões deixavam de lado a oposição ao novo regime. Se queriam neutras, mas funcionavam quase como um libelo à República. A proclamação da República é vista como uma revolução gloriosa e os que dela tomaram parte, heróis do país. O afastamento das paixões era menor do que pregavam. Acompanhadas, porém, de uma quantidade considerável de documentos históricos, e de uma narrativa que, por vezes, se guiava unicamente por estes, acabavam por alcançar status de “narradores fieis”, como destaca Gomes. Seus testemunhos acabam por ficar esquecidos.

Para destacar uma obra de oposição ao novo regime, citamos a publicada pelo Visconde de Ouro Preto, em Paris, em 1891: *O advento da ditadura republicana*, texto que

⁸³ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil... *op. cit.*

“segundo Peixoto, com grande paixão, justo para responder a todas as críticas a ele imputadas⁸⁴” e, por esta razão foi criticada por ele, uma vez que imbuído de paixão, não poderia expor a verdade dos fatos.

De toda forma, é importante destacar que, tais obras colaboravam para eternizar as interpretações oferecidas pela imprensa ao transformá-las em livros, uma vez que a utilizavam como fonte principal de seus trabalhos. A imprensa narrou os fatos, coube aos autores a sistematização da documentação. Isso significa eternizar o discurso de uma imprensa político-panfletária e interessada.

Como podemos observar, das obras que destacamos, uma foi escrita por jornalistas e as outras duas por médicos. Outra característica é a construção da narrativa baseada nos artigos publicados nos jornais. Esta narrativa procurava também dar conta da verdade do acontecimento. Os fatos constituíam o ocorrido. E, ainda que buscassem manter a neutralidade, todos deixaram transparecer sua posição favorável ao regime.

Já a historiografia mais recente - já suficientemente distante temporalmente, ainda que nem sempre das paixões - buscou desconstruir os discursos já cristalizados sobre a Primeira República. Estudando diferentes elementos, trazendo novos métodos, procurou preencher lacunas e rever explicações de forma a melhor compreender as razões que levaram à queda da Monarquia e ao regime republicano. Neste sentido, o trabalho de Emília Viotti da Costa propôs um revisionismo historiográfico, criticando a historiografia dos primeiros anos republicanos como repetitiva e superficial, apontando a necessidade de novos estudos.

O que procuramos mostrar neste primeiro capítulo foi o desenvolvimento da historiografia republicana, destacando estudos chave para a compreensão do período. Enfocaremos a partir de agora no discurso apresentado pela imprensa, a narrativa construída no “calor da hora” sobre a Proclamação da República.

⁸⁴ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil... *op. cit.*.

2 NARRATIVAS NO “CALOR DA HORA”

No dia posterior à proclamação, 16 de novembro de 1889, as notícias sobre queda do gabinete do Visconde de Ouro Preto foram o assunto principal de grande parte dos jornais da antiga Corte. O Brasil tornara-se uma República, e nossa questão encontra-se dentro desse universo de notícias.

No momento que aqui tratamos, os jornais constituíram fonte de informação para a população e as notícias repercutiam entre as diversas folhas. Tendo ocorrido no Rio de Janeiro, a Proclamação da República foi noticiada nos jornais dos outros estados, primeiro por telegrama e depois, também, a partir de correspondentes e “amigos” que residiam na antiga Corte. Com os olhos voltados para o Rio, os periódicos buscavam novas informações a fim de repassá-las aos seus leitores. Isso não os impedia, porém, de elaborar opinião sobre os acontecimentos e de se reportar a jornais cujas ideias fossem semelhantes. Para além de fonte de informação, os jornais foram também um meio de manifestação dos habitantes da cidade, que enviaram artigos e correspondência sobre a Proclamação às seções “A Pedidos”, que os reproduziam.

Consideramos então neste capítulo jornais editados no Rio de Janeiro, epicentro do acontecimento. Selecionamos jornais a partir das fontes disponíveis, levando em consideração sua importância e o papel que desempenharam no debate sobre a Proclamação da República. Analisando o tratamento dispensado pelos jornais à mudança de regime e aos primeiros dias de sua vigência, podemos perceber, pela maneira como constroem as notícias, se foram contrários, favoráveis ou se apresentaram “neutros” diante do acontecimento. E, buscando as primeiras representações constitutivas dos discursos, delimitamos um período de quinze dias para a pesquisa, que nos fornece uma extensa quantidade de artigos e editoriais. Este discurso sobre a República, é importante enfatizar, foi construído no “calor da hora”, seguindo o rumo dos acontecimentos, em volume de notícias constante, a cada dia que se passava. Trata-se de textos carregados dos anseios e das incertezas dos que sobre o acontecimento escreveram, “um tipo de fonte que pode ser caracterizada como parte integrante de um conjunto de produtos culturais em geral considerados efêmeros (...) [que] tinham objetivos e sentidos mais

imediatos⁸⁵. Diante de sua própria efemeridade, visto que a notícia de ontem já era “passado”, consolidar uma representação sobre o acontecimento era não deixá-lo também virar passado. Era necessário comentário constante, apresentar o máximo de informação possível e manter o assunto em voga. Sendo assim, ainda depois de proclamada, a República era uma meta a se realizar. Analisando as comemorações em torno do aniversário da Proclamação, Carla Siqueira aponta a importância de “manter viva a ideia de República, como *slogan* organizador da sociedade⁸⁶”. Apoiando-se nas reflexões sobre a função da “cidade letrada”, desenvolvidas por Angel Rama, a autora reafirma o papel da imprensa na construção de um novo imaginário social. Segundo Siqueira, “a imprensa sempre foi marcada por este espírito que, no geral, não difere muito do próprio caráter da educação, da Igreja, do refinamento intelectual, ou seja, o de criar adeptos para bandeiras e princípios⁸⁷”.

Imbuída de forma consciente dessa “potencialidade pedagógica”, a imprensa exercia a função de “formadora da opinião pública”, mediadora entre os acontecimentos e os leitores, participando ativamente da construção do real⁸⁸. A partir destas reflexões, podemos verificar a importância dos jornais e, mais que isto, das representações enunciadas em suas páginas, na construção do acontecimento. Era um momento em que, como aponta Siqueira, “prevalece a ideia de que o jornalismo, assim como as demais atividades intelectuais, teria uma missão iluminadora, no sentido de promover o esclarecimento da sociedade⁸⁹”. Nesse sentido,

A imprensa teria a patriótica missão de guiar a opinião pública. A capacidade de apontar a verdade dos fatos estaria relacionada não a um posicionamento neutro, mas justamente a uma tomada de partido, no sentido de uma atitude patriótica, cívica⁹⁰.

Neste momento, a imprensa passa por uma transição entre configurar-se como um instrumento da luta política e o início de uma caracterização mais empresarial, multiplicando-

⁸⁵ GOMES, Angela Castro. Rascunhos de história imediata. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro/ Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas/ Ed. UFRGS, 2009. p. 42.

⁸⁶ SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas – 1890/1922*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-Rio, 1995. p. 13.

⁸⁷ *Idem*. p. 14.

⁸⁸ *Idem*. p. 5.

⁸⁹ *Idem*. p. 1.

⁹⁰ *Idem*. p. 2-3.

se os números dos funcionários dos jornais e dividindo-se as tarefas da produção gráfica e editorial⁹¹.

A imprensa era também um espaço de luta, de polêmica, de reivindicações, instrumentos de construção da opinião pública. Analisando a década de 1880, Maria Tereza Chaves de Mello assinala como a imprensa colaborou no dismantelamento simbólico da Monarquia, fazendo críticas, explorando polêmicas, revoltas, erros do antigo regime. Afixando nas portas dos edifícios onde estavam instaladas as principais notícias do dia, as redações constituíam-se em um espaço onde a população se reunia para tomar conhecimento e comentar o que se lia e, dessa forma, a discussão tomava as ruas. A imprensa mediava então a discussão política, era ponte entre o sistema político oficial e as ruas, promovendo as principais discussões e os principais assuntos do momento. Com a imprensa, levava-se a política ao povo. Apoiando-se nesta consideração acerca do papel dos jornais, Mello destaca a mobilização política da população, refutando, como já assinalado no capítulo anterior, uma interpretação cristalizada acerca de um povo “apolítico”⁹².

Outros meios do debate político eram as palestras, *meetings* e comícios. Os de tônica republicana, liderados por Silva Jardim, causavam, em particular, grande comoção na cidade. A rua passava a ser lugar de discussão e os encontros, em geral, eram seguidos pela repressão policial, causando muitas vezes um “verdadeiro caos”. Para Mello, tal fato inverteu nas mentalidades a ideia de que o Império significava “ordem”, já que, muitas vezes, ao contrário, as autoridades traziam desordem à vida pública.

Nesse contexto, os discursos veiculados na imprensa, nos *meetings* e comícios, teriam concorrido para a construção de uma imagem favorável à ideia de República, preparando terreno para a legitimação do novo regime, Instaurado com o 15 de novembro.

2.1 A imprensa carioca no final do século XIX

Debruçaremos-nos, neste momento, sobre o panorama da imprensa carioca no fim do século XIX. Para tanto, referimo-nos aos estudos disponíveis sobre jornais ou revistas

⁹¹ SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁹² MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Eduar/Anpuh, 2007.

específicas e também ao conjunto de pesquisas realizadas por Marialva Barbosa sobre o tema, que abarcaram o surgimento das primeiras gazetas, a imprensa no período regencial, a imprensa abolicionista e o “novo jornalismo”, além das relações entre o jornal e o leitor. Estes estudos foram condensados em sua tese de doutorado e no livro *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800 – 1900*⁹³.

Em sua tese de doutorado, Barbosa estuda a imprensa do Rio de Janeiro no período de 1880 a 1920 e caracteriza as décadas de 1870-80 como sendo de grandes mudanças para os jornais. Barbosa aponta as diversas transformações que afetaram a forma de se fazer o jornal e a relação deste com o público⁹⁴. Posteriormente, no livro *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*⁹⁵, a autora amplia sua análise sobre a imprensa no século XIX para além da cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender o fazer jornalístico do período e suas transformações.

Dentre as transformações mais notáveis, destacou-se o desenvolvimento do telégrafo, possibilitando o surgimento da primeira agência de notícias – a Havas – , tendo os jornais iniciado a publicação de notícias internacionais sob a forma de telegramas, fato que “permitia para o leitor estar em contato com as novidades, com o imediato”⁹⁶ ; o surgimento de novas técnicas de impressão, que agilizou o processo técnico da edição e possibilitou a ampliação das tiragens; a utilização de imagens para ilustrar notícias; o surgimento de novas colunas, como as de crônicas; entre outras mudanças que teriam caracterizado um “novo jornalismo”. A edição ganhava um caráter novo,

Os jornais diários possuíam a função indispensável de disseminar normas e comportamentos padronizados junto às camadas letradas e também junto às não letradas da população. Como uma teia, a palavra impressa traçava suas ramificações, formando conceitos, difundindo-os, normatizando, enfim, a própria sociedade⁹⁷.

Aos poucos, os jornais foram se transformando em empresas de notícias, acompanhando o crescimento econômico e demográfico das cidades. Houve uma ampliação dos sistemas de serviço e de transportes que, associada ao aumento do fluxo de capital que

⁹³ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

⁹⁴ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de Doutorado em História, UFF, 1996.

⁹⁵ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa:... op. cit.*

⁹⁶ *Idem.* p. 132.

⁹⁷ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público:... op. cit.* p. 31.

acompanhava a urbanização e o crescimento industrial, terminou por influenciar também a imprensa⁹⁸.

As redações ampliaram suas oficinas, compraram novas e mais rápidas máquinas de impressão, modernizaram o processo de produção e aumentaram seu efetivo com a contratação de novos funcionários, que passavam a atuar em um sistema de divisão do trabalho mais sofisticado. Analisando as transformações da imprensa no período, Maria de Lourdes Eleutéreo aponta o papel dinâmico que desempenharam sobre os demais setores econômicos. Segundo a autora, a imprensa periódica

Resultou em um segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e a publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem⁹⁹.

Ou seja, o desenvolvimento da imprensa transformou também as relações de trocas no mercado capitalista.

Com as modificações ocorridas, novas figuras ganhavam importância dentro do universo editorial como, por exemplo, a figura do cronista, que gozava de uma posição privilegiada, agindo como orientador da “opinião pública” urbana, ligada aos jornais. Para Barbosa, conseguir um emprego dentro do jornal como repórter ou redator possibilitava, por meio do prestígio auferido pela profissão e das relações pessoais que a partir dali se travavam, a obtenção de um cargo público ou o ingresso na política.

A modernização da imprensa no final do século XIX foi marcada também por uma efervescência editorial. Verifica-se o surgimento de inúmeros periódicos, muitos deles com vida efêmera. Ao mesmo tempo, como aponta Carla Siqueira, “prevalece a ideia de que o jornalismo, assim como as demais atividades intelectuais, teria uma missão iluminadora, no sentido de promover o esclarecimento da sociedade¹⁰⁰”. Nesse sentido, para a autora,

A imprensa teria a patriótica missão de guiar a opinião pública. A capacidade de apontar a verdade dos fatos estaria relacionada não a um posicionamento neutro, mas justamente a uma tomada de partido, no sentido de uma atitude patriótica, cívica¹⁰¹.

⁹⁸ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público:...* op. cit. p. 31.

⁹⁹ ELEUTÉREO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: LUCA, Tania Regina de e MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 84.

¹⁰⁰ SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.* p. 1.

¹⁰¹ *Idem.* p. 2-3.

Apesar do ainda alto nível de analfabetismo, os jornais não raro eram lidos em locais públicos e em voz alta, transmitindo-se dessa forma aos ouvintes as notícias impressas. Sendo assim, ainda que o número de assinaturas dos periódicos fosse pequeno, ao menos os principais jornais das cidades acabavam por atingir um grande público¹⁰². Marialva Barbosa destaca mesmo que a oralidade era ainda tão forte na sociedade do período que os jornais a levavam em consideração. Sabia-se que os jornais teriam leitura compartilhada, e por esse motivo incluía-se marcas da oralidade em sua escrita. Segundo a autora, os textos eram escritos para serem lidos em voz alta, discursados¹⁰³. O espaço público se tornava, por excelência, o local de propagação e discussão das notícias veiculadas pela imprensa.

Detentores do domínio das letras e produtores de discursos diretamente relacionados às discussões públicas da cidade e do Estado, os jornalistas constituíam um grupo de intelectuais cujas opiniões ecoavam na sociedade. Conscientes de seus papéis, buscavam guiar a opinião pública, como aponta Siqueira, através de artigos e editoriais¹⁰⁴. Em momentos de mudanças, eram os informantes da população. Era nas portas das redações que se reuniam grandes parcelas da população, em busca de notícias e informações atualizadas sobre os eventos.

Traçando um perfil das pessoas que trabalhavam nos jornais, Barbosa pode verificar que mais de 90% tinham curso superior e que, dentro dessa porcentagem, a maioria absoluta havia estudado em uma das Faculdades de Direito existentes no país¹⁰⁵. Mais especificamente sobre a composição social da imprensa republicana, segundo Siqueira, tratava-se de

Uma expressão da classe média urbana, embora não lhe falte o apoio da nascente burguesia e de setores da classe rural sensibilizados pela necessidade de reformas indispensáveis à consolidação e ampliação do progresso econômico. É basicamente na classe média urbana, sobretudo entre os profissionais liberais, que a imprensa republicana busca seus dirigentes e colaboradores¹⁰⁶.

Segundo Barbosa, a imprensa ganhava, no entanto, para o público leitor, uma imagem mitificada, o que

Fazia com que a profissão de jornalista se transformasse em um verdadeiro mito social.

¹⁰² MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*

¹⁰³ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa:... op. cit.*

¹⁰⁴ SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.*

¹⁰⁵ Essa pesquisa se refere às pessoas que trabalham na redação ou ligadas a ela no jornal, redatores e repórteres. Nela, considerou-se 58 jornalistas cuja trajetória acadêmica foi revelada, não sendo incluídos os que ocupavam cargo de direção nos periódicos. Para mais informações, ver: BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público:... op. cit.*

¹⁰⁶ SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.* p. 25.

Através de construções frequentemente referendadas e cristalizadas, a população compunha uma imagem da imprensa que, na verdade, era construída pelos próprios periódicos. (...) Nesse contexto, também o jornalista adquire uma imagem mitificada¹⁰⁷.

Ou seja, o jornalista assumia um lugar também privilegiado, a partir de uma imagem construída principalmente pela própria imprensa, que se via como “instrumento direto e imediato de ação educativa (...) a imprensa, segundo suas próprias palavras, é intérprete dos sentimentos populares, formadora de opinião coletiva, analista dos negócios públicos (...) um braço da ilustração brasileira¹⁰⁸”.

Porém, um jornal não alcança seu objetivo, o de transmitir ideias, sem que haja o outro lado da moeda: quem o leia e complete o sistema de transmissão. Nesse contexto, as novidades técnicas ajudam a ampliar o possível universo de leitores. Barbosa aponta que

Nos vestígios deixados pelos múltiplos documentos, pelos textos literários e pelas descrições contidas nos próprios periódicos, a leitura passou a ser hábito nas cidades. Nas soleiras ou apoiados nos umbrais das portas, debaixo dos postes iluminados, nos bondes, nas praças, nas ruas e avenidas há, em múltiplas descrições, referências a leitores. As leituras estão também nos cafês, nos espaços do trabalho, nas salas de visitas das casas¹⁰⁹.

Dessa forma, ainda que fosse difícil precisar a penetração dos impressos, seria possível afirmar que a leitura fazia parte do cotidiano da cidade no período.

Outras mudanças foram incorporadas para conquistar o público leitor. Uma imagem retratando o que era divulgado; a incorporação do folhetim, com a apresentação de um romance dividido em capítulos, que eram publicados nas edições; e mesmo a existência de periódicos ilustrados, como é o caso da *Revista Ilustrada*. Ao longo dos anos, e isso continua até os dias de hoje, os jornais foram lançando mão dos recursos possíveis para conquistar o possível público leitor, aumentar sua circulação e ampliar o alcance de sua mensagem.

No momento aqui estudado a imprensa passava também por outro tipo de transição. Mantinha-se o caráter político panfletário forte das diversas folhas, mas a questão da neutralidade já estava presente. De fato, desde o Primeiro Reinado, era possível perceber que uma parte da imprensa prezava pela neutralidade. Marialva Barbosa aponta a existência de dois tipos de imprensa no período, quanto ao engajamento político:

Ao lado de uma pequena imprensa política-panfletária predominante e hegemônica no período da Independência e do Primeiro Reinado, há uma de outro tipo, que valoriza,

¹⁰⁷ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público:...* op. cit. p. 85.

¹⁰⁸ SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.* p. 32-34.

¹⁰⁹ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa:...* op. cit. p. 117-118.

sobretudo, os próprios acontecimentos, tentando exibir certa neutralidade e indiferença. Apesar de atrelada a interesses políticos e ideológicos, a centralidade da sua narrativa são os acontecimentos¹¹⁰.

Ainda segundo Barbosa, essa opção era também uma forma de conquistar maior adesão pública. Esta adesão estaria ligada “determinadas escolhas narrativas operadas por esses impressos que inserem não apenas a opinião virulenta, mas também acontecimentos cotidianos, respondendo à demanda do público por informação¹¹¹”. Esta seria uma das razões pelas quais determinados jornais sobreviveram ao *boom* vivido pela imprensa na primeira metade do século XIX. Mantiveram-se os interesses políticos, porém, utilizaram-se do discurso da neutralidade. Para a autora, o melhor representante desta linha é o *Jornal do Commercio*, que se distanciava das polêmicas, enfatizando “o seu caráter informativo, comercial e mercantil, ainda que possa incluir notícias de cunho político, mas apenas a título informacional¹¹²”. Este discurso construído por esse jornal, sobre si mesmo, será particularmente importante para entendermos sua escolha narrativa diante da Proclamação da República.

Segundo Barbosa, a partir do ano de 1880 as marcas de neutralidade começam cada vez mais a fazer parte do discurso jornalístico. Com a modernização da imprensa inicia-se também um processo de profissionalização do jornalista. Como os bacharéis constituíam grande parte do quadro de funcionários das redações, para a autora a utilização da linguagem jurídica, como fundamento da imparcialidade e da neutralidade passava a fazer parte da escrita nos jornais. Esta linguagem

Se caracteriza por uma retórica da imparcialidade ao lado da neutralidade. Enquanto que a neutralização é obtida por características sintáticas, como o predomínio das construções passivas, das frases impessoais, fazendo enunciar um sujeito universal, e, ao mesmo tempo, imparcial e objetivo, a universalização é obtida através de outros recursos. O emprego de verbos na terceira pessoa do singular no presente ou no passado composto, exprimindo o realizado, o uso de indefinidos, do presente intemporal e de valores que pressupõe a existência de um consenso ético, além do recurso a fórmulas fixas e lapidares, em detrimento de variações individuais, revelam a retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade¹¹³.

Estas características conferiam aos textos jornalísticos um caráter de documento, posto que neutro e imparcial, como um “reflexo da realidade”.

¹¹⁰ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa:... op. cit.* p. 62.

¹¹¹ *Idem.* p. 71.

¹¹² *Idem.* p. 72.

¹¹³ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público:... op. cit.* p. 131.

A identificação do sujeito da ação, as declarações dos integrantes da narrativa, a precisão dos detalhes dos fatos, a descrição do espaço onde se deu o acontecimento, a delimitação do tempo da análise de forma linear, onde os fatos se sucedem cronologicamente. Ao presente está sempre referido um passado que lhe deu origem e um futuro para onde a trama se encaminha¹¹⁴.

Sendo assim, a construção de um discurso neutro, para além de uma opção narrativa para alcançar um público leitor mais amplo, era também fruto das modificações ocorridas na imprensa e da influência do discurso jurídico.

A partir desse quadro, podemos então examinar a atuação dos jornais nesse momento crucial da mudança do regime. A imprensa teve o papel de divulgar a Proclamação da República, criando uma narrativa sobre o acontecimento. Nesse sentido, apontava a inevitabilidade da mudança e o heroísmo daqueles que se propuseram a levá-la adiante. A própria ideia da “nação republicana” foi se construindo, ao longo do tempo, nas páginas dos jornais, nas primeiras semanas após o 15 de novembro.

Escrever é selecionar a memória e eternizar o que foi selecionado. Nesse sentido, os jornais tornavam-se “senhores de memória”. Isso aponta para uma relação de poder, o poder sobre a memória, possuído pelos jornais, que dominavam a escrita e que escolhiam o que deveria ser escrito. Assim sendo,

O jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer¹¹⁵.

Neste jogo de construção de memória a narrativa do acontecimento ganha forma à medida que os eventos são divulgados nos jornais, recriando a realidade. E então,

Como um monumento de memória, os diários passaram a centrar a sua análise e a difusão das informações da atualidade sobre eixos preferenciais, criando também uma imagem da cidade; do país; identificado como uma ideia pré-concebida de Nação; e de si mesmo.¹¹⁶

Para analisar as narrativas construídas sobre a Proclamação da República, selecionamos três dos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, os quais, além da sua importância na imprensa do período, serviram também como fonte de informações sobre os

¹¹⁴ *Idem*. p. 133.

¹¹⁵ *Idem*. p. 156.

¹¹⁶ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público: ... op. cit.* p. 159.

acontecimentos, para os demais estados que, pela distância da capital, buscavam neles notícias que esclarecessem os diversos aspectos do ocorrido. São eles *O Paiz*, a *Gazeta de Noticias* e o *Jornal do Commercio*. Segundo Mello e Ramos, os dois últimos eram então os jornais mais lidos no Rio de Janeiro.¹¹⁷ O primeiro jornal selecionado em nossa análise é *O Paiz*. Este periódico começou a circular no dia 1º de outubro de 1884, tendo então como diretor e redator chefe Quintino Bocaiúva. Seu proprietário era João José dos Reis Júnior, o Conde São Salvador de Matosinhos, figura ligada ao comércio de importação de secos e molhados. Segundo Eduardo Silva, em *O Paiz*, “a figura (...) [do] proprietário ligava o jornal, desde o início, aos interesses do comércio (...). Sob a direção de Quintino Bocaiúva, contudo, o jornal transformar-se-á no ‘órgão da questão militar’¹¹⁸”. Para o autor, Quintino foi o “guarda vigilante e incansável animador daquela chama”. Atuou persistentemente durante a questão militar, posicionando-se a favor dos oficiais punidos, instituindo uma ligação entre o jornal a classe militar, “que nele passou a ter a sua melhor fonte de informações e o eco mais seguro de suas aspirações e das suas queixas”¹¹⁹.

Quintino Ferreira de Souza adotou o nome Bocaiúva ainda jovem, “acompanhando a voga nacionalista que dominava a mocidade acadêmica”¹²⁰. De origem modesta, passou por dificuldades econômicas que o impossibilitaram de finalizar seus estudos no curso de humanidades. Fora sustentado primeiro por seu tio e, posteriormente, teve em Bernardo Caymari, um industrial de origem cubana, seu patrocinador. Tornou-se reconhecido por seu trabalho jornalístico e, após o 15 de novembro, integrou o Governo Provisório, como ministro das Relações Exteriores, foi senador da República – reeleito - e presidente do estado do Rio de Janeiro¹²¹. Sobre suas ideias políticas “podemos dizer que embora se identificasse com o evolucionismo filosófico pregado pelos positivistas (...), Quintino afastava-se deste ao opor-se à ideia da ditadura. Defendeu, mesmo antes de tornar-se republicano, os ideais liberais-democráticos”¹²². Bocaiúva foi, portanto, figura de destaque da propaganda republicana, associado ao republicanismo “histórico” do Manifesto de 1870, documento qual foi signatário e um dos principais autores.

¹¹⁷ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Op. Cit.*; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*

¹¹⁸ SILVA, Eduardo. Introdução. In: *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*.. Brasília: Senado Federal, 1986. p. 71.

¹¹⁹ *Idem.* p. 72.

¹²⁰ *Idem.* p. 51.

¹²¹ SILVA, Eduardo. Introdução. In: *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*.. Brasília: Senado Federal, 1986. p. 71..

¹²² *Idem.* p. 54.

Apesar dos vínculos notórios de *O Paiz* com a causa republicana, afirmava-se em seus textos, sempre, a neutralidade do jornal, no qual “podia-se ler, numa mesma edição, as colunas ‘Campo Neutro’, redigida por Joaquim Nabuco – que movera batalha contra o crescimento do republicanismo – e ‘Boletim republicano’, dirigida por Aristides Lobo”¹²³. Segundo Andréa Santos da Silva Pessanha, “apresentar-se como jornal neutro, imparcial era ponto nevrálgico nos primeiros exemplares¹²⁴”. A autora considera que a insistência em apresentar-se como uma folha neutra, o que nunca teria convencido os seus leitores, relacionava-se ao objetivo de *O Paiz* alcançar um público ampliado.

A busca de convencer ao leitor que *O Paiz* era isento foi um indício do público alvejado. A folha não se apresentava como órgão dos reconhecidamente republicanos. O importante era ter a simpatia daqueles que poderiam ser convencidos das vantagens da república e de todo o malefício gerado pela dinastia de Bragança e pela centralização do poder ao país¹²⁵.

A edição de *O Paiz* apresentava 4 páginas, divididas, cada uma, em 8 colunas, à exceção das duas últimas, onde eram publicados os anúncios. No cabeçalho do jornal, abaixo do nome, seguia-se a frase “O Jornal de maior circulação da América do Sul”, não sendo a tiragem da folha, entretanto, mencionada. No período pesquisado, apenas nos dias 17 e 18 de novembro consta a tiragem do dia anterior, sendo 61.000 exemplares vendidos no dia 16 de novembro, e 62.500, no dia 17. Vale ressaltar que a *Gazeta de Notícias*, para os mesmos dias, anunciou a tiragem de 100.000 exemplares, sobrepujando em grande número as vendas d’*O Paiz*. Também nos dias pesquisados, contava com as seções fixas: *Nova Patria*, *Telegramma*, *Noticiario*, *Especialidades*, *O Tempo*, *Conselho Diário*, *Echos de toda parte*, *Telegrammas Retidos*, *Correio*, *Necrologia*, *Avisos*, *Memorial*, *Secção Livre*, *Declarações*, *Avisos Marítimos* e *Folhetim*. Além dessas, a seção *Foguetes* aparecia semanalmente. Quanto ao preço de sua assinatura, constava:

Assinatura	Corte e Niterói	Províncias
Anual	12\$000 réis	16\$000 réis
Avulso	40\$ réis	40\$ réis

O Paiz, 15 a 30 de novembro de 1889.

¹²³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.* p. 77.

¹²⁴ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de Doutorado em História, UFF, 2006. p. 93.

¹²⁵ *Idem.* p. 96.

A *Gazeta de Notícias* foi outro periódico que alcançou grande sucesso, ao final do século XIX. Foi fundada em agosto de 1875 por Elísio Mendes, Manoel Carneiro e Ferreira de Araújo, “como um jornal popular e barato, cujo maior objetivo era atingir os mais variados públicos¹²⁶”, sendo vendida, no período, a 40 réis o número avulso, o mesmo preço de *O Paiz*. Também o preço da assinatura era equivalente, correspondendo à tabela a seguir:

Assinatura	Corte	Províncias
Anual	12\$000 réis	16\$000 réis
Semestral	6\$000 réis	8\$000 réis

Gazeta de Notícias, entre 15 e 30 de novembro de 1889.

Inicialmente, foi dirigida por Manoel Carneiro, tomando a dianteira em seguida Ferreira de Araújo¹²⁷.

Comandada por Ferreira de Araújo, a *Gazeta de Notícias* possuía características que a transformaram em um marco importante para o jornalismo brasileiro. — Barata, popular e liberal, como definiu Werneck Sodré, ela colocou ao alcance do grande público não só notícias, colunas de atualidades, política, piadas, como também as artes e, principalmente, a literatura¹²⁸.

Dando grande destaque à literatura em suas páginas, nela colaboravam escritores famosos como Olavo Bilac, Guimarães Passos e Machado de Assis, entre outros.

Sobre esta folha, afirma Maria Tereza Chaves de Mello:

Jornal independente – não filiado a partido ou a qualquer grupo político – e barato, instituiu o jornalismo literário, no que foi imitado em outras províncias. A imprensa passou a receber a contribuição do que havia de melhor no mundo pensante e na literatura¹²⁹.

Vale ressaltar que a não filiação a um partido ou grupo específico não implicava um posicionamento político neutro. Ao contrário, o jornal exaltou a República em suas edições. Como aponta Ana Flávia Cernic Ramos,

¹²⁶ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2010. p. 41.

¹²⁷ FONSECA, Godin da. *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

¹²⁸ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Op. cit.* p. 42.

¹²⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.* p. 73.

Não só o sucesso nas vendas vale ser lembrado, mas também a memória que já em finais do século XIX foi sendo construída sobre este jornal. Vários intelectuais colaboraram na construção da imagem de um jornal popular para a *Gazeta*, de grande acontecimento, de instrumento de transformação da imprensa no Brasil, de uma empresa que investia em literatura¹³⁰.

Como já assinalado, nos dias 16 e 17 de novembro de 1889 a *Gazeta de Notícias* anunciou a tiragem de 100.000 exemplares, além de um aumento do preço cobrado pelo exemplar, por conta dos “próprios jornaleiros”. Já para os dias subsequentes, a tiragem caiu para 28.000 exemplares. À época, o jornal apresentava de 4 a 6 páginas, divididas em 8 colunas, mais uma vez à exceção da seção de anúncios. As notícias sobre a República nascente ocuparam sempre a primeira página – o que indica a importância atribuída ao mesmo evento – a não ser pelas cartas sobre o tema editadas na seção de “Publicações a Pedidos”. A folha possuía ainda as seções de *Telegrammas*, *Avisos*, *Edital*, *Declarações*, *Leilões* e *Annuncios*, além do clássico *Folhetim*. Entre as duas primeiras seções encontravam-se diversas notas e pequenas notícias, sem um subtítulo específico, constituindo uma espécie de noticiário.

Por fim, foi selecionado para análise o *Jornal do Commercio*. Fundado em 1º de outubro de 1827 por Pierre Plancher, era então o mais antigo jornal em circulação na cidade do Rio de Janeiro¹³¹. Trazia sempre as principais notícias do dia e era um dos jornais de maior tiragem, sendo também um dos mais caros. Não era vendido o exemplar avulso, sendo a assinatura do jornal realizada por no mínimo três meses. O preço de assinatura era informado no topo da primeira página e correspondia ao quadro a seguir:

Assinatura	Corte e Niterói	Províncias
Anual	30\$000 réis	34\$000 réis
Nove meses	22\$500 réis	27\$000 réis
Seis meses	15\$000 réis	18\$000 réis
Três meses	8\$000 réis	10\$000 réis

Fonte: *Jornal do Commercio*, entre 15 e 30 de novembro de 1889.

Anteriormente ao *Jornal do Commercio*, em junho de 1824, Pierre Plancher fundara seu primeiro jornal, *O Spectador Brasileiro*, que atuou na defesa de D. Pedro I e seu governo

¹³⁰ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Op. cit.* p. 43-44.

¹³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 126.

e funcionou até 1827. O curto período entre o fechamento d’*O Spectador* e a fundação do *Jornal do Commercio*, juntamente com uma leitura do editorial de inauguração do último, deu lugar à interpretação de que se dava continuidade àquela iniciativa. Porém Godin da Fonseca, em *Biografia do Jornalismo Brasileiro (1808-1908)*, afirma que o *Jornal do Commercio* seria na verdade a continuação do *Diário Mercantil*. Segundo Fonseca, foi publicada no *Diário Mercantil* uma nota informando a finalização da publicação do mesmo e a substituição deste pelo *Jornal do Commercio*, tendo Pierre Plancher adquirido o título do *Diário Mercantil*, de propriedade de Francisco Manoel Ferreira e Cia., na ocasião, por um conto de réis¹³².

Em seu nascimento, o *Jornal do Commercio* apresenava-se como um jornal voltado para os interesses mercantis, porém, poucos dias após sua fundação, em 12 de outubro de 1827, “publicou uma nota onde clamava o povo para a necessidade de reconhecer no Imperador suas qualidades de grande monarca defensor da nação brasileira¹³³”. Segundo Futata:

Na verdade Plancher não conseguiu cumprir a promessa que havia feito no primeiro número do jornal, de se manter afastado das questões políticas. É possível perceber isso por meio do conteúdo de seus editoriais, das sugestões de livros que anunciava e das menções “desinteressadas” às ações do imperador e de seus aliados¹³⁴.

No período aqui estudado, a folha era publicada diariamente, tendo de 4 a 6 páginas, divididas em 8 colunas, com exceção, mais uma vez, das páginas de anúncios. O *Jornal do Commercio* contava com 16 seções fixas, além de outras 4 que apareceram em alguns números. Eram as primeiras: *Estado do Rio de Janeiro*, trazendo a ata da *Assembleia Geral* e os atos do governo; *Telegrammas*, incluindo os recebidos pela agência Havas; *Gazetilha*, composta de pequenas chamadas e notícias e contendo também uma subseção chamada “*Varias Noticias*”; *Avisos*; *Exterior*, trazendo notícias de outros países; *Interior*, que trazia notícias das várias províncias; *Tribunaes e Juizos*; *Publicações a pedidos*; *Indicações uteis*; *Editaes*; *Arrematações Judicarias*; *Declarações*; *Commercio*; *Avisos Maritimos*; *Annuncios* e *Folhetim*. Com exceção do *Folhetim*, que por vezes vinha no rodapé da primeira página e em outras na segunda ou na terceira, a ordem das seções seguia a exposição aqui realizada, variando a coluna que ocupavam nas páginas segundo o tamanho dos artigos que compunham

¹³² FONSECA, Godin da. *Op. cit.*

¹³³ FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *Imprensa e educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do Primeiro Reinado (1827-1832)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UEM, 2008. p. 71.

¹³⁴ *Idem.* p. 74.

cada seção. Além das seções assinaladas, alguns números do jornal apresentaram ainda as seções: *Jornal do Commercio*, composta pelos artigos intitulados “A situação”, “A semana” e “Acontecimentos”, compostas das notícias relacionadas à República. Por receber esta seção de caráter “extraordinário” o título do jornal, e pelo conteúdo de seus artigos, foram consideradas como editoriais. A seção *Jornal do Commercio* apareceu nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 1889, como primeira seção, na primeira coluna. Nos dias 16 e 17 de novembro, apareceu também a seção *Assemblea Geral*, que trazia discussões do Senado, anteriores ao golpe; *Variedades e Ilma. Camara*, que traziam discussões da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Excetuando-se as publicações da seção “A pedidos” nenhum dos artigos era assinado.

Dividimos a análise das notícias em três tópicos: o primeiro tratará das narrativas construídas no “calor da hora” sobre o 15 de novembro, e das opiniões veiculadas sobre o novo governo. O segundo tópico tratará da deposição da Monarquia e do banimento da família real, buscando-se evidenciar como os jornais noticiaram este evento e as representação associadas ao imperador e à família real. Por fim, enfocaremos matérias e telegramas que apresentavam a repercussão da proclamação da República nos estados.

2.2 Narrativas sobre o 15 de novembro

A “narrativa oficial” sobre a proclamação da República suscitou diversos debates por muitos anos, correspondendo a disputas de poder em que estiveram em jogo muito mais que os personagens principais na condução dos acontecimentos, mas lutas políticas em torno dos diferentes projetos republicanos. Nesse sentido, muitas “batalhas de memória” foram travadas em torno desses eventos, estando, no centro das mesmas figuras importantes que participaram do golpe: o marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva. Tais embates foram travados principalmente na imprensa, que, em suas páginas, construiu uma narrativa sobre a República, exaltando os mesmos personagens.

José Murilo de Carvalho, em seu livro *A Formação das Almas*, analisa os principais personagens nas narrativas em disputa sobre a República, e os projetos políticos que representavam. Nesse sentido, a vitória de um deles seria também a vitória de um determinado ideário político¹³⁵.

¹³⁵ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras,

Seria sintomática, pois, a exaltação, por parte d'*O Paiz*, da figura de Quintino Bocaiúva, diretor do Partido Republicano, que representava o projeto de uma República liberal, aos moldes da americana. Ao mesmo tempo, Quintino representava a presença dos civis no golpe republicano, que fora, visivelmente, uma ação militar. Segundo Carvalho, tal narrativa estabeleceu uma versão sobre a proclamação na qual os militares eram reduzidos a “instrumentos de desígnios históricos”, sendo Quintino exaltado como “a pessoa que faz Deodoro decidir-se pela república¹³⁶”. Nesta versão, o papel atribuído a Deodoro era o de representar o apoio da força militar ao projeto republicano, sendo diminuída também a importância de Benjamin Constant. Conforme assinalado pelo autor, o próprio Quintino concorrera com essa versão, ao declarar ter sido sua decisão, apoiada pelo major Sólon, o que levava à proclamação: “A decisão [da proclamação] é dos históricos, é do Partido Republicano; os militares são os instrumentos livremente aceitos para implementá-la¹³⁷”.

Ainda que não plenamente estabelecida, esta narrativa, como veremos, está presente n'*O Paiz*, nos primeiros dias após a proclamação, pelo destaque conferido à presença de Quintino Bocaiúva nos eventos e às manifestações populares em apoio ao movimento. Construía-se dessa forma uma narrativa que visava a descaracterizar o golpe republicano como unicamente militar.

Outra vertente exaltava Deodoro como principal personagem da instauração da República. Segundo Carvalho, a defesa desta versão se deu principalmente entre os oficiais não-positivistas. Aponta o autor que “para este grupo, a proclamação foi ato estritamente militar, corporativo, executado sob a liderança insubstituível de Deodoro. Os civis pouco ou nada influíram¹³⁸”. O descaso do Império com os militares seria a razão da revolta, sendo a República vista como a salvação do exército. Por esse motivo, tal narrativa não continha uma visão elaborada do projeto republicano a ser estabelecido no país, buscando-se “apenas posição de maior prestígio e poder, a que julgava ter o Exército direito após o esforço de guerra contra o Paraguai¹³⁹”.

1990.

¹³⁶ *Idem.* p. 50.

¹³⁷ *Idem.* p. 51.

¹³⁸ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 38.

¹³⁹ *Idem.* p. 39.

Por fim, ainda seguindo a análise de Carvalho, outra importante versão sobre os acontecimentos se construiu em torno da figura de Benjamin Constant. Nela, Benjamin não aparece como um representante da classe militar, mas como “o professor, o teórico, o portador de uma visão da história, de um projeto para o Brasil¹⁴⁰”. O personagem estava ligado, portanto, a uma ideologia e a um projeto político claramente definidos, associados ao positivismo. Contra a democracia representativa, pregava-se a implantação de uma ditadura republicana que eliminaria os privilégios da “burguesia” e incorporaria o proletariado à sociedade. O poder legislativo, neste modelo, teria um papel secundário, unicamente orçamentário.

Como podemos observar, as três principais figuras históricas relacionadas à proclamação estavam ligadas a três projetos políticos muito diferentes. A batalha em torno de um “mito de origem”, como aponta José Murilo de Carvalho, esteve diretamente relacionada com tais projetos, dela devendo emergir a narrativa oficial que se quis vencedora.

Como já apontamos acima, estas narrativas foram construídas ao longo do tempo, embora seus principais elementos já estivessem presentes neste momento inicial de que aqui tratamos. Na imprensa, travava-se disputas em torno dessas narrativas, das quais certos personagens foram destacados para fazer parte do novo panteão republicano, dando inteligibilidade ao acontecimento. Definir o “herói” republicano, dessa forma, era definir o tipo de República que se estava construindo. Essa disputa se construía cotidianamente nos jornais.

Como já assinalado, *O Paiz* foi o grande representante do primeiro modelo de República citado, a República liberal, defendida por Quintino Bocaiúva. Em sua narrativa sobre a República, ainda que se exaltem os militares pela sua ação, se exaltará principalmente o novo governo, constituído a partir do 15 de novembro. A participação popular será assunto recorrente do jornal, que buscou demonstrar a legitimidade e a aceitação pelo povo do novo regime, bem como sua participação no mesmo. Dessa forma, o povo era também responsável pela República.

Já a *Gazeta de Notícias*, ainda que dê certo destaque as participações populares, como veremos no próximo capítulo, enaltece principalmente a participação militar no episódio. Em suas páginas, construiu-se um panteão republicano, no qual eram exaltados certos personagens, tendo destaque as figuras de Benjamin Constant, organizador do novo governo,

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 40.

e do marechal Deodoro da Fonseca. Também o *Jornal do Commercio* destacou o caráter militar da proclamação, conferindo-se legitimidade aos acontecimentos a partir do prestígio de figuras como o marechal Deodoro da Fonseca. Dessa forma, pela ação militar, foram depostos o gabinete e a Monarquia.

Como podemos observar, tais disputas estavam presentes já nas primeiras narrativas construídas pelos jornais sobre a proclamação. Propomos, então, uma análise mais detida das notícias acerca do 15 de novembro.

N’*O Paiz*, as notícias relativas à instauração do novo regime exaltavam os militares, a própria República e também o povo, como participante do acontecimento, destacando seu caráter “pacífico e ordeiro”.

Na edição do dia 16 de novembro, o jornal publicou uma pequena nota tratando da dificuldade de narrar tudo que ocorrera durante o dia anterior. Sob o título “O dia ontem”, *O Paiz* apresenta o seguinte comentário:

Tão brusca foi a impressão produzida pelo aspecto do dia de ontem, tão rapidamente se sucederam os acontecimentos e tão descontraídas as notícias dos fatos, que muito difícil se torna oferecer aos leitores um noticiário circunstanciado do grande numero de incidentes que se deram durante o movimento.

Entretanto, como é nosso dever empregar todos os esforços para bem servir o público aí vão os apontamentos coordenados tanto quanto possível e escritos a proporção que no-los fornecia a reportagem.

É possível que alguma lacuna se encontre, mas esperamos que não seja ela tão sensível, que, importando a falta de valiosa informação, torne o leitor pouco a par da verdade dos fatos¹⁴¹.

Podemos verificar que, nesta pequena introdução, o jornal expõe tanto sua escolha narrativa, pequenos artigos informando sobre um fato determinado, em detrimento de um artigo que desse um panorama geral, como pede desculpas pelas possíveis lacunas em seu noticiário e as informações descontraídas sobre os eventos. A preocupação com a possibilidade de não transmitir ao leitor a completa “verdade dos fatos” assinala também uma visão sobre a atividade jornalística que caracterizava o período. Como já tratamos anteriormente, o jornal era considerado, especialmente por aqueles que nele escreviam, como o responsável por levar “a verdade” ao seu leitor, cumprindo uma importante função social. No entanto, diante dos acontecimentos, tratava-se também de apresentar uma determinada leitura sobre os mesmos.

Na notícia intitulada “No Campo da Aclamação”, o jornal trata da tomada do local pelos militares e do ultimato de Deodoro que levava à demissão do ministério chefiado por

¹⁴¹ *O Paiz*, 16 de novembro de 1889. p. 1.

Ouro Preto. Comentando o agrupamento das tropas, nas horas que se seguiram à queda do gabinete, constava que:

Não podia ser mais imponente o aspecto que apresentavam as forças de terra e mar, formadas no campo da Aclamação, desde o amanhecer, em frente ao quartel das primeiras, onde, situada a secretaria de guerra, *conservava-se os prisioneiros do povo e dos militares o gabinete decaído*. (...) Ali permanecendo durante horas, senhora da praça, a força levantava sucessivas vivas à liberdade, à nação brasileira, ao exército e armada, à república salvadora¹⁴².

Para o jornal, correspondendo o gabinete deposto aos “prisioneiros do povo e dos militares”, dava-se o regime como deposto, tendo ruído as antigas instituições. Restava então uma única coisa a fazer, construir o novo, esforço no qual se integrava o próprio jornal:

Desfizemos e vamos agora refazer.
Destruir para construir é o lema moderno.
Desapareceu a monarquia e hoje a forma do governo brasileiro é o da República Americana: o governo do povo, pelo povo e para o povo¹⁴³.

Na *Gazeta de Notícias*, a primeira notícia sobre a instauração do novo governo se encontra num artigo intitulado *A República*, no dia 16 de novembro, publicado na primeira coluna da primeira página. No texto são expostos, de forma rápida, os acontecimentos do dia anterior. O editorial dava como certa a impossibilidade de retorno a Monarquia.

Toda força militar achou-se ontem unida em um pensamento único: o ministério foi deposto por intimação do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, e os gritos de viva a república ecoaram durante o dia na cidade inteira. Está quebrada toda e qualquer ligação entre o exército e a monarquia, *pelo fato de unanimidade com que aquele se manifestou*, e porque em questão desta ordem não se volta, depois de ter chegado a certo ponto.
Se fosse possível organizar ainda um ministério monarquista, agora, ou depois de uma eleição, este dificilmente poderia governar a não ser pela violência, mas para isso seria preciso supor que uma parte da força pública faz questão dessa forma de governo; durante o domínio desse ministério, a causa republicana, naturalmente irritada por esse revés, não seria destruída, iria trabalhar com os recursos que tivesse; e como a população teria consciência, de um lado, das disposições violentas do governo, do outro do trabalho latente e incessante dos republicanos, não mais haveria tranquilidade, a ordem seria fictícia, confiança desapareceria¹⁴⁴.

Como podemos observar no trecho acima, não há detalhes sobre como se deu a proclamação. A preocupação maior do texto do editorial parece residir em enfatizar a

¹⁴² *O Paiz*, 16 de novembro de 1889. p. 1. (grifo nosso)

¹⁴³ *O Paiz*, 17 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁴⁴ *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1889. p. 1. (grifo nosso)

impossibilidade de retorno à antiga ordem. Outra ideia forte no artigo é a da unidade da força militar, que teria deposto o ministério.

O panorama traçado a partir da hipótese da organização de um novo ministério monarquista é desastroso. Um tal governo só seria imposto pela força, com ameaça à tranquilidade e à ordem pública, não se supondo que os republicanos desistissem de seu intento.

Ainda que as notícias a respeito da proclamação fossem esparsas ou desencontradas e que os fatos não estivessem completamente esclarecidos, para a *Gazeta*, era importante apresentar sua avaliação sobre o acontecimento de 15 de novembro.

A hora em que traçamos estas linhas, correm ainda boatos desencontrados sobre a solução que terá a questão, mas, quer possamos ainda hoje dar aos nossos leitores notícias decisivas, quer fique ainda alguma coisa para se decidir, nós é que não nos julgamos com o direito de calar o nosso modo de ver as coisas¹⁴⁵.

Na edição de 18 de novembro, sob o título “*Cousas Politicas*”, a República é mais uma vez o assunto principal. O novo governo e os responsáveis por ele, em especial Benjamin Constant, de quem se lembra a religião, são louvados. Assinala-se mais uma vez a aceitação da República, enquanto a Monarquia é alvo de críticas, ainda que ações positivas realizadas por homens do regime deposto possam ser destacadas¹⁴⁶. Segundo a *Gazeta*:

Se a nação brasileira aceitou, pode-se dizer que em algumas horas, a mudança radical que se efetuou; *se contra essa mudança não houve e não há plausibilidade de resistência séria*; não foi só para abolir a monarquia, mas para condenar e abolir para sempre a política que até hoje se tem feito, em que a chicana representava papel importante.

Essa política, se por vezes praticou o bem, se fez com Eusébio a abolição do tráfico, Paranhos a libertação do ventre, com Saraiva a reforma eleitoral, se tentou com o ministério Dantas encaminhar a solução do problema servil, se o resolveu definitivamente com o ministério João Alfredo, se com o ministério Ouro Preto assentou as bases da reorganização financeira, em geral se viveu de postergação de direitos, de proteção a afilhados, de concessões mais por causa das conveniências que pelo bem público.

Os homens que estão hoje no governo nunca entraram nesse mundo. Só três deles já foram deputados: o Sr. Campos Salles, eleito pelo partido republicano, e que portanto nunca viveu na intimidade dos ministros; o Sr. Aristides Lobo, que, depois da dissolução de 1868, declarou-se republicano e republicano ficou até hoje; e o Sr. Rui Barbosa, que, depois de apoiar o seu partido na câmara, foi derrotado nas urnas estando no governo o seu maior amigo, e saiu do parlamento com os entusiasmos intactos para ressurgir na imprensa, apto para uma vida inteiramente nova. Entre os seus colegas, há a cabeça pensante do movimento que deu lugar à proclamação da República, o Sr. Benjamim Constant, cuja religião tem esta divisa: viver às claras.

Tudo nos leva, pois, a crer que estes homens vão governar o país, sem saber e sem querer saber uma palavra do que era a política até aqui; vão governá-lo como têm governado a sua

¹⁴⁵ *Gazeta de Noticias*, 16 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁴⁶ Infelizmente a edição deste dia encontra-se seriamente deteriorada, não sendo possível verificar se mais notícias a respeito da instauração do novo governo foram publicadas. A próxima edição disponível é a do dia 18 de novembro de 1889.

*vida; aplicar ao bem da nação as regras de que se têm servido para se manter na estima pública como homens digno*¹⁴⁷.

O artigo manifesta um apoio veemente por parte do jornal ao novo regime e ao ministério republicano, homens dignos que já teriam conquistado a estima pública e estavam à frente do novo governo.

Partindo do princípio que não só não houve, como não seria possível uma resistência séria à República já instituída, é inferido que a falta de reação contrária significa um amplo apoio não apenas a favor do novo sistema, mas uma recusa ao modo de se fazer política no Império. Este, por sua vez, em tantos anos de vigência, pouco teria feito algo louvável. As ações políticas consideradas pela *Gazeta* como dignas de menção estão, em geral, relacionadas com as tentativas e abolição dos escravos.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é a exaltação, nos novos governantes, da falta de vínculos com o regime deposto, o que os distanciaria do modo antigo de fazer política e que, por si só, os qualificava para as novas funções que viriam a desempenhar. A República seria então governada por homens que teriam como baliza “a forma de gerir suas próprias vidas”.

Sobre os militares, aponta a *Gazeta de Notícias*:

Não faltará quem tenha algumas apreensões secretas, pelo fato de ter sido este movimento feito pela força armada; mas esses mesmos confessarão que, por um lado, a completa harmonia que houve em toda classe, deu em resultado a conservação da ordem, o respeito aos direitos adquiridos, e as deferências aos vencidos; e por outro, indica que, se toda a classe se uniu de tal modo em um pensamento único, é que toda classe tinha alguma razão séria de queixa contra a *política* que com ela se fazia.

Durante muito tempo, e n'esta mesma seção, o dissemos repetidas vezes, por ocasião das várias questões militares, que estas teriam de repetir-se indefinidamente, enquanto a mesma política se fizesse; os ministros civis usavam e abusavam da força armada, dando-lhe encargos que não lhe competiam, punindo-a por faltas políticas, não tendo regra, nem para a avaliação das faltas, nem para a punição d'elas, aplicando castigos a seu arbítrio, e a seu arbítrio distribuindo favores.

Por que supor que, estabelecida pelo governo novo uma nova lei, em que não haja só deveres, mas também direitos, e firme o propósito de respeitar tão igualmente os direitos como exigir o cumprimento dos deveres; por que supor que o exército, que tantas vezes, apesar de desatendido, suportou com paciência o que não era rigorosamente justo, o que não era rigorosamente legal, não há de aceitar contente aquilo que de antemão ficar estabelecido sobre princípios em que se cogite, tanto da dignidade militar, como das conveniências do serviço público.

Não se precisa de prova mais eloquente do que são hoje as disposições da força armada, do que o seu procedimento n'estes dias, em que em suas mãos estiveram a ordem e a tranquilidade pública.

Eles, os vencedores de ontem, tinham por sua a força e empregaram-na só para fazer prevalecer o direito sem abusar d'ela para satisfazer rancores¹⁴⁸.

¹⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889. p. 1. (grifo nosso).

¹⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

Uma vez mais a unidade dos militares é citada. Estes são os vencedores da proclamação, que se voltaram contra a Monarquia por terem “alguma razão séria de queixa”. Eram alvo do arbítrio do governo e do descaso dos ministros civis, argumento que mobiliza a honra militar e a memória das diversas “questões militares”, destacadas por Celso Castro¹⁴⁹. Tranquilizando os leitores sobre os resultados do movimento realizado pelas forças armadas, a *Gazeta* entende não haver razão para crer que os militares não acatarão o que for decidido, mantendo “a ordem e a tranquilidade pública”, desde que respeitada a classe militar. O trecho acima é uma defesa dos oficiais, que atuaram com unidade, depois de anos de injustiças perpetradas pela Monarquia.

Mais a frente, no mesmo editorial, a *Gazeta* tranquiliza seus leitores em relação a possíveis apreensões diante do caráter militar do movimento. Segundo a folha, a ação militar fora motivada pelos desmandos e descaso do Império com relação aos mesmos. Acertados seus direitos, pelo novo governo, não haveria razão para descontentamentos. O 15 de novembro é consagrado como uma data da qual o país deve se orgulhar, uma data que ficaria “ainda mais que o 13 de maio, não só na história do Brasil, mas na história do mundo, como uma data gloriosa, sem precedentes, um exemplo que dá bem a medida da doçura da nossa índole¹⁵⁰”. E, por fim, conclui-se:

O país está tranquilo, mais do que tranquilo, satisfeito (...) Agora a questão é trabalhar, trabalhar afincadamente, com perseverança, com honestidade, com patriotismo, utilizando todas as atividades, pondo em contribuição todas as inteligências, com uma única condição, o abandono completo dos velhos moldes, de que se quebraram uns quando abolimos a escravidão, de que se devem quebrar os últimos agora que está proclamada a república¹⁵¹.

Dada a mudança do governo, era hora de “trabalhar”. Deixar de lado os antigos preceitos, destruídos, e reconstruir a nação.

Por fim, o *Jornal do Commercio*, que na seção de mesmo nome, apresentou nos dias 16 e 18 de novembro artigos que tratavam da instauração do regime republicano. Para o jornal, diferentemente da *Gazeta de Notícias*, ainda não era possível um juízo do evento. Com cautela, lembrava-se a necessidade da “calma da reflexão”, uma vez que não se dispunha de uma dimensão completa das causas e conseqüências das ações recentes.

¹⁴⁹ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁵¹ *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

Não nos é possível neste momento ser historiador, apreciando os fatos em suas causas próximas ou remotas e emitindo juízo sobre casos que, para justo e imparcial julgamento, exigem a calma da reflexão. Vamos expor simplesmente os acontecimentos¹⁵².

A esse respeito, publicava-se no dia 16 de novembro:

Despertou ontem (15) esta capital no meio de acontecimentos tão graves e tão imprevistos que as primeiras horas do dia foram de geral surpresa.

Rompeu com o dia um movimento militar que, iniciado por alguns corpos do exército, generalizou-se rapidamente pela pronta adesão de toda a tropa de mar e terra existente nesta cidade.

A consequência imediata destes fatos foi a retirada do ministério de 7 de junho, presidido pelo Visconde de Ouro Preto, que teve de ceder à intimação feita pelo Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, que assumira a direção do movimento militar.

À exceção do lastimoso caso do Sr. Barão do Ladário, que, não querendo obedecer a uma ordem de prisão que lhe hora intimada, resistiu armado e ficou ferido, nenhum ato de violência contra a propriedade ou a segurança individual se deu até o momento em que escrevemos estas linhas.

Aos que se acham com a responsabilidade da situação corre o imperioso dever de manter a ordem e a tranquilidade pública. São tantos e tão importantes os interesses da população nacional e estrangeira da nossa capital que a mais rigorosa e constante vigilância torna-se indispensável para que no meio da efervescência natural nestas ocasiões não fiquem comprometidos os créditos de um povo civilizado, como é o povo fluminense¹⁵³.

A assinalar o fato de o jornal apresentar os fatos ocorridos como “imprevistos”, causando “surpresa”, destacando-se como consequência, inicialmente, apenas a queda do ministério. Prossegue o artigo com o detalhamento das ações, antecedidas dos horários em que ocorreram, desde a reunião do ministério às 5 da manhã, avisados de um possível movimento, até a chegada do imperador, durante a noite, e dos conselheiros do Estado, que haviam decidido por organizar um novo ministério. É apontada, como na *Gazeta de Notícias*, a unidade militar, já que o movimento começara por alguns corpos do exército, obtendo em seguida a adesão de toda a força militar.

O texto é extenso e, dentre as diversas notícias pesquisadas, o mais minucioso e o que possui mais informações sobre o que ocorreu no dia 15. Além da narrativa da queda do gabinete e das movimentações do regime deposto, consta também a notícia da proclamação, feita pelo novo ministério, anunciando a mudança do regime. A opção narrativa parece ir de encontro com a declaração do editorial de que se procederia apenas à exposição dos fatos, porém, considerando-se que o jornal era reconhecido por suas ligações com o governo da Monarquia, a notícia da instauração da República e o distanciamento de opiniões apontam

¹⁵² *Jornal do Commercio*, 16 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁵³ *Jornal do Commercio*, 16 de novembro de 1889. p. 1.

tanto para certa cautela no trato do assunto, como também para certa disposição para a aceitação da nova ordem.

No dia 18 de novembro, em artigo editado sob o mesmo título, ainda que prezando pela “informação”, em detrimento do “julgamento”, o jornal apresentava artigo mais opinativo. A respeito da formação do novo ministério, comentava-se:

Os extraordinários acontecimentos dos últimos dias deixaram em completo esquecimento alguns pequenos fatos que teríamos de recordar nesta revista, se a escrevêssemos em condições normais.

Com efeito, o espírito abisma-se na contemplação dos rápidos e estupendos sucessos que, desdobrando-se com incrível, e talvez, imprevista celeridade, começaram pela deposição do gabinete de 7 de Junho e chegaram até a mudança da forma de governo e a saída do Sr. D. Pedro II e sua família, para fora do país. (...) Este governo que prontamente se constituiu, declarou, em proclamação ao povo, considerar-se depositário do poder supremo até que o país, livremente consultado, deliberou sobre o governo definitivo. Achamo-nos, pois, sob regime provisório, cuja responsabilidade é por isto mesmo maior. Sua autoridade é vastíssima, como a de todo governo de fato, que, durante um período, mais ou menos largo, concentra em suas mãos todos os poderes.

A este governo estão entregues a ordem social e a tranquilidade pública, a garantia de todos os direitos dos cidadãos, a salvaguarda da liberdade sob todas as suas formas e os interesses de quantos, nacionais e estrangeiros, depositarão confiança na boa fé, nunca desmentida, da nação brasileira.

Embora assim armado de poderes extraordinários, este governo não será forte senão pela força que lhe derem todos os bons cidadãos.

*Qualquer que tenha sido nosso modo de pensar aqui manifestado, agora o dever para nós está traçado pelas circunstâncias e é inspirado pelo mais extremo patriotismo*¹⁵⁴.

A proclamação é narrada como um movimento que começou pela deposição do gabinete e chegou até a mudança da forma de governo e o banimento da família real. A narrativa parece construir a ideia de que iniciado o movimento, não necessariamente teria esse fim, não sendo a República seu resultado necessário, embora, inesperadamente, o tenha sido.

Chamamos atenção especialmente para último trecho. Nele o jornal que, como já citado, apoiava as instituições monárquicas, deixa clara a nova posição adotada. Dada as circunstâncias, a queda da Monarquia e a instauração da República, caberia agora ao jornal preocupar-se com a nova ordem, movido pelo “extremo patriotismo”. Aos “bons cidadãos” era dever delegar sua força ao novo governo. Em prosseguimento, no mesmo editorial:

Durante o regime provisório devemos incessantemente velar com o governo pela conservação da tranquilidade pública aconselhando-o, animando-o no procedimento enérgico quando indispensável, mas sempre prudente, e não deixando de apontar à reconsideração os atos que nos parecerem menos regulares, as tendências ao excesso de autoridade, as providências que, por improficuas enfraquecem e desprestigiam, ou que, por violentas, despertam justos ressentimentos.

Não cabe apreciar agora se todas as medidas adotadas se justificam pela força das circunstâncias e pela lógica fatal dos acontecimentos; não temos, porém, a menor dúvida em reconhecer que a tranquilidade pública tem sido mantida convenientemente, e estamos convencidos de que neste ponto não afrouxará a solicitude e energia das autoridades.

¹⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

Numerosos e importantíssimos interesses de ordem econômica, que ainda se retraem tímidos, entrarão francamente no movimento que é para eles a vida, logo que se convencerem de que está assegurado o livre exercício de sua atividade.

O comércio, principalmente, que tem por essencial condição de desenvolvimento a confiança, necessita de incontestáveis garantias, e tais garantias só lhe pode oferecer o procedimento refletido, moderado, isento de paixões e enérgico dos representantes da autoridade.

Seja assim caracterizado o procedimento do governo provisório, e não lhe faltará o apoio dos bons cidadãos, daqueles que aceitam os fatos consumados, contra os quais a reação na atualidade seria cume de patriotismo¹⁵⁵.

Neste trecho, o jornal aponta ser seu dever aconselhar o ministério, animando-o quando assim julgar necessário, mas também apontando-lhe os erros e excessos. Considera ainda, que era preciso trabalhar com o novo governo na manutenção da ordem e tranquilidade pública.. Essa preocupação, por sua vez, liga-se àquela relativa à continuidade do funcionamento do comércio, que necessita de garantias do novo governo para o desenvolvimento de suas atividades. É preciso o procedimento moderado e energético do novo governo, para que se apoie o novo regime. A adesão, seja do comércio, seja dos “bons cidadãos”, seria consequência da adoção de tais procedimentos, não cabendo, ao “patriotismo”, novamente, uma reação contrária aos “fatos consumados”.

Considerando-se as narrativas sobre os acontecimentos do 15 de novembro, vale ressaltar, também, que, no decorrer das duas semanas que se seguiram à proclamação, alguns personagens ganharam maior destaque nos jornais, fosse por sua atuação no movimento que instaurou a República, fosse pela função que assumiam no governo provisório, ou pelo cumprimento de tarefas consideradas importantes. Estabelecia-se, dessa forma, um “panteão republicano”.

A exaltação de certos personagens atingiu uma forma mais delineada na *de Noticias*, que, em algumas edições, publicou fotografias e pequenas biografias. N’*O Paiz*, a relevância de certos personagens se deu dentro da narrativa dos acontecimentos, não havendo maior destaque aos mesmos no *Jornal do Commercio*.

Para *O Paiz*, os militares, de modo geral, foram personagens importantes, apresentados como responsáveis pelo movimento que deu fim à Monarquia. Dentro desse grupo, destacam-se especialmente o marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, ambos desempenhando papéis decisivos na liderança do movimento. Somada a eles, a figura de Quintino Bocaiuva também é muito saudada por sua atuação à frente do Partido Republicano e, juntamente com os militares, na preparação do golpe, fato que não é citado nos outros jornais analisados. Porém, em *O Paiz*, o povo é o personagem principal da nova

¹⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 1..

República, ganhando grande destaque em suas páginas, nas quais foram louvadas as diversas manifestações populares de adesão. Dessa forma, o jornal construía uma narrativa que incluía a população do Rio de Janeiro nos acontecimentos. No dia 18 de novembro na seção *Traços e Rascunhos*, publicou-se:

Este país é o país das maravilhas.

O seu povo, generoso e grande, como grande e generosa é a terra abençoada que pisa, é o povo das grandes mutações, das modificações rápidas e radicais, que ele não consente que lhe perturbem a ordem natural dos hábitos íntimos, muito embora importem elas a transformação inteira da sua vida política.

De uma feita, ele que suportava repugnante instituição secular que o infamava, assistindo quase impassível às cenas carnavalescas em que se rasgavam as carnes de escravo de promiscuidade com a sua honra, revoltou-se, foi ao encontro do exercito e da armada e o exclamou:

- A tua farda está suja e essa bandeira, que defendes e que é o símbolo da nossa terra tem uma nodoa... Lave-mo-la!

E empreendeu a limpeza da pátria, atacando a monarquia na intimidade do lar e forçando o parlamento, que ficticiamente representava a sua soberania, a decretar a abolição.

E ele, louco de alegria, delirante de entusiasmo, foi para as ruas, dançou, riu, aplaudiu, e, entre flores e ruidosas expansões de prazer, realizou uma revolução, calma e sorridente. *Dera o primeiro passo para a sua grande vitoria*¹⁵⁶.

Do povo era a vitória da República, ele realizara a revolução que se iniciara com a libertação dos escravos e se concluía com a proclamação republicana.

Por fim, a *Gazeta de Noticia*, em suas edições dos dias subsequentes à proclamação, construiu um quadro de personagens a serem exaltados, fosse por sua atuação efetiva na instauração do novo regime, fosse por sua atuação na propaganda republicana ou pela participação no novo ministério. Ainda no dia 18 de novembro, é publicada a fotografia de Campos Salles, com a legenda “Novo ministro da Justiça”, sem que fosse acompanhada por um texto.

No dia 21, é publicada a fotografia do major Sólton Ribeiro, com uma pequena biografia, exaltando-se sua participação na proclamação:

Poucos sabem o que deve a constituição definitiva da República Brasileira à este distinto oficial do 1º regimento de cavalaria.

Foi ele quem, por um verdadeiro stratagem, conseguiu por em ação as massas preparadas para o movimento. Compreendeu por uma dessas revelações do momento, que toda delonga era prejudicial, que de resultado pouco favorável seria qualquer adiantamento.

O exército, especialmente a 2ª brigada, preparava-se para a resistência e aguardava apenas o ensejo oportuno para agir; mas o governo já entrava a tomar providencias e precauções, e se essas fossem a termo, quando surgisse o exército já encontraria tomadas as saídas.

Foi então que se fez circular no quartel a noticia de que, após as opressões desenvolvidas contra o exército, o governo ordenara a prisão do marechal Deodoro e do Dr. Benjamin Constant, os dois ídolos dos corpos do exército.

Este boato foi a pancada que fez detonar a espoleta e o arruído trouxe o resultado que vimos: a 2ª brigada, a escola superior de guerra, a escola militar, comandadas pelo general Deodoro, vieram para a praça e sitiaram o governo.

¹⁵⁶ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p.1.(grifo nosso)

Desde então o papel do major Solón ficou assinalado como o de um personagem importantíssimo na proclamação da república; eram suas palavras, logo após a destituição do ministério, que o povo teria a mais completa satisfação, pelo reconhecimento completo de sua liberdade.

O destino encarregou-se de afirmar ainda mais uma vez a posição do major Sólón no movimento libertador, tornando-o portador da mensagem em que o Governo Provisório convidava o ex-Imperador a retirar-se dentro de 24 horas do território do Brasil, e fazendo-o o guarda da família imperial até o embarque, constituindo destarte a ligação indelével do seu nome ao movimento revolucionário incruente que determinou a queda da monarquia no Brasil¹⁵⁷.

Como é possível observar, o Major Sólón é exaltado por ter posto em andamento o “movimento revolucionário”. Sua atuação é vista como decisiva para que a revolução não corresse o risco de ser frustrada pelo ministério deposto. Reafirmando sua importante posição na história da proclamação, o major teve ainda mais uma função: levar a mensagem do governo provisório ao Imperador, ficando de guarda da família imperial até o embarque para o exílio. Para a *Gazeta de Notícias*, Sólón fora um personagem de destaque no movimento, concorrendo de forma definitiva para seu sucesso.

No dia 23 de novembro, o major Serzedelo Correia foi o destaque do jornal. Para a *Gazeta*, Serzedelo teria tido papel proeminente ao executar missões difíceis como conferenciar junto aos oficiais da Escola Superior de Guerra e com os oficiais da marinha. Sobre ele, foi publicado:

Foi ele quem por vezes foi pelo chefe do movimento, o Dr. Benjamin Constant, encarregado de espinhosas comissões, tarefas arriscadas em que a prudência deveria estar aliada à energia, a fortaleza de ânimo competir com a circunspeção.

Ainda não está escrita a história dos acontecimentos que precederam e seguiram o movimento patriótico de 15 de novembro, ao qual deve-se a proclamação da república na terra brasileira. Mas, quando o ânimo calmo e desprevenido puder historiar esse movimento, certo que na narração que houver de ser publicada, o nome do major Serzedello figurará como um dos fatores mais importantes dessa notável conquista.

Ele foi na Escola Superior de Guerra, como junto dos comandantes de corpos, como em conferência com oficiais superiores da marinha, o braço direito daquela cabeça privilegiada, que é por assim dizer o centro para o qual convergem todas as simpatias e todas as dedicações do exército brasileiro – o Sr. Benjamin Constant.

Dotado de grande talento e de ânimo decidido, o major Serzedello exerceu grande influência no movimento operado a 15 de novembro, pelo muito que por ele esforçou-se e trabalhou¹⁵⁸.

Para a *Gazeta de Notícias*, ao historiar-se o acontecimento, o nome do Major Serzedello deveria receber destaque por ter o mesmo tantas vezes se arriscado para cumprir as tarefas lhe foram dadas por Benjamin Constant, de quem era o “braço direito”. Vale destacar aqui, também, a exaltação ao próprio Benjamin Constant, considerado chefe do movimento e o “centro para o qual convergem todas as simpatias e todas as dedicações do exército”.

¹⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889. p.1.

¹⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, 23 de novembro de 1889. p.1.

No dia 24 de novembro Menna Barreto e o Tenente Sebastião Bandeira foram destaque no mesmo jornal, que publicou suas fotografias, com a legenda “pela campanha contra o ministério 7 de Junho e defesa dos militares”. O texto narra suas histórias de vida e o grau de envolvimento nos eventos.

O capitão Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto, do 9º regimento de cavalaria, é rio-grandense do sul. A ele deve-se talvez o primeiro passo da resistência e ataque ao último ministério da monarquia. Foi ele que, chegado em princípios de outubro deste ano ao Rio de Janeiro, logo no dia 12, foi visitar o marechal Deodoro, falou-lhe das condições do exército, e disse-lhe que por ele general e com ele general morreriam milhares de soldados, quando julgasse exigi-lo a salvação da pátria.

Aliando à sua propaganda o tenente Sebastião Bandeira, do 1º regimento de cavalaria, encontrou neste oficial uma verdadeira força impulsiva; e para logo entraram ambos na campanha difícil, arriscada, que tinha por escopo não só derrubar o ministério 7 de junho, mas hastear a bandeira da república no Brasil.

Em repetidas conferências, os dois corajosos oficiais desenvolveram os seus planos, e obtiveram a certeza de que, reunidas forças e apuradas dedicações, tudo poder-se-ia conseguir mediante coesão, unidade e firmeza.

O trabalho de propaganda tenaz, secreto, cauteloso, foi executado com verdadeira habilidade e dedicação; o terreno era apropriado, as queixas lavravam em todas as fileiras, o desgosto era profundo: e em tal situação a tarefa dos dois agitadores apenas apresentava-se mais brilhante pelo patriotismo, ardor e coragem com que a executaram¹⁵⁹.

Ambos os oficiais são elevados por sua participação na deposição do ministério. Em especial, Menna Barreto é lembrado por sua conferência com o Deodoro, na qual foi reafirmada a fidelidade da classe militar ao marechal. Sebastião Bandeira, encontrando no capitão uma inspiração, passara a trabalhar junto dele para derrubada do ministério.

Vale ressaltar, nas edições da Gazeta de Notícias disponíveis para o período até o final de novembro, o destaque dado à classe militar nestas pequenas biografias e, em especial, às lideranças de Benjamin Constant, elevado por suas ações e caráter, e Deodoro da Fonseca, ambos os personagens citados nos diversos textos¹⁶⁰.

2.3 A queda do regime e o banimento da família real

Outra questão importante que estampou os jornais foi o banimento da família real, desde a decisão por sua efetivação até a partida para o exílio.

¹⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, 24 de novembro de 1889. p.1.

¹⁶⁰ As edições do dia 19, 20 e 26 de novembro exaltavam Eduardo Wandenkolk, Demétrio Ribeiro e Aristides Lobo e o Major Marciano Magalhães, respectivamente. Estas edições, porém, estavam disponível apenas em partes dada o estado do microfilme, não sendo possível analisá-las.

Nas décadas finais da Monarquia, multiplicaram-se as críticas a Dom Pedro II, embora de modo geral fosse preservada sua conduta moral, não sendo lançadas dúvidas sobre seu amor a pátria.

Maria Tereza Chaves de Mello aponta que, ao sofrer um atentado a bala, um dia depois das comemorações pelo centenário da República Francesa, a “imprensa foi unânime na reprovação do fato, referindo-se sempre à benquerença do povo brasileiro ao imperador¹⁶¹”. Analisando os discursos apresentados pela imprensa em momentos de grandes polêmicas durante o Império, a autora aponta que, apesar de uma “progressiva desafeição ao regime (...) o imperador continuava a ser bem visto pelo povo¹⁶²”.

Isto, porém, não quer dizer, como assinalado acima, que o monarca estivesse livre de censuras. Dentre os jornais pesquisados, *O Paiz* fazia as mais exaltadas críticas. No dia 18, tratando sobre os recentes acontecimentos, assinalava-se:

É cedo para intentar o processo da monarquia.
É cedo talvez para esmiuçar esse *acervo pesado, cheio de erros e imprevidências*, em que se não encontra um fato sequer que resultasse exclusivamente do impulso de um homem, fosse ele ministro do estado ou fosse o rei poderoso, que absorvia as autonomias, circunscrevendo-as no seu e irresponsável, que a constituição isolava para colocar no meio diáfano do direito divino.
A dissecação profunda da realeza que se afundou por entre o estupendo abismo de seus desatinos, fica para mais tarde, para o momento em que a calma do analista possa substituir a impetuosidade do jornalista grandemente impressionado pela magnitude do portentoso acontecimento, que ao mundo inteiro há de assombrar¹⁶³.

Novamente entra em questão a impossibilidade de uma análise calma, dada a “impetuosidade do jornalista grandemente impressionado”. Ainda que não fosse possível um julgamento neutro, o articulista não se furta de dar sua opinião sobre o regime deposto. O período monárquico era apresentando como um período de “erros e imprevidências”, um período em que a autonomia era tolhida pelo governo; governo este cujas próprias faltas haviam levado ao seu fim. Tratava-se de um julgamento bastante negativo a respeito do regime anterior.

Noticiou também *O Paiz* o encontro entre o tenente França e o imperador, já a bordo do navio Parnahyba, que o levaria ao exílio. A notícia continha a descrição completa da audiência e teve destaque na primeira página do jornal, na edição de 19 de novembro, na

¹⁶¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.* p. 34.

¹⁶² *Idem.* p. 185.

¹⁶³ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 2.

seção *Nova Pátria*, sob o título de *Conferência com D. Pedro*. O relato ressaltava a consternação e a angústia dos membros da família real:

Ao entrar a bordo do *Parnahyba*, encontrou ele sentados, em semi-círculo, o Sr. D. Pedro de Alcantara e quase todos os membros de sua família. Achavam-se todos pálidos, a consternação, a angústia profunda manifestavam-se visivelmente em todas as fisionomias. *D. Pedro de Alcantara, se bem que muito impressionado, conservava-se aparentemente tranquilo, e sua cabeça, parecendo não querer curvar-se ao peso da idade e da impressão angustiosa que o dominava, mantinha-se levantada, ostentando altivez e nobreza de caráter*¹⁶⁴.

A imagem que se passa, portanto, é a da resistência do ex-imperador a entregar-se à consternação que atingia os demais membros da família. Na sequência, é apontada a hesitação de D. Pedro II em aceitar o documento levado pelo tenente França e seu consentimento apenas depois da insistência deste¹⁶⁵. Encerrando a descrição da conferência, é assinalada a gratidão do príncipe D. Pedro Augusto, por ter sido seu avô, o imperador, tratado com tanto respeito.

Vale ressaltar como, no dia anterior, o jornal apresentara a notícia da partida da família real. Conforme fora publicado “depousta a coroa, o Sr. D. Pedro de Alcantara e sua família resolveram anteontem retirar-se do Brasil¹⁶⁶”. A decisão de partir do Brasil parecia assim como resultado de determinação do próprio imperador, o que não foi o caso, uma vez que uma resolução do novo governo decretara o banimento da família imperial¹⁶⁷.

A *Gazeta de Noticias*, por sua vez, ao noticiar o banimento da família real, destacava seu amor pela pátria e o desejo de, como exílio, atender a vontade do povo. No artigo *A República*, já citado acima, do dia 16 de novembro, assinalava-se:

Está nos intentos, sabemos, de quantos dirigiram o movimento, usar de todas as deferências com o velho monarca e sua família.
Ninguém pensa, de certo, em magoar um homem prematuramente envelhecido no serviço público, que pode ter incorrido em erros, mas sempre teve muito amor à terra da pátria; nem à

¹⁶⁴ *O Paiz*, 19 de novembro de 1889. p.1 (grifo nosso).

¹⁶⁵ O documento dizia respeito ao recebimento da quantia de \$5.000.00 para a família real.

¹⁶⁶ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p.1

¹⁶⁷ No decreto nº 2 do Governo Provisório, no dia 16 de novembro de 1889 constava:
O Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, querendo prover à decência da posição da família que acaba de ocupar o trono do país, e às necessidades do seu estabelecimento no estrangeiro, resolve:
Art. 1º É concedida à família imperial, de uma vez, a quantia de cinco mil contos de réis.
Art. 2º Esta concessão não prejudica as vantagens asseguradas ao chefe da dinastia depousta e sua família na mensagem do Governo Provisório, datada de hoje.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.
Sala das sessões do Governo Provisório, 16 de novembro de 1889, 1º da Republica.
Pelo Presidente da Republica, o ministro do interior, *Aristides da Silveira Lobo*. — *Ruy Barbosa*. — *Q. Bocayuva*. — *Benjamim Constant*. — *Eduardo Wandenkolk*. — *Aristides da Silveira Lobo*.

santa senhora que pelas suas virtudes mereceu o nome de mãe dos brasileiros; nem à princesa que há pouco mais de um ano foi vitoriosa pelo povo, como redentora dos escravos; nem se pensa, de certo, em fazer violência a quem quer que seja, porque o imperador, o conde d'Eu em sua excursão ao norte, o próprio governo deposto, disseram sempre que estavam dispostos a fazer a vontade do povo. Ora, a vontade do povo parece ter-se manifestado¹⁶⁸.

O respeito ao imperador é, portanto, notável. Não só a ele, mas a toda família real, mesmo a personagens como a princesa Isabel e o conde d'Eu, que recebiam severas críticas na imprensa do período, como destaca Maria Tereza Chaves de Mello¹⁶⁹. As deferências eram consideradas como certas, ainda que o destino do imperador nesse exato momento ainda fosse incerto.

Já no dia 18, noticiou-se o embarque do Imperador. O coronel Mallet acompanhou o embarque que ocorreu por volta das 3 horas da manhã. Primeiramente, tomou-se uma lancha a vapor no cais próximo à ponte das barcas de Maruí e Paquetá. Esta lancha levou diretamente ao Parnahyba, ancorado em frente ao arsenal de guerra. Além das “majestades imperiais” embarcaram o marquês de Tamandaré, o conde Motta Maia e um filho, o barão de Miranda Reis, três damas e os camaristas dr. José Calmon e o conde Aljezur, o barão e a baronesa de Loreto, barão e baronesa de Muritiba e Dr. André Rebouças. Acompanhou-os no Parnahyba o capitão-tenente Serrano.

Relatou-se também a conversa do coronel Mallet com o imperador:

Quando o tenente-coronel Mallet se apresentou no paço, o imperador, visivelmente alterado e como se lhe ainda custasse acreditar na realidade dos fatos, perguntava sucessivas vezes:

- *Mas que é isto Sr. Mallet? Que foi que fizemos? O senhor está doido! Os outros estão doidos! Diga: qual é a minha culpa? De que me acusam?*

A princesa chorava desesperadamente, e apoiando-se no braço do tenente-coronel Mallet para entrar no carro disse:

- *Ah, Sr. Mallet, os senhores não de arrependem-se!*

E cada vez mais presa dos soluços e vertendo copiosas lágrimas:

- *Que fiz? Que fizemos? Vou-me embora... e levo tantas saudades do Brasil, deste Brasil que tanto amo!*¹⁷⁰

Novamente é explorada a imagem do imperador transtornado. Ao fim do artigo, tratando de um encontro do barão de Jaceguai com o imperador, no momento em que o coronel Mallet o persuadia a embarcar, o imperador teria insistido que não embarcaria à noite, como se fugisse, e que partiria de dia. O barão interveio, conseguindo convencer o imperador

¹⁶⁸ *Gazeta de Noticias*, 16 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁶⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. cit.*

¹⁷⁰ *Gazeta de Noticias*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

de que seria impossível embarcar durante o dia sem causar um possível enfrentamento de manifestantes com as forças oficiais.

Por fim, encontramos no período analisado mais uma notícia sobre a o embarque do imperador. Esta notícia foi publicada também no *Jornal do Commercio* no dia 24 de novembro, na seção Literatura. Pelo que consta no texto, foi escrito por pessoa que se encontrava no Paço a observar o que ocorria. Intitulado *Uma noite histórica (Do alto de uma janela no largo do Paço)*, narra-se novamente a partida da família imperial. Nada de muito diferente é apresentado, enumerando-se em geral as mesmas informações já publicadas no artigo anterior. O que muda é o tom da escrita, mais literária.

Já no *Jornal do Commercio*, além da reprodução do texto *Uma noite histórica (Do alto de uma janela no largo do Paço)*, foi publicado no dia 18 de novembro, na seção *A situação*, uma notícia sobre o embarque da família real. Nela, reproduziu-se a carta de Deodoro da Fonseca a Dom Pedro II e a resposta do imperador, além de uma narrativa informativa sobre o embarque, a troca de navios e as pessoas presentes:

Dissemos já que o embarque do Sr. D. Pedro de Alcantara e sua família efetuara-se ontem, às três horas da madrugada. A lancha que os recebeu no cais Pharoux transportou-os para bordo do corveta Parnahyba, para onde, acompanhados do Sr. Barão de Ramiz Galvão e Dr. André Rebouças, também foram levados, às 9 horas da manhã os filhos do Conde d'Eu, os quais haviam ficado no Paço da cidade.

Às 10 1/4, a Parnahyba suspendeu o ferro e saiu barra fora, rumo da Ilha Grande, onde devia estar o paquete Alagoas.

Este saiu do ancoradouro da Prainha às 11 horas e foi para o poço, de onde zarpou à 1 hora da tarde, indo ao encontro da Parnahyba. Levava a bordo os Barões e Baronesas de Loreto e de Muritiba e a Viscondessa de Fonseca Costa, que também partiram para Europa.

O Alagoas vai comandado pelo Sr. João Maria Pessoa; acha-se preparado como quando nele regressou do norte o Conde d'Eu e leva grande provisão de excelentes gêneros alimentícios.

Às 5 e 3/4 fez-se de mar em fora o couraçado Riachuelo, que vai acompanhar o Alagoas até um pouco além da linha.¹⁷¹

O artigo em questão nos proporciona uma compreensão maior de todo o aparato mobilizado para a partida da família real, que contou inclusive com um barco de escolta por parte do caminho. A notícia, como podemos observar, foi construída de forma bastante precisa, incluindo horários e informações que não constavam nos outros jornais, mantendo-se a opção por uma narrativa informativa.

Ainda que tenha pretendido construir seus textos em formato mais imparcial e informativo, e por isso mesmo “neutro”, o *Jornal do Commercio* não deixou de publicar, eventualmente, parágrafos ou pequenas notas que deixavam transparecer a nova posição do

¹⁷¹ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

jornal, que parecia seguir a corrente dos acontecimentos. De outra forma, não aceitariam, dadas as suas relações com o governo deposto, o regime republicano de forma tão rápida. Ao longo dos dias, ainda que não fossem veiculadas nessa folha notícias ou publicações que exaltassem deliberadamente o novo governo, transcreviam-se as atas e atos oficiais.

Além das notícias referentes à partida de Dom Pedro II, os três jornais transcreveram a mensagem do governo provisório ao Imperador determinando o banimento, bem como sua resposta.

Senhor: - os sentimentos democráticos da nação, há muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violência, de corrupção, de subversão de todas as leis exercidas num grau incomparável pelo ministério 7 de junho, a política sistemática de atentados do governo imperial nestes últimos tempos, contra o exército e a armada, política odiosa à nação e profundamente repelida por esta, o esbulho dos direitos dessas duas classes, que, em todas as épocas, tem sido, entre nós, a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da pátria, a intenção manifestada nos atos de vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las por elementos de compressão oficial, que foram sempre entre nós, objeto de horror para democracia liberal; - determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis, e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar.

Em face dessa situação pesa-nos dizer-vo-lo, e não fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a situação irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos, que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar.

Obedecendo pois as exigências urgentes do voto nacional, com todo respeito devido a dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisório espera do vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família no mais breve termo possível.

Para este fim vos estabeleço o prazo máximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder.

O transporte vosso e das vossas para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisório um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessoa e de toda vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia e continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a próxima Assembleia Constituinte. Estão dadas todas as ordens a fim de que se cumpra esta deliberação.

O País conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de abril de 1831¹⁷².

A mensagem apelava ao patriotismo do Imperador, que deveria compreender a necessidade de seu banimento. Em resposta a esta mensagem escreveu o Imperador:

A vista da representação que me foi entregue hoje às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo das circunstancias, partir com toda minha família para Europa amanhã, deixando esta pátria de nós estremecida, a qual me esforcei para dar constantes testemunhos de entranhando amor e dedicação durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado.

Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos para sua grandeza e prosperidade¹⁷³.

¹⁷² *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 1; *Gazeta de Noticias*, 18 de novembro de 1889. p. 1; *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p.1.

¹⁷³ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 1; *Gazeta de Noticias*, 18 de novembro de 1889. p. 1; *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

Considerando-se as notícias publicadas, especialmente n’*O Paiz* e na *Gazeta de Notícias*, podemos constatar que o banimento da família real foi considerado como um ato necessário e acertado do novo governo. O respeito ao Imperador também se fez presente nas notícias. Quanto aos membros da família real, todos teriam realizado algum bem pelo país, mas, como publicara a *Gazeta de Notícias*, a vontade do povo havia se manifestado, e era pela partida do Imperador.

2.4 A repercussão da proclamação nos estados

Além das notícias acerca dos acontecimentos na cidade do Rio de Janeiro, os jornais abriram espaço para publicar notícias vindas dos estados. Não raro eram reproduzidas por inteiro, visando informar a situação e a repercussão das notícias da proclamação e da instalação do novo governo. Sobre a prática das transcrições de notícias, Marialva Barbosa aponta que criava

Uma rede interligando os circuitos letrados. E são pelos impressos que esses letrados se manifestam publicamente, se aliam, se insultam e se conhecem. Em decorrência, num sistema completo de autorreferenciação, os jornais citam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente ou comentando aquilo que já fora publicado. Os jornalistas do século XIX escrevem também para eles mesmos¹⁷⁴.

Além da transcrição das notícias e artigos, outro modo de comunicação entre os estados eram os telegramas. Ao que consta, nos três dias posteriores à proclamação o marechal Deodoro da Fonseca teria determinado o fechamento dos telégrafos da antiga corte, sendo a comunicação restaurada posteriormente. Como já assinalado, todos os jornais possuíam uma seção fixa de telegramas, que em geral vinha na primeira página e nas primeiras colunas. A correspondência telegráfica era sinal da comunicação rápida com os vários locais do país e do mundo, servindo como garantia da autenticidade da informação, originada do próprio local onde se davam os acontecimentos.

Na proclamação da República, assim também fizeram os jornais dos estados, que, no momento inicial, tiveram como fonte dos acontecimentos principalmente os jornais cariocas. Sendo assim, reproduzia-se notícias dos jornais aqui analisados, entre outros. Além das

¹⁷⁴ BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa:... op. cit.* p. 62.

notícias vindas do Rio, cartas de correspondentes e amigos que residiam na antiga corte, “fontes fidedignas”, dividiram o espaço com as notícias¹⁷⁵.

Daremos destaque a três estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que se destacavam pela maior quantidade de telegramas e notícias veiculados nos jornais cariocas. Porém, deve-se ressaltar que os jornais recebiam notícias de todo o país.

As notícias acerca dos outros estados aparecem principalmente n’*O Paiz*, que publicou diversas transcrições de artigos e notícias de jornais locais, informando a repercussão da proclamação nos estados e sua adesão à República. No *Jornal do Commercio* e na *Gazeta de Notícias*, telegramas e por vezes publicações “a pedidos” noticiavam os acontecimentos nos estados selecionados.

A primeira notícia relacionada à repercussão no estado de São Paulo aparece n’*O Paiz*, no dia 17 de novembro. Tratava-se da transcrição de um artigo de *A Provincia de São Paulo*. Esse jornal tinha por redator-chefe Rangel Pestana, que se tornaria um dos membros do governo provisório paulista, após a proclamação. A notícia informava a adesão do estado e os componentes do governo provisório local:

Durante todo o dia o povo permaneceu em constante atividade agitando-se pelas ruas, inquieto, ansioso à espera do reconhecimento da República em São Paulo. Pelas 5 horas da tarde, depois de uma conferencia da comissão executiva do partido republicano foi o Dr. Luiz Pereira Barreto parlamentar com o presidente do estado, afim de saber-se qual a attitude que pretendia manter diante da gloriosa revolução republicana. O Sr. General [ilegível] de Magalhães, para entregar seu posto, impôs apenas a condição de que chegassem as ordens do governo republicano constituído no Rio. De uma das janelas do Restaurante do Globo, o Dr. Rangel Pestana comunicou ao povo esta resolução da presidência. O governo provisório para S. Paulo indicado pela Comissão Permanente do Partido Republicano, era composto dos Drs. Rangel Pestana, Prudente de Moraes e Coronel Mursa. Diante da resolução presidencial, povo guardou uma calma digna, e no mesmo tempo patriótica¹⁷⁶.

Como podemos observar, a República é tratada pelo jornal como uma “revolução gloriosa” e foi rapidamente aceita no estado. Além da notícia, consta ainda um telegrama de Santos, recebido pela *Provincia*, afirmando ter-se aderida ali à “revolução”.

No dia 18 de novembro, *O Paiz* publicava nova e extensa notícia, reproduzida da *Gazeta de Campinas*, jornal republicano surgido no século XIX, na década de 1870. Nela comenta-se a instalação do governo provisório de São Paulo. Segundo o artigo,

¹⁷⁵ As antigas províncias foram transformadas em estados pelo Decreto nº1 do dia 15 de novembro de 1889, Artigo nº2: “As Províncias do Brasil, reunidas pelo laço da Federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil”.

¹⁷⁶ *O Paiz*, 17 de novembro de 1889. p. 2.

Às 11 horas chegaram à câmara municipal os membros do governo provisório, Rangel Pestana e Prudente, não tendo ainda chegado a esta cidade o coronel Mursa, acompanhados por grande multidões até o paço municipal, que já estava ocupado por grande massa popular¹⁷⁷.

Seguiu-se então o discurso de posse de Rangel Pestana, no qual o comprometia-se a se esforçar para “cumprir bem seus deveres” e a trabalhar para consolidar as instituições republicanas. Afirmou ainda Pestana que a República, “mesmo no seu período de organização será um governo de igualdade, liberdade e fraternidade; de paz e de justiça; de garantia de todos os interesses legítimos”.

No dia 19 de novembro, mais uma vez as notícias do estado de São Paulo são trazidas à cena, dessa vez na reprodução de uma notícia do dia anterior, do *Correio Paulistano*, no qual o jornal definia sua posição diante dos acontecimentos:

O governo provisório terá portanto, o nosso franco e decidido apoio, enquanto conservar-se dentro dos limites que lhe são traçados pelo dever de assegurar a livre manifestação do voto nacional para a constituição do seu governo definitivo¹⁷⁸.

O *Correio Paulistano* era dirigido por Antonio Prado, chefe da União Conservadora, “uma das figuras mais destacadas [em São Paulo], tanto por suas atividades na área econômica (...) como por sua atuação política”¹⁷⁹. Ao aceitar o irrevogável fato da instauração da República, foi considerado um líder “histórico” do Partido Republicano paulista, convertendo-se o *Correio* em órgão oficial dessa agremiação – como ressalta Schwarcz, por mais paradoxal que isso pudesse parecer. Para Schwarcz, o *Correio Paulistano*

Sem dúvidas representou os anseios e interesses de uma aristocracia rural, que sempre relutou em aceitar as novas configurações, aliando-se a elas tardiamente ou quando o conflito tornava-se inevitável¹⁸⁰.

A respeito dos acontecimentos em Minas Gerais, *O Paiz* publicou um artigo no dia 18 de novembro, informando a situação na região. Constava que, conhecida a proclamação da

¹⁷⁷ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 2.

¹⁷⁸ *O Paiz*, 19 de novembro de 1889. p. 2.

¹⁷⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 68.

¹⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 71.

República, houve em Juiz de Fora uma reunião popular, desfile de préstito e saudações ao juiz de direito da comarca. Saudaram-se também alguns membros do governo provisório.

À 1 hora da tarde, foi proclamada a República na sala das sessões da câmara municipal. Por esta ocasião; ao ser proclamado o cidadão Azarias José de Andrade governador da cidade, o Dr. Fernando Torres, juiz de direito da comarca, declarou solenemente aderir a nova forma de governo¹⁸¹.

A levar-se em consideração o que foi publicado pelo jornal, também em Minas Gerais não teria havido problemas na adesão ao novo regime, feita tão logo foi possível.

No dia 25 de novembro, o jornal publicou artigo sobre a situação no Rio Grande do Sul, escrito pelo marechal de campo Augusto César da Silva. Nele, o autor informava que

Muito contrário do que espalhavam nesta capital noveleiros de má hora, o movimento de 15 de novembro e o novo regime por ele estabelecido encontravam plena e unanime adesão no Rio Grande do Sul¹⁸².

Pelo texto, é possível imaginar que boatos contrários à adesão no Rio Grande do Sul estavam sendo espalhados, dos quais, porém, não encontramos notícias nos jornais analisados. Todas as notícias em *O Paiz* eram publicadas tendo por título o nome do respectivo estado.

Na *Gazeta de Notícias* e no *Jornal do Commercio*, ainda em maior número neste último, afluíram telegramas informando a adesão das mais variadas cidades ao redor do Brasil, além das muitas manifestações populares realizadas, saudando o novo regime, que serão examinadas no próximo capítulo.

No período pesquisado, constam telegramas de Juiz de Fora (MG), Campinas (SP), São Paulo (SP), Rio Grande (RS), Guaratinguetá (SP), Ouro Preto (MG), Porto Alegre (RS), Santos (SP), São João Del Rei (MG) e Muriaé (MG), informando a adesão dessas cidades e a exaltação causada pela República em algumas delas. Eram publicados, também, telegramas indicando adesões individuais de cidadãos das mesmas cidades.

Vale ressaltar que a constante afluência de telegramas informando a adesão ao novo regime, nos mais variados estados brasileiros, construía uma legitimidade para a República, que aparecia assim como um regime aceito por todo o país.

¹⁸¹ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 2.

¹⁸² *O Paiz*, 25 de novembro de 1889. p. 2.

Como pudemos observar, pela análise realizada, jornais de considerável importância e tiragem aceitaram, saudaram e mesmo exaltaram a República, o governo provisório constituído e a forma como se deu a “revolução”.

A distância entre as províncias, agora transformadas em estados, não se mostrou uma barreira na transmissão das notícias da proclamação que, ainda que incompletas, repercutiam nas diversas folhas. Mesmo com o fechamento dos telégrafos da antiga corte, por ordem do marechal Deodoro, havia maneiras de obter informações, fosse pela leitura dos jornais editados no Rio de Janeiro, fosse pelo recurso aos “amigos” e correspondentes na corte que, através de telegramas privados e cartas, enviavam as notícias. Emitindo, ou silenciando – o que significa tanto quanto – suas opiniões frente aos eventos, os periódicos buscaram manter informados seus leitores e debater tópicos cujo interesse julgavam ser nacional. De opinião majoritariamente favorável, ajudaram a construir uma imagem positiva da República, dos personagens que haviam integrado o movimento que levava à queda do último gabinete da Monarquia e dos membros do governo provisório, sendo, a nosso ver, uma das vias de legitimação do novo regime. Consideramos, então, que, neste momento, o discurso elaborado pela imprensa e sua busca por “guiar a opinião pública” foram de extrema importância para a afirmação da legitimidade da República, tornando-se assim, também, fundamentais à sua conservação.

3 AS MANIFESTAÇÕES POPULARES

Neste capítulo analisamos as notícias relativas às impressões gerais sobre a proclamação da República, captadas nas notícias dos jornais, dando destaque às reações populares tanto ao evento quanto às decisões que se seguiram, como as propostas da nova bandeira e a designação dos governadores nos estados.

Buscamos, nesse sentido, problematizar a ideia de um povo que se eximiu de manifestar-se frente à mudança de regime, apontando algumas evidências que demonstram justamente o contrário. No lugar de um povo “apático” e desinteressado da política formal, o que podemos observar é a manifestação de interesse, por parte de diversos segmentos da população, em inteirar-se dos acontecimentos e, mais do que isso, em afirmar sua adesão ao novo regime, fosse pela compatibilidade com os ideais políticos republicanos, fosse por oportunismo. A conhecida afirmação de Aristides Lobo, em carta enviada ao *Diario Popular*, de que o povo teria assistido “bestializado” aos acontecimentos, achando tratar-se de uma parada militar, de certa forma guiou interpretações historiográficas sobre a proclamação da República, que dela se apossaram. Refletindo sobre tais apropriações, Marcelo Magalhães destacou que:

O povo estaria bestializado porque, em vez de agir, assistiu ao fato, desempenhando o papel de espectador e não de agente. Ou seja, a premissa é de que o povo ficou aquém de seu papel ao atuar como espectador, não tendo, por isso, participado de episódio tão significativo. É interessante notar que, uma impressão formada no calor da hora por Aristides Lobo foi, ao longo do tempo, apropriada por diversos autores, como evidência concreta da não participação do povo na proclamação da República, mais ainda: como interpretação historiográfica. Além disso, essa suposta não participação, muitas vezes se estendeu ao cotidiano da política nos primeiros anos republicanos¹⁸³.

A interpretação historiográfica em questão tem como importante referência o consagrado livro de José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados*¹⁸⁴. Nele, o autor analisa a

¹⁸³ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima da Silva; SOIHET, Rachel (org). *Culturas Políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 289.

¹⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

participação política na Primeira República, mais precisamente até o governo de Rodrigues Alves, segundo o entendimento de que a consolidação do regime republicano não contou com a participação política formalizada das classes populares.

Dessa forma, ainda que a instauração do novo regime tivesse trazido grandes expectativas quanto à ampliação da participação política, pela afirmação dos direitos políticos, estas não se cumpriram. Diversos setores, como os trabalhadores urbanos, servidores públicos e militares, imbuídos da esperança de que a República poderia corresponder a tais anseios, manifestaram-se, nos primeiros anos republicanos, através de constantes agitações, greves e lutas por direitos e melhoria das condições de vida. Estes grupos foram, porém, reprimidos pelo novo governo, não se logrando, por exemplo, a criação de partidos que os representassem, a não ser de forma efêmera, não alcançando maiores resultados pela via eleitoral.

José Murilo de Carvalho caracterizou o período da passagem do Império à República como de intensa difusão das ideias europeias, em geral “mal absorvidas”. Na cidade do Rio de Janeiro, registrava-se acelerado crescimento demográfico, fruto, em grande parte da imigração e também da afluência de ex-escravos, o que concorria com o crescimento urbano desordenado e o aumento do número de pessoas “em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa”¹⁸⁵. Além disso, agravavam-se os problemas relacionados à infraestrutura urbana, nas áreas de saneamento e higiene. Ao longo da década de 1890, a essa situação somou-se a crise econômica e financeira, decorrente da emissão desenfreada de moeda:

A origem de tudo remontava à abolição da escravidão (...) devido à necessidade de aplacar os cafeicultores, especialmente do estado do Rio, e de atender a uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo governo provisório, este preocupado também em conquistar simpatias para o novo regime. Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa¹⁸⁶.

Como consequência houve forte aumento dos preços e enfrentou-se uma grande inflação. A “febre de enriquecimento” que acompanhou a onda especulativa desses anos foi considerada pelo autor como um “avanço dos valores burgueses”.

¹⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17.

¹⁸⁶ *Idem*. p. 19.

Carvalho aponta ainda que pouco fora realizado na Constituição de 1891, quanto à ampliação dos direitos políticos. No tocante ao processo eleitoral, apenas eliminou-se o critério de renda, mantendo-se a eleição direta e qualificando-se para tal apenas as pessoas alfabetizadas, o que concorreria para baixa participação eleitoral. Para o autor, ainda que a República tenha representado mudanças no sistema político, estas não teriam sido acompanhadas por transformações importantes no âmbito social ou nos direitos políticos.

Sendo assim, o novo regime, ainda que tenha trazido fortes expectativas quanto à ampliação da cidadania política, não representara ganhos concretos para a população majoritariamente pobre, integrada por libertos, negros e mestiços e imigrantes pobres. Para Carvalho, desacreditada da política formal, essa população não se reconhecia enquanto “comunidade política”. Nesse sentido,

Passado o momento inicial de esperança democrática, consolidou-se [a República] sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo. Consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. As propostas alternativas de organização do poder, a do republicanismo radical, a do socialismo e mesmo a do positivismo, derrotadas, foram postas de lado. (...) Para a maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão. Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante. Ele se relacionava com o governo seja pela indiferença aos mecanismos oficiais de participação, seja pelo pragmatismo na busca de empregos e favores, seja, enfim, peça reação violenta quando se julgava atingido em direitos e valores por eles considerados extravasantes da competência do poder. Em qualquer desses casos, uma visão entre cínica e irônica do poder, a ausência de qualquer sentimento de lealdade, o outro lado da moeda da inexistência de direitos¹⁸⁷.

Para José Murilo de Carvalho¹⁸⁸, no mesmo texto, a maior parte da população passava ao largo da esfera política formal, reconhecendo-se enquanto comunidade apenas no sentido social ou religioso. A esfera política lhes fora negada, marcando-se sua relação com a mesma pelo signo da indiferença. Dessa forma, sua ausência de manifestação dava-se por vontade própria, por saber que lhe fora vetada a participação no plano político-institucional. As manifestações ocorriam, de forma violenta, e fora dos canais legais, quando tais setores se sentiam lesados de alguma forma. Seu agir era sempre uma reação. Para o autor, portanto, e se houve laços de lealdade ligando o povo à Monarquia, o mesmo não ocorrera com a República.

Com relação à política municipal, entende o autor a Câmara como dissociada da representação dos cidadãos, como uma instituição despolitizada, de caráter administrativo e dependente, financeiramente, do governo geral. Essa interpretação foi refutada por Marcelo

¹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 161-163.

¹⁸⁸ *Idem*.

Magalhães, que, a partir de pesquisa nos anais da Câmara Municipal, destacou como meios de manifestação e participação política os abaixo assinados e solicitações¹⁸⁹.

Também Maria Teresa Chaves de Mello contestou a ideia da passividade política da população do Rio de Janeiro, no período que precedeu à proclamação¹⁹⁰. Para a autora, havia a preocupação em acompanhar-se o processo político e as questões do momento, discutindo-se política nas ruas e nas casas e constituindo a imprensa fonte permanente de críticas ao governo monárquico. Em especial, a autora refuta a ideia de que, recusando a participação formal no processo político, manifestava-se o “desapreço do povo brasileiro pela República e, por derivação, sua vinculação a Monarquia¹⁹¹”. Para a autora:

A construção historiográfica fez do bestializado não um surpreendido pelo fato, como quis dizer o autor da frase. Aristides referia-se a um *novum*, a um mínimo temporal, único e irreversível, a experiência de surpresa. O que está embutido na interpretação canônica é a não-participação popular no evento como sinal do desapreço do povo brasileiro pela República e, por derivação, sua vinculação à Monarquia (...) - a proclamação da República é explicada como um ato de força¹⁹².

Para Mello, outro fator que teve grande importância no processo de desestabilização da Monarquia foi o movimento intelectual, impulsionado pela nova cultura democrática e científica, que atacava as bases de sustentação do antigo regime, levantando polêmicas, provocando sua “deslegitimação simbólica e teórica¹⁹³”. A imprensa, lugar de publicização por excelência, tornou-se então a arena de debate da maior parte dos intelectuais.

O espaço de ampla divulgação das novas ideias foi a rua, que “alimentou” certos temas, retirou “a discussão de um círculo restrito e fechado e jogou-a em praça pública”, o que tornou possível uma percepção mais ampla da crise monárquica. Tal fato, para a autora, contribuiu para o desafeiçoamento do regime. Sua hipótese é a de que o povo teria “introjetado uma ideia de crise e decadência” e que, antes mesmo de cair, a Monarquia já havia “ruído simbolicamente”, o que facilitou a penetração das ideias republicanas¹⁹⁴.

¹⁸⁹ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? *op. cit.*...

¹⁹⁰ MELLO, Maria Tereza Chaves de. . *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Edur/Anpuh, 2007.

¹⁹¹ *Idem.* p. 9.

¹⁹² *Idem.* p. 9.

¹⁹³ *Idem.* p. 13.

¹⁹⁴ *Idem.* p. 13.

Portanto, ao contrário do que fora defendido por Carvalho, não apenas havia mobilização política por parte da população, que se mantinha permanentemente informada e integrada aos debates da corte, como também a lealdade ao sistema monárquico já não era tão forte. Ainda se queria bem à pessoa do imperador, como demonstramos no capítulo anterior, mas o regime, em si, tinha perdido grande parte de sua credibilidade, constituindo-se mais uma vez os jornais o meio principal para a veiculação dos ataques à Monarquia. Ainda que houvesse, de fato, certo afastamento da política formal, uma vez que o processo eleitoral era de fato excludente, existiam outras vias de participação e manifestação política, através de requerimentos e solicitações à Câmara Municipal, como demonstra Magalhães, ou pela integração ao debate político, via imprensa e nas ruas, como aponta Mello.

Diante das notícias da proclamação da República, segundo Carvalho, teriam se manifestado apenas alguns estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ora, o que pretendemos destacar em seguida, neste capítulo, são justamente as numerosas manifestações de apoio, adesão e mesmo de júbilo diante da instauração da República, que se seguiram ao 15 de novembro.

Dessa forma, ao conhecer-se o teor do movimento militar e a queda da Monarquia, a população da cidade do Rio de Janeiro não deixou de se mobilizar. As numerosas manifestações e manifestos de adesão ficaram registrados nas páginas dos jornais e nelas nos concentraremos a partir deste momento.

3.1 Manifestações populares na cidade do Rio de Janeiro

Diversas foram as manifestações realizadas pela população da cidade do Rio de Janeiro após o 15 de novembro. Passeatas, desfiles de bandas de música tocando a Marselhesa, manifestos de adesões, vivas e festas, entre outras. Notícias sobre estes encontros fervilharam nos jornais, sendo as diversas folhas utilizadas também para convocar reuniões e marcar os pontos de encontro das futuras manifestações. Também era possível acompanhar a “febre adesista” por meio dos telegramas e cartas publicados nas seções “A pedidos”. Dessa forma, ganhavam espaço, nas páginas dos jornais, antigos e novos admiradores dos ideais republicanos. Usava-se dos jornais até mesmo para justificar as relações de amizade mantidas com pessoas ligadas ao regime deposto e alguns, sentindo-se injustiçados por terem sido

acusados da pecha de monarquistas, buscavam defender a honra por meio de cartas enviadas às redações.

Vejamos, inicialmente, as manifestações populares noticiadas em *O Paiz*.

O jornal editou diversas notícias sobre as reações populares à proclamação da República, informando também sobre grupos de pessoas que se dirigiram à redação para entregar manifestos de júbilo e adesão, o que conformava a intenção do jornal não apenas de construir uma imagem positiva da República, como também o entendimento, por seus editores, de que tais ações eram reflexo da aceitação ou da satisfação com o novo regime. Dessa forma, o povo ansiava por “se soltar dos grilhões da monarquia”. No dia 17 de novembro, *O Paiz* veiculou notas rápidas sobre diversas manifestações como a ida dos alunos da Escola Superior de Guerra e da Escola Naval para cumprimentar Benjamin Constant, empossado como novo ministro da Guerra¹⁹⁵.

No mesmo dia, publicava-se manifesto de adesão dos alunos da Escola de Maquinistas da Armada, que

Resolveram unanimemente pedir à Imprensa que torne público o seu regozijo pela proclamação da República Brasileira; e outrossim saudar com efusão os nobres cidadãos que tão nobremente expeliram este cancro nacional, que despertava a desconfiança na América¹⁹⁶.

No dia seguinte, as manifestações dos habitantes da cidade em relação aos últimos acontecimentos passaram a constituir a coluna “Nova Pátria”. Nela publicou-se:

Cheio de convicções, rodeado de toda a tranquilidade, senhor de si e dos seus direitos, o povo brasileiro levanta hinos festivos à pátria renascida com o batismo de completa liberdade. Transluz a alegria em todos os semblantes e a expansão popular casa-se o riso da própria natureza, iluminada por sol que lhe dá todos os tons do festival que presenciamos¹⁹⁷.

No texto, elabora-se um discurso favorável à República, e uma imagem de povo, no sentido mais amplo da palavra e correspondendo aos cidadãos do Rio de Janeiro, como “satisfeito”, “vibrante”, “ansioso” pelo advento republicano. Um povo que dava “vivas” e saudava o novo governo, “deslumbrado”.

Era também noticiada uma passeata de trabalhadores do comércio, que, segundo o jornal, reunira 300 pessoas que, formando um batalhão e acompanhados de banda de música,

¹⁹⁵ *O Paiz*, 17 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁹⁶ *O Paiz*, 17 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁹⁷ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

tinham ido saudar o governo provisório e o batalhão da Praça da Aclamação. A passeata tinha percorrido várias ruas, saudando as redações dos jornais. Havia também notícia de reunião da “classe operária” para ir saudar o novo governo; de um protesto de adesão da classe médica ao governo provisório, com oferta de auxílio material e científico; da ida do Centro Positivista cumprimentar o governo provisório, com referência à ornamentação da fachada do prédio ocupado pelo Centro; e de convocação para reunião entre o comandante da Guarda Nacional e os de outros corpos, para irem saudar o novo ministro da Justiça, sendo esta última notícia veiculada também no *Jornal do Commercio*.¹⁹⁸ Ainda no dia 18, constavam duas publicações, na “Seção Livre”, saudando o novo governo e apresentando adesões pessoais.

No dia 19, em notícia sobre reunião da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, *O Paiz* descreve

Galerias e recinto completamente cheios, em frente ao edifício uma guarda de honra com a música do corpo policial e *muito povo*, manifestando todos no semblante o quer que fosse de ansiedade¹⁹⁹.

Vale assinalar, mais uma vez, a representação de um “povo festivo” veiculada por *O Paiz*, que não será encontrada, com a mesma ênfase, nas outras folhas pesquisadas.

Outra coluna do jornal fazendo referência ao “povo”, ainda que não diretamente às manifestações populares, era intitulada *Foguetes*. Nela, também na edição do dia 19, o personagem “Zé Povinho²⁰⁰” aparece surpreso com o advento da República, não porque estivesse distanciado da política, mas por ter sido, durante longo tempo, “enganado” a respeito dessa forma de governo:

Zé Povinho ainda está de boca aberta.
Andaram a dizer-lhe ha umas dúzias de anos que a republica era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio.
Um belo dia – zas! a republica põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho, fica

¹⁹⁸ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

¹⁹⁹ *O Paiz*, 19 de novembro de 1889. p. 1, grifos nosso.

²⁰⁰ Zé Povinho foi uma personagem criada pelo caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro em 1875 para representar o povo, a massa popular, sendo utilizado para críticas políticas e sociais. Posteriormente, porém, a personagem se popularizou, sendo apropriada por jornais, teatro, literatura em geral, mantendo seu perfil de representante do povo e sua utilização para críticas políticas e sociais. RIBEIRO, Pedro Krause. Jornais de Zé Povinho: os usos do personagem de Bordalo Pinheiro nos periódicos do século XIX e XX. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História.. São Paulo : ANPUH-SP, 2011. v. 1. p. 1-11.

absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se de que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo.
Pobre Zé Povinho, vê como abusaram da tua boa-fé!²⁰¹

No mesmo dia, a “Seção Livre”, publicava mais duas cartas de saudação à República nascente.

A coluna *Nova Pátria* volta a aparecer no dia 22 de novembro, para informar que o jornal recebera notícias de todo o Brasil confirmando a “mais perfeita adesão à causa da República, e plena confiança no governo provisório”, o que, segundo o jornal, vinha sendo acompanhado por grande entusiasmo popular e manifestações de contentamento²⁰².

Um manifesto dos empregados do Telégrafo, do mesmo dia, exaltava a República como “exemplo grandioso e digno de ser louvado e imitado²⁰³”. Ressalta-se também o registro da criação, na redação do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, da Sociedade Comemorativa da República dos Estados Unidos do Brasil, que, segundo a nota veiculada em *O Paiz*, contara com a presença de grande número de cidadãos²⁰⁴. No mesmo dia, diversas cartas de adesão e exaltação do regime continuavam a aparecer nas publicações “A pedidos”.

Nos dias 25 e 26 de novembro, foram noticiadas ainda algumas passeatas e a adesão dos professores da Escola de Medicina à República, sendo publicados manifestos de adesão, de caráter pessoal, sempre nos “A pedidos²⁰⁵”.

No *Jornal do Commercio*, publicam-se pequenas notas informando a ocorrência das diversas manifestações, bem como avisos e convocações de reuniões. No jornal, as notícias apresentavam um caráter estritamente informativo, embora seja significativa a escolha do jornal por sua veiculação. Assim, já no dia 18 de novembro, constava a seguinte notícia:

Ao meio-dia passou pela rua do Ouvidor a brigada escolar à paisana e armada de espingarda, e dirigiu-se para o quartel do Campo da Aclamação.
Pela mesma rua passaram também muitos mancebos do Centro Positivista, desfraldando seu estandarte, e se encaminharam para o quartel-general, onde entregaram ao Sr. Ministro da Guerra uma mensagem em que pedem manutenção da nova forma de governo, ordem e ampla liberdade religiosa²⁰⁶.

²⁰¹ *O Paiz*, 19 de novembro de 1889. p. 2.

²⁰² *O Paiz*, 22 de novembro de 1889. p. 1.

²⁰³ *O Paiz*, 22 de novembro de 1889. p. 1.

²⁰⁴ *O Paiz*, 22 de novembro de 1889. p. 2.

²⁰⁵ *O Paiz*, 25 e 26 de novembro de 1889.

²⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

No mesmo dia, uma nota do Capitão João da Silva Torres, da Guarda Nacional, convidava comandantes e oficiais a saudarem o novo ministro da Justiça:

Guarda Nacional – O general comandante superior convida aos comandantes e oficiais para comparecerem fardados e armados, hoje, à 1 hora da tarde, no quartel do mesmo comando a fim de incorporados cumprimentarem o Sr. Ministro da justiça – Capitão João da Silva Torres²⁰⁷.

No dia seguinte, 19 de novembro, relatava-se um número ainda maior de manifestações..Consta, por exemplo, a notícia de uma manifestação da “Colônia Alagoana” que, reunindo-se no dia anterior, decidira que “se encarregariam as senhoras alagoanas, no Estado de Alagoas, da confecção de uma bandeira, conforme o padrão a deliberar o governo²⁰⁸”. Feita em seda, seria hasteada à porta da casa do marechal Deodoro. Uma lâmina de prata, com os nomes dos manifestantes, representaria sua adesão ao novo governo. Também ficara acertada manifestação de apreço a Floriano Peixoto, a ser realizada em data oportuna. Ainda no dia 19, constavam notícias de manifestações dos alunos do Colégio Pedro II que, na véspera, tinham ido cumprimentar o governo provisório, acompanhados de banda de música; e de uma reunião dos empregados da Estrada de Ferro Pedro II²⁰⁹.

No dia 20 de novembro, era noticiada uma passeata dos estudantes preparatórios que, carregando a bandeira republicana, haviam percorrido várias ruas da cidade, acompanhados também de banda de música, para saudar o novo governo. Informava-se a criação de uma comissão, composta por professores e pelo diretor interino da Escola Normal, que fora saudar o novo ministro do Interior, apresentando-lhe a adesão da corporação administrativa e docente dessa escola²¹⁰.

Eram registradas ainda reunião ocorrida na Escola Politécnica, destinada a preparar mensagem de adesão ao governo, e dos empregados da Câmara Municipal, tendo por objetivo felicitá-lo. Também era noticiado que negociantes haviam dirigido petição à diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, para, em assembleia extraordinária, tratarem de manifestação ao governo²¹¹.

²⁰⁷ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

²⁰⁸ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 2.

²⁰⁹ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 2.

²¹⁰ *Jornal do Commercio*, 20 de novembro de 1889. p. 1.

²¹¹ *Jornal do Commercio*, 20 de novembro de 1889. p. 1-2.

Já no dia 21 foram noticiadas mais duas passeatas, acompanhadas de banda de música, indo saudar os membros do governo provisório, tendo sido a primeira organizada pela administração do Colégio Militar e seus alunos, e a segunda por funcionários da Câmara Municipal e alunos das escolas municipais de S. José e S. Sebastião. Era relatada também a ida de diretores dos bancos de Crédito Real, Predial e Agrícola, e de membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e do Hospital dos Lázaros, cumprimentar o novo governo; a realização de reunião dos comissários, ensacadores, corretores e demais empregados do comércio de café, a fim de montarem uma comissão para entregar, no mesmo dia, mensagem de confiança ao governo; e, por fim, uma passeata reunindo os batalhões acadêmicos e “pessoas do povo”, que foram saudar os ministros da República Oriental (do Uruguai) e da Argentina, por terem esses países reconhecido o novo governo brasileiro.²¹²

Por fim, no dia 22 de novembro, consta a notícia de uma passeata formada pelo comandante e por oficiais do 23º batalhão de Infantaria que, com banda de música, tinham ido cumprimentar o governo provisório; a ida dos bancos de Crédito Real do Brasil e Predial e das companhias Viação Central do Brasil, Sorocabana e Bahia e Minas, representados por suas diretorias, para cumprimentar o novo ministro da Agricultura, oferecendo-lhe seus serviços; a ida dos empregados da Repartição Geral dos Telégrafos à casa do marechal Deodoro; e a notícia da ida da guarda noturna da freguesia da Candelária, na noite anterior, cumprimentar o chefe de polícia. Noticiava-se, no mesmo dia, a criação da Sociedade Comemorativa da República dos Estados Unidos do Brasil, ficando estabelecido como seu presidente o dr. Lopes Trovão²¹³.

Todas essas notícias foram publicadas nas seções “Gazetilha” e “Várias Notícias”, escritas de forma descritiva e informativa. Mas além disso, o *Jornal do Commercio* recebeu e publicou diversas mensagens de adesão na seção “A Pedidos”. Numa delas, o missivista afirmava que o novo hino brasileiro deveria ser escolhido “com calma”, tal a importância deste símbolo, recomendando que, nesse ínterim, fosse adotada a Marselhesa, “hino não só da França, como da humanidade inteira²¹⁴”.

Da *Gazeta de Notícias*, temos notícias de manifestações de adesão apenas a partir do dia 21 de novembro de 1889, quando é informada a ida de diversas pessoas “do povo” à secretaria da Agricultura, para cumprimentar os representantes da Argentina, do Uruguai e

²¹² *Jornal do Commercio*, 21 de novembro de 1889. p. 1-2.

²¹³ *Jornal do Commercio*, 22 de novembro de 1889. p. 1-2.

²¹⁴ *Jornal do Commercio*, 18 de novembro de 1889. p. 3.

dos Estados Unidos, pelo reconhecimento, por seus países, do governo provisório do Brasil, o que saía também no *Jornal do Commercio*.

No mesmo dia, a seção “A pedidos”, publicava duas cartas muito interessantes. A primeira, que vinha assinada pelo jornal *Tribuna Liberal* – que logo passaria à oposição, formando frente com monarquistas e restauradores – manifestava-se contrariedade diante da troca do nome da canhoeira da Marinha “Affonso Celso” para “Liberdade”. Conforme constava da própria carta, o governo justificara a mudança como uma homenagem ao advento da República, porém, para a *Tribuna Liberal*, o ato não passava de “ódio e rancor contra o (...) prezadíssimo chefe Sr. Visconde de Ouro Preto.” Assim, continuava o missivista, “pretende-se apagar a memória brilhantíssima dos inolvidáveis serviços prestados pelo Sr. Visconde de Ouro Preto na pasta da marinha”.²¹⁵ Vale lembrar que, dentro do período pesquisado, esta foi a única carta localizada a manifestar oposição aos feitos do novo governo, nessa seção que, em teoria, reservava espaço para opiniões livres e independentes daquela mantida pelo próprio jornal, por ser pago. A segunda carta vinha assinada por Valentim Magalhães, apresentando o missivista esclarecimentos acerca de suas relações de amizade com o Dr. Afonso Celso, bem como sobre sua participação na *Tribuna Liberal*. Nesse sentido, Magalhães informava que, embora fosse “amigo íntimo” do ex-ministro, independente dos fatos, sempre fora republicano. Diante da mudança do governo, pareceu-lhe forçosa a necessidade de se justificar diante da situação política anterior e da vigente²¹⁶.

Outro texto da *Gazeta de Notícias* do dia 21 que merece destaque é a notícia editada sob o título “15 de novembro”, fazendo referência a uma passeata realizada no dia anterior:

Ontem passou pela rua do Ouvidor um vistoso batalhão de patriotas, levando uma banda de música militar.
Compunha-se o batalhão de cerca de 1.000 pessoas, formadas em pelotão.
(...)
O povo, à passagem d’esse batalhão, [deu] entusiásticos vivas²¹⁷.

Podemos observar a preocupação da *Gazeta de Notícias* em destacar a preparação de muitas festas para saudar a República, noticiando diariamente a ocorrência dessas manifestações. Nesse sentido, o jornal concorria também para a construção da imagem de um povo que busca festejar a República, demonstrando aceitação e adesão.

²¹⁵ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1889. p. 2-3.

²¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1889. p. 2-3.

²¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1889. p. 1.

Por fim, em 23 de novembro, é noticiada uma manifestação pela chegada do major Sólton Ribeiro – a quem, como vimos no capítulo anterior, teria sido atribuído um papel proeminente no golpe republicano, por espalhar o rumor de que havia sido ordenada pelo governo monárquico a prisão do marechal Deodoro, servindo como estopim para a revolta da classe militar. Informa-se também as adesões da Secretaria de Polícia, do Telégrafo, da União Operária e de negociantes e empregados do comércio do café, e a fundação, pelo Dr. Antonio Joaquim de Albuquerque Paes, de um clube com o título de “União Federativa dos Estados Unidos do Brasil”, com filiais, destinado a comemorar e perpetuar "a data imorredoura da Pátria livre".

Na seção “A pedidos”, havia diversas manifestações de exaltação à República, merecendo destaque a carta assinada por Manoel José de Souza Pinto que, afirmando-se militante da causa monarquista, declarava apoio ao novo governo. Ainda no dia 23, chamamos a atenção para uma nota informando que, “em homenagem aos últimos acontecimentos”, o coronel Joaquim Mendes Ourique Jacques, comandante do 10º batalhão, mandara soltar todos os presos de simples correção à sua ordem²¹⁸.

Vale ressaltar, dentro do universo de notícias sobre manifestações ocorridas nos dias subsequentes à proclamação, a importante mobilização dos estudantes. Dessa forma, como vimos, participaram ativamente das manifestações de apoio e adesão ao regime republicano estudantes da Escola Superior de Guerra, da Escola Militar, da Escola Normal, dos preparatórios e do Colégio Pedro II, assinalando-se, por sua singularidade, em especial, a adesão dos alunos desta última instituição, importante reduto da tradição monárquica. Tal fato não parecia influenciar a posição de seus alunos frente ao novo regime. Destacamos, ainda, que professores dessas instituições também prestaram sua adesão ao novo regime.

É sabido que as novas ideias científicas e republicanas, como bem demonstram Mello e Castro, alcançavam grande repercussão, principalmente entre os alunos da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra²¹⁹. No entanto, diante da ampla participação de estudantes das demais escolas nas manifestações posteriores ao 15 de novembro, seria possível supor uma difusão ainda mais importante das mesmas ideias.

²¹⁸ Gazeta de Noticias, 21 de novembro de 1889. p. 1-2.

²¹⁹ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Editora FGV, 2007.

3.2 Batalhões populares

Outra forma de manifestação de adesão à República foi a formação dos “batalhões patrióticos” que ficariam à disposição do governo provisório, para atuar na defesa da cidade e do novo governo em caso de ameaças. Assinale-se aqui que os estudantes, desta vez das faculdades de Engenharia e Medicina, formavam grande parte desses batalhões especiais.

No dia 17 de novembro, *O Paiz* noticiou a apresentação dos alunos das escolas de Medicina e Politécnica ao ministro de guerra, para constituírem-se em batalhão, a ser aquartelado sob o comando dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Era informada também a ida dos estudantes preparatorianos ao jornal, representados por uma comissão, para requisitar uma sala com o fim de se reunirem no dia posterior, e a reunião do “batalhão acadêmico”, que comparecera à Escola de Medicina para receber armamentos²²⁰.

O jornal dava particular atenção ao batalhão acadêmico, sobre o qual escreveu uma matéria mais extensa.

Às 11 horas da manhã passou pela rua do Ouvidor entre aclamações populares numeroso préstito, formado em boa ordem, dos acadêmicos da faculdade de medicina e escola politécnica, precedidos de vários de seus lentes, e na frente uma banda de música que tocava a ‘Marselheza’.

Esse brilhante préstito desfilara da faculdade onde havia celebrado sessão solene, na qual fizeram entusiásticos discursos congratulatórios os ilustrados lentes Drs. Barata Ribeiro, Domingos Freire, Erico Coelho, Chapot Prévost e o distinto clínico Dr. Bricio Filho; e onde ficou resolvida a criação de um batalhão acadêmico, que ontem mesmo devia se declarar a disposição do governo provisório para cumprir as suas ordens e faze-las cumprir.

Passando em frente à redação d’O Paiz, subiu uma comissão com o estandarte da faculdade, que recebeu das nossas sacadas as saudações do povo que se aglomerava na rua.

Depois seguindo sempre na mesma ordem de formatura, saudaram os acadêmicos as redações dos jornais, recebendo na passagem vivas entusiásticas e foram em direção ao quartel general do exército, diante do qual fizeram ato, saudando o exército.

Aparecendo a uma das janelas o Sr. Dr. Benjamim Constant, ministro da guerra do governo provisório, falou aos acadêmicos, agradecendo a sua adesão ao governo e declarando que teria gloria em comandar o brilhante batalhão acadêmico.

Seguindo o préstito e parando em frente à residência do Dr. Souza Lima, professor da faculdade de Medicina, este incorporou-se aos acadêmicos e daí seguiu o préstito até a residência do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, ao qual saudaram os acadêmicos com vivas entusiásticos e delirantes.

O chefe do governo apareceu a uma das janelas e ergueu um viva à mocidade acadêmica²²¹.

²²⁰ *O Paiz*, 17 de novembro de 1889. p. 1.

²²¹ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

A citação é longa, porém ilustrativa da forma como *O Paiz* constrói uma narrativa acerca das manifestações em favor da República. Para além da informação sobre a ocorrência do evento, o jornal qualificava a passeata do batalhão acadêmico como um “brilhante préstito”, que no prédio da redação do jornal recebera “saudações do povo que se aglomerava nas ruas”. Assinale-se que, dentre as edições disponíveis nos jornais selecionados, *O Paiz* foi o único a se utilizar de adjetivos para qualificar certas manifestações sobre as quais fez questão de escrever.

Já o *Jornal do Commercio*, no dia 19, noticiava uma reunião dos ex-cadetes e ex-oficiais inferiores do Exército para formar um batalhão que seria colocado à disposição do novo governo. Informava-se também o recebimento de armamento pelo recém-criado Batalhão Patriótico do Rio de Janeiro.²²² No dia seguinte, constava que os ex-cadetes e ex-oficiais haviam decidido integrar os “batalhões populares” já existentes²²³.

Não foram encontrados relatos sobre a formação dos batalhões na *Gazeta de Notícias*.

De toda forma, vale ressaltar o voluntariado, por parte de grupos como estudantes e ex-oficiais, na composição de tais batalhões, ainda que não se saiba se chegaram a ser acionados, embora, como informado no *Jornal do Commercio*, tenham chegado a receber armamentos.

3.3 Subscrição popular

Outra manifestação de apoio ao novo regime foi a adesão à subscrição popular, iniciada pelos alunos da Escola Militar, tendo por objetivo coletar doações para pagamento da dívida externa brasileira. Estabeleceu-se, de início, que a quantia a ser doada não seria fixa, variando segundo as possibilidades dos que dela participassem, sendo previstas contribuições únicas, quinzenais e mensais, ou na forma que preferissem os assinantes. Segundo consta, os mais diversos grupos aderiram à subscrição.

N’*O Paiz* encontramos a notícia mais completa acerca da subscrição na edição de 24 de novembro. Sob o título “*Dívida Externa*”, constavam informações sobre a iniciativa, seguida pela lista de assinantes.

²²² *Jornal do Commercio*, 19 de novembro de 1889. p. 1-2.

²²³ *Jornal do Commercio*, 20 de novembro de 1889. p. 1.

Os alunos da escola militar, esse punhado de bravos que constituem, desde o tempo do império, patriótica falange, e nobilíssimo exemplo vivo do entusiasmo, da decisão, do brio, da abnegação, do valor indômito mais de uma vez provado, ou no exaltamento com que tem oferecido o seu sangue e a vida em defesa das liberdades cívicas, ou na dedicação, com que tem procurado sustentar o bom nome a dignidade do Brasil – acabaram de dar à República a mais eloquente demonstração da sinceridade da sua adesão e do seu interesse pelas glórias que a esperam, diante da grandeza e dos créditos da nova pátria.

Imaginaram a possibilidade de pôr termo a dependência, em que vivemos, sobrecarregados por dívida extraordinária, cujos juros absorvem cada ano mais da metade das rendas do estado – entravado por isso o progresso, e adiados até os melhoramentos reputados urgentíssimo - e desde logo empreenderam a obra colossal do resgate dessa dívida por meio de subscrição popular, que logo iniciaram, e que vai correr todo o país, recebendo donativos do povo, dos ricos e dos pobres, cada um na proporção de seus haveres e de seu patriotismo.

As classes ativas da sociedade brasileira receberam com alvoroço a ideia generosa da mocidade, que, não satisfeita de se haver consagrado ao serviço da Pátria, zela os seus brios e dignidade promovendo a sua independência completa²²⁴.

Como podemos observar, ao noticiar a subscrição popular, o jornal não poupa elogios à mocidade militar. Não bastasse sua atuação na preparação do movimento que levara à instauração da República, a iniciativa da subscrição era considerada também como demonstração de sua adesão e patriotismo, por auxiliar o progresso do país, que seria desonerado da dívida externa. A notícia também remetia à recepção favorável obtida pela subscrição popular, ao referir-se às “classes ativas” que teriam recebido com alvoroço essa ideia.

Outras notícias relacionadas à subscrição popular apareceram novamente sob o título de “*Dívida Externa*”. Colaboravam neste esforço, como já apontamos, pessoas dos mais diversos grupos sociais, utilizando-se de variados meios: alguns se comprometiam a doar uma porcentagem do seu salário, outros doariam uma quantia fixa por mês ou fariam uma única doação.

Nos dias 24 e 25, *O Paiz* publicou uma lista dos doadores. No dia 24 eram informadas as seguintes adesões: dos alunos da Escola Politécnica, que se comprometiam com entradas mensais; dos oficiais do 1º batalhão de artilharia de posição da Fortaleza Santa Cruz, juntamente as suas famílias; de seções da Repartição Geral dos Correios, contribuindo com cotas mensais, nunca inferiores a 2% de seus vencimentos; dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil; dos guardas da Alfândega, que teriam feito uma coleta superior a 100\$; dos empregados da Secretaria da Polícia, que se comprometeram a doar um dia do vencimento de novembro; do cidadão Frederico Pereira da Silva, com doação de 5\$ por mês; de oficiais da escola de aprendizes-artilheiros de São João; dos funcionários da polícia do Rio de Janeiro, que se comprometeram a doar um dia do ordenado, mensalmente, durante um ano;

²²⁴ *O Paiz*, 24 de Novembro de 1889. p. 1.

dos operários da Casa da Moeda, com doação de um dia do ordenado; dos alunos da Escola Normal, oficiais de descarga da Alfândega, empregados do Correio Geral, os dois últimos contribuindo com um dia de vencimentos por mês. Ainda segundo o jornal, no mesmo dia, por volta das quatro horas da tarde, a subscrição elevava-se à quantia de 450\$000 réis²²⁵.

No dia 25 de novembro, divulgou-se uma nova lista, incluindo novas adesões. Constavam então os oficiais do corpo militar da polícia da capital; operários do Arsenal da Marinha; operários das oficinas de máquinas do Arsenal de Guerra; empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários da oficina do Engenho de Dentro, doando um dia dos seus vencimentos; empregados da Escola Politécnica, doando também um dia dos seus vencimentos; o cidadão Benjamin Wolf Moss, com doação de 1:000\$ réis; o corpo de polícia de Niterói, que fizera uma coleta; Victor Coelho de Almeida; cidadãos residentes nos subúrbios, que em reunião deliberaram fundar um grêmio para tomar a direção do eleitorado republicano, fundar escolas gratuitas e agenciar donativos para a dívida externa; inspetores do 2º distrito da freguesia de S. José; e, por fim, os empregados do laboratório pirotécnico da Marinha, com doação de 156\$000²²⁶.

Na *Gazeta de Notícias* foi veiculada no dia 22 de novembro uma nota sobre a abertura da mesma subscrição. A notícia informava apenas: “O exército iniciou ontem uma subscrição nacional para pagar a dívida externa do Brasil. A ideia partiu dos alunos da Escola Militar²²⁷”.

A iniciativa ganhou nova dimensão no dia 26 de novembro, quando foi noticiado no país ter sido organizada uma comissão provisória para promover a subscrição, a qual teria se reunido com o ministro da fazenda, Rui Barbosa. Na ocasião, o ministro teria proposto que o recolhimento fosse utilizado para pagar a dívida interna, ao invés da externa, dessa forma não prejudicando a circulação e podendo melhor atender às necessidades públicas. Segundo a notícia, a dívida interna girava em torno de 434.841.300\$ réis. Novas inscrições também foram anunciadas: de Francisco Ramos, doando 100\$ réis; João Teixeira Pinto, doando 50\$ réis; e Luiz Chapot Prévost Filho, doando 20\$ réis²²⁸.

Como é possível observar, ao longo do período analisado a lista com doações cresceu significativamente, ainda que não nos seja possível vislumbrar o valor total levantado e qual

²²⁵ *O Paiz*, 24 de novembro de 1889. p. 1.

²²⁶ *O Paiz*, 25 de novembro de 1889. p. 1.

²²⁷ *Gazeta de Notícias*, 22 de novembro de 1889. p. 1.

²²⁸ *O Paiz*, 26 de novembro de 1889. p. 1.

teria sido sua destinação final²²⁹. De todo modo, nos dias subsequentes à proclamação, a campanha obteve receptividade.

3.4 Bandeira nacional

Outra importante questão, em torno da qual giraram os debates na imprensa, foi a criação de uma nova bandeira nacional.

Quando da queda da Monarquia, houve uma intensa movimentação pela retirada dos símbolos monárquicos. Emblemas foram retirados da roupa dos oficiais, propuseram-se diversas mudanças nos nomes das ruas, sendo trocados os nomes de algumas embarcações. A respeito desta movimentação, *O Paiz*, na coluna *Foguetes*, ironizava as mudanças às pressas, feitas pelo comércio:

A mudança da forma de governo veio trazer consequências muito cômicas. Toda gente conhece a predileção que tinham certos comerciantes e industriais para enfeitar as frentes dos estabelecimentos com as armas imperiais e antepor ao título da casa o nome pomposo de “Imperial”. Pois agora calculem que trapalhada para anular tudo aquilo. Tirar o brasão do império não é o mais difícil, suprimir convenientemente ou substituir o rótulo “Imperial” é que é. Sim, porque nem sempre vale a pena pintar toda a frente da casa, ou uma tabuleta inteira, só por causa de uma palavra. (...) Daí os recursos mais ou menos engraçados. Uma casa que tinha na tabuleta “Imperial Fábrica” aproveitava o letreiro substituindo por Federal Fábrica. Engraçado e inofensivo. Outra dizia “modista de tal, fornecedora da casa imperial”. Para não perder tudo, mandou passar a brocha sobre a casa imperial e ficou “Modista de tal, fornecedora”. Fácil, mas pouco expressivo. Nas mesmas condições havia uma padaria que se anunciava “Padaria ***, fornecedora da casa imperial” e que agora expõe a tabuleta dizendo-se “Padaria ***, fornecedora da *ex* casa imperial”. Desumano *prefixo*. Havia um hotel importante, que ostentava uma tabuleta de 20 ou 30 metros de comprimento, apregoando-se em grandes letras “... primeiro do império”. Pintar toda tabuleta novamente era obra custosa... Borraram-lhe o império e ficou sendo aquele hotel o “primeiro do”... do que? Do mundo, por exemplo, ora aí está. E assim uma infinidade de coisas engraçadas encontram-se por essas nossas ruas desde o 16 de novembro²³⁰.

A citação é longa, mas expõe com humor as mudanças que se davam na cidade do Rio de Janeiro, dada a nova configuração política. Todos buscando uma forma de substituir os antigos símbolos monárquicos.

²²⁹ *O Paiz*, 22 de novembro de 1889. p. 2-3.

²³⁰ *O Paiz*, 27 de novembro de 1889. p. 1.

Mas a maior polêmica se deu em relação à nova bandeira. A princípio, a bandeira monárquica foi substituída por uma que seguia o modelo da bandeira norte-americana, com listras verdes e amarelas, e um retângulo preto com estrelas no canto esquerdo²³¹. O novo desenho causou divergências, propondo-se, então, a volta à concepção original.

José Murilo de Carvalho aponta a existência de quatro bandeiras, antes da escolha daquela que se tornaria oficial. A primeira foi levada às ruas, de forma improvisada, pelos republicanos no dia 15 de novembro, sendo hasteada por José do Patrocínio na Câmara Municipal. Seguiu o modelo, já mencionado, inspirado na bandeira americana, com o fundo de estrelas feito em preto em homenagem à raça negra. Segundo Carvalho, “pode-se inferir que fora feita pelos sócios do Clube Republicano Lopes Trovão para a recepção desse líder republicano quando regressou da Europa em 1888²³²”. Esta bandeira teria sido copiada pelos empregados do comércio, sendo utilizada em manifestações ainda no dia 15.

Uma terceira bandeira, segundo o autor, foi feita de forma independente por um oficial da marinha, que a enviou a Quintino Bocaiúva e José do Patrocínio.

Mantinha as faixas horizontais em verde e amarelo. Mas no quadrilátero, de fundo azul, colocava o Cruzeiro do Sul, circulado por vinte estrelas. As estrelas em círculo, representando os estados, eram inspiradas na bandeira imperial²³³.

Por fim, outra bandeira nacional, também seguindo o estilo americano, com o fundo do quadrilátero em azul, foi içada no navio *Alagoas*, que levou a família real à Europa. As bandeiras baseadas no modelo americano, que circularam nos primeiros dias após o 15 de novembro, não teria agradado aos positivistas, nem obtido boa recepção popular. Foi então desenhada uma nova bandeira, por Décio Villares, baseada nos princípios positivistas.

Segundo este, na primeira fase da “transição orgânica da humanidade”, deveriam ser mantidas as bandeiras vigentes, com o acréscimo da divisa política “Ordem e Progresso”. Tomou-se então a bandeira imperial, conservando-se o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul e retirando-se da calota os emblemas imperiais: a cruz, a esfera armilar, a coroa, os ramos de café e tabaco. As estrelas que circulavam a esfera foram transferidas para dentro da calota, sendo “A principal inovação (...) a introdução da divisa “Ordem e Progresso” em

²³¹ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²³² CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil*. *op. cit.* p. 111.

²³³ *Idem*. p. 112.

uma faixa que, representando o zodíaco, cruzava em sentido decrescente da esquerda para a direita²³⁴”.

A tarefa de justificar a concepção da nova bandeira recaiu sobre Teixeira Mendes, que o fez no dia 24 de novembro, em artigo no *Diario Oficial*, reproduzido em *O Paiz*.

Se adotou a representação idealizada do aspecto do céu na capital dos Estados Unidos do Brasil, no momento em que a constelação do Cruzeiro se acha no meridiano, estampando-se na direção da órbita terrestre a legenda – Ordem e Progresso.

Este símbolo corresponde a tudo quanto o outro [da antiga bandeira] tinha de essencial. Ele lembra naturalmente a fase do Brasil-colônia – nas cores azul e branca que matizam a esfera, ao mesmo tempo que esta recorda o período do Brasil-reino – por trazer à memória a esfera armilar. Desperta a lembrança da fê gloriosa dos nossos antepassados e o descobrimento desta parte da America, não já por meio de um sinal que é atualmente um símbolo de divergência, mas por meio de uma constelação cuja imagem só pode fomentar a mais vasta fraternidade; porque nela o mais fervoroso católico contemplará os mistérios insondáveis da crença medieva, e o pensador mais livre recordará o caráter subjetivo dessa mesma crença e a poética imaginação dos nossos avós. Finalmente, foi mantida a ideia de representar a independência e concurso cívicos por um conjunto de estrelas.

Suprimiram-se os ramos de tabaco e café, porque sobrecarregariam o pavilhão como uma especificação que não mais corresponde a realidade, visto que não são os únicos objetos agrícolas do comércio do Brasil, além de ocuparem um lugar secundário no mesmo comércio no ponto de vista moral. O verde e o amarelo da bandeira já representam suficientemente o aspecto industrial do Brasil, por isso que caracterizam o conjunto das produções da natureza viva e da natureza morta²³⁵.

A nova bandeira era uma continuação da antiga, criando-se dessa forma uma ligação entre o passado, colonial e imperial, e o presente, e o presente e o futuro, com a República.

No dia 26 de novembro, o jornal torna a comentar o assunto, afirmando que a conservação da antiga bandeira era sinal das “elevadas considerações” do novo governo para com o sentimento geral exposto do povo, do exército e da armada. Também a coluna *Foguetes* tratou da mudança da bandeira no dia 27:

Era uma vez uma bandeira muito conhecida, laureada em muitos feitos.

Um belo dia, mudada a forma de governo, na terra simbolizada por essa bandeira, o poder de então desmanchou-lhe todos os atributos e criou uma bandeira nova, que apenas conservava da primitiva a disposição das cores.

O povo olhou, mirou, torceu o nariz, e começou a dizer que não gostava daquela idéia.

Pois sabe o que aconteceu? Pela primeira vez, nesse país, foi ouvida pelo poder a palavra popular.

Parece mentira, mas não é. O povo falou e foi atendido. Coisa estupenda! Zé Povinho, que não estava habituado a receber essa importância, ficou admirado de si mesmo, perplexo, incrédulo. (...) Então que é isso? O Sol quando nasce é para todos; e, se até ontem andaram tapando-te o sol com uma peneira, foi justamente por tua culpa.

Tu fostes sempre um sujeito tão bonachão... (...) Ficastes habituado a crença de que não vale coisa alguma. (...) Pois não fiques tão admirado assim. *Tempora mutantur*.²³⁶”.

²³⁴ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil*. op. cit. p. 112-113.

²³⁵ *O Paiz*, 24 de novembro de 1889. p. 2.

²³⁶ *O Paiz*, 27 de novembro de 1889. p. 1.

Note-se que o que poderia ser encarado como resistência da população às mudanças foi explorado em outra linha de argumentação. A nova bandeira fora rejeitada, mas a república teria ouvido “o povo”, que foi levado em consideração. Logo, o “Zé Povinho”, acostumado a não ser ouvido, a não ter nenhuma importância, encontrava-se mais uma vez incrédulo por ter sido atendido. Os tempos eram outros, “*tempora mutantur*”, no novo regime o povo tinha voz.

Na *Gazeta de Noticias*, não foram localizadas notícias relacionadas à bandeira nacional. Já o *Jornal do Commercio*, no dia 27 de novembro, em artigo sobre os últimos atos do governo, saúda-o pela decisão em manter a antiga bandeira.

A substituição da bandeira nacional foi, como pudemos observar, outro tema sobre o qual a população parece ter se manifestado, ainda que os jornais não o tenham explorado de forma mais ampla. Enquanto o *Jornal do Commercio* apenas apoiou a decisão final quanto à concepção adotada, *O Paiz* transformou o tema em manifestação de apoio ao novo regime. Tratava-se de um regime que levava em conta o sentimento, a opinião da nação.

3.5 Reações ao redor dos estados

Além de apresentar as adesões à República nos estados, os telegramas enviados aos jornais traziam também notícias sobre manifestações populares locais. Sendo assim, é possível observar que não apenas a cidade do Rio de Janeiro, onde se deu o acontecimento, testemunhou a passeatas, bandas de música e abaixo-assinados, como já apontamos neste capítulo. Manifestações populares do mesmo teor ocorreram também nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Acompanhando os telegramas, verificamos que as manifestações ocorreram logo assim que ficou conhecida a proclamação. Outra informação comum nos telegramas são as aclamações a pessoas que assumiram cargos públicos no novo regime: governadores, delegados e juízes, entre outros.

Iniciaremos pelos telegramas recebidos pelo jornal *O Paiz*. Este, no dia 16 de novembro recebeu telegrama de São Paulo que, além de anunciar a composição do governo provisório na capital, informava que uma grande massa estava nas ruas, aclamando a República, tendo sido queimados muitos foguetes. Já no dia 17 de novembro, ainda sobre São Paulo, consta a informação da chegada do Coronel Mursa, muito aclamado pelo povo nas ruas

e por bandas de música. De Barbacena, chegava a informação de que a cidade se encontrava em festa. Também Juiz de Fora informava que a notícia da proclamação fora recebida com entusiasmo, tendo corrido às ruas, com diversos festejos. No dia posterior, 18 de novembro, informava-se ter ocorrido em São Paulo uma reunião popular, em S. Simão, na Câmara Municipal, que aderiu ao novo regime, proclamando o governo provisório municipal. Além disso, também constava que oficiais do 10º regimento tinham ido saudar o governo, acompanhados de bandas de música, tendo o povo e oficiais percorrido as ruas da cidade. Informa-se que a tiragem dos jornais aumentara grandemente, devido à procura, encontrando-se o povo satisfeito com o novo ministério. Barbacena também enviava notícias, informando que a cidade encontrava-se em festa. Em novo telegrama, mais uma vez de São Paulo, informava-se que o comércio, estudantes e artistas, acompanhados de banda de música, percorreram as ruas dando vivas, e sobre a chegada de Francisco Glicério, que fora recebido pela população.²³⁷

Já no dia 19 de novembro, *O Paiz*, para dar conta dos muitos telegramas recebidos, passa a listar apenas os nomes das cidades de onde foram enviados²³⁸.

A publicação dos telegramas é retomada no dia 22 de novembro. Informa-se então que, em São Paulo, mais de três mil operários, industriais e famílias foram saudar o governo, proclamando sua adesão. Posteriormente, unindo-se a pessoas do povo, a passeata atingiu cerca de 10 mil pessoas. Também Santos informava a preparação de festas para a República. Em Juiz de Fora, o governador, o juiz de direito, membros da Câmara, imprensa, autoridades e povo, sem distinção de classe, tinham ido esperar o barão de Santa Helena, que fora muito aclamado. No dia 24 de novembro, Ouro Preto enviava telegrama informando que a República estava firmada, e que as adesões, mensagens das autoridades e manifestações continuavam a ser recebidas. No dia posterior, de São Paulo chegava a notícia de que a Igreja dos Remédios realizara uma benção da bandeira republicana. De Ouro Preto, informava-se que Cesário Alvim fora muito vitoriado em sua chegada. Por fim, Santos informava que no dia anterior numeroso grupo percorreram as ruas, acompanhado de banda de música. No dia 26 de novembro, informava-se uma manifestação dos cocheiros de Campinas à Glicério e, no dia 29, constava a notícia de que professores e alunos de várias escolas haviam feito manifestação ao governador do estado²³⁹.

²³⁷ *O Paiz*, 16-18 de novembro de 1889. p. 1-2.

²³⁸ *O Paiz*, 19 de novembro de 1889. p. 1.

²³⁹ *O Paiz*, 22-29 de novembro de 1889. p. 1-2.

Na *Gazeta de Noticias*, constava, no dia 18 de novembro, telegrama enviado de São Paulo, informando que a chegada de Glicério fora acompanhada por grande multidão e banda de música. No dia 21, também vindo de São Paulo, um telegrama informava a ida da classe industrial saudar o novo governo. De Barbacena, chegava a informação de que em Santa Rita de Ibitipoca o 15 de novembro fora comemorado com grande entusiasmo. São Paulo informava que, no mesmo dia, mais de 200 nomes haviam sido inscritos no batalhão patriótico. No dia 23 de novembro, Juiz de Fora trazia um convite da comissão de festejos ao povo do município para os festejos do final de semana. São João Del Rei informava mensagem de adesão a Deodoro dos empregados da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e de Sete Lagoas vinha a notícia de que a nomeação do governo provisório fora recebida com muito entusiasmo. No dia 24 de novembro, informava-se que, em São Paulo, a Loja Maçônica America votara uma moção aplaudindo a proclamação. De Alambary de S. Paulo, chegava a notícia de que uma banda de música tocava marselhesa, dando vivas ao novo governo, tendo aderido ao novo governo liberais e conservadores. Também em Juiz de Fora havia festejos em homenagem à República²⁴⁰.

O *Jornal do Commercio*, da mesma forma, publicou diversos telegramas comunicando as adesões. No dia 17, constava telegrama de Juiz de Fora, informando a aclamação ao novo delegado de polícia – Azaria José de Andrade – pelo povo. No dia 20, de Campinas, informava-se estarem ocorrendo todos os dias “manifestações públicas de regozijo pela Proclamação da República”; de São Paulo, ter-se realizado um banquete, oferecido pelos alunos da Escola Politécnica no Hotel Paulista, para a imprensa republicana, além de manifestações da colônia portuguesa, de banqueiros nacionais e estrangeiros, da colônia inglesa, das escolas superiores e Normal e do corpo de permanentes, saudando o novo governo. Era relatada ainda a ida de “grande multidão” à Câmara Municipal, acompanhada de banda de música, pedir a mudança dos nomes de algumas ruas. No dia 21 de novembro, era mencionada, via telegrama, uma “imponentíssima manifestação” ao governo, feita por industriais, proprietários, empregados, operários de ambos os sexos e grande número de familiares, totalizando cerca de 500 pessoas. No dia posterior, era informada a chegada de Francisco Glicério a Campinas, que fora recebido com muito entusiasmo. Já de Guaratinguetá, chegavam informações de que o governo local aderira à República, em meio a grandes aclamações do povo. No dia 23 de novembro, informava-se a realização, em Santos, de uma passeata em júbilo pela República. No dia seguinte, noticiavam-se os festejos em Juiz

²⁴⁰ *Gazeta de Noticias*, 18-24 de novembro de 1889. p. 1-2.

de Fora, com festa, passeata e bandas de músicas. Por fim, no dia 26 era informada a chegada de Cesário Alvim a Ouro Preto, onde fora recebido por 3 mil pessoas e, no dia 29, constava a notícia da ida de professores e alunos cumprimentar o novo governo²⁴¹.

Como podemos notar, muitos dos telegramas repetiam-se nos diferentes jornais. De toda forma, a imagem que passam é que não só a cidade do Rio de Janeiro estava em festa pelo advento da República, mas também nos estados estavam ocorrendo um grande número de manifestações de adesão e em homenagem ao novo governo.

Os telegramas informam também a adesão de algumas cidades à subscrição popular, já mencionada acima. Sendo assim, podemos então visualizar uma espécie de unidade entre as manifestações populares entre a capital e ao redor, nos estados. Eram passeatas, abaixo-assinados, saudações aos novos governos que se instalavam, comissões de festejos e festa que se organizavam. A imagem retratada pelo jornais, tanto pelas notícias quanto por telegramas, na cidade do Rio de Janeiro e nos estados (Minas Gerais e São Paulo, especialmente), é a de uma festa, com a participação de uma população entusiasmada e favorável ao novo governo.

Note-se que nenhum dos três jornais analisados mostrou-se hostil ao novo governo. Mesmo o *Jornal do Commercio*, de perfil conservador, apresentou um discurso de aceitação – ainda que não de exaltação – do novo regime. Já a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* foram amplamente favoráveis à República, saudando e exaltando o acontecimento. Ainda que pegassem não representar os interesses de nenhum partido específico ou pela neutralidade, há tempos cediam espaço em suas folhas para a propaganda republicana.

Tais evidências abrem espaço para uma importante reflexão acerca da participação popular na Proclamação. Ainda que no dia 15 a sensação fosse de surpresa diante dos acontecimentos, houve sim, por iniciativa de diversos grupos e indivíduos, manifestações de adesão ao novo regime e festejos pela República, juntamente com a oferta da prestação de serviços ao novo governo. Na coluna intitulada “Nova Pátria”, de *O Paiz*, no dia 18 de novembro de 1889, publica-se:

Cheio de convicções, rodeado de toda a tranquilidade, senhor de si e dos seus direitos, o povo brasileiro levanta hinos festivos à pátria renascida com o batismo de completa liberdade. (...) As ruas foram percorridas por grupos precedidos de bandas de música, saudando todos à República, ao exército e armada e ao povo brasileiro²⁴².

²⁴¹ *Jornal do Commercio*, 17-29 de novembro de 1889. p. 1-2.

²⁴² *O Paiz*, 18 de novembro de 1889. p. 1.

A *Gazeta de Noticias* também evidenciou o caráter festivo da população. No dia 21 de novembro de 1889, na coluna “15 de Novembro”, publicou:

Bem dizíamos nós que aos dias de ansiedade iam seguir-se outros muitos de festas. Efetivamente já muitas classes sociais se prepararam para festejar o advento da República. Como pano de amostra vamos tendo passeatas cívicas realizadas quase todos os dias, e comissões que vão saudar o governo provisório²⁴³.

Vale ressaltar que, se ambas as folhas buscaram construir uma narrativa favorável à República, o que influencia na forma como as notícias são publicadas, mas, mesmo levando tal fato em consideração, é forçoso reconhecer que tais manifestações de fato ocorreram.

Deve ser assinalado também o perfil diversificado da população que se manifestou favorável ao regime. Além das adesões pessoais, verificamos entre os que foram citados nos jornais, a presença de professores, alunos, diretores e funcionários da administração das escolas da corte; do Centro Positivista; de negociantes – que recorreram à Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro para realizarem manifestações ao governo; comerciantes e trabalhadores no comércio do café – incluindo ensacadores, comissários, corretores, entre outros trabalhadores; empregados da Repartição Geral dos Telégrafos; guardas noturnos; classe operária; classe médica; integrantes da Guarda Nacional; ex-cadetes e ex-oficiais do exército; empregados da Estrada de Ferro Dom Pedro II; a colônia alagoana; empregados da Câmara Municipal; as diretorias dos Bancos Crédito Real e Predial e do Banco Agrícola; membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e Hospital dos Lázaros; secretaria de polícia; viação Central do Brasil; Companhias Sorocabana e Bahia e Minas; e professores da Faculdade de Medicina.

Destacamos, assim, a heterogeneidade deste grupo de manifestantes, não restrita a apenas uma parcela da sociedade, incluindo operários, membros da elite, profissionais liberais, membros de irmandades, entre outros, representados ou não por suas associações, apontando para a participação da população de um modo geral.

Obviamente, nem toda a população participou das manifestações. *O Paiz* calculava 300 pessoas compondo o Batalhão Comercial, e a *Gazeta* mencionava 1.000 pessoas desfilando com o Batalhão Patriótico, mas não podemos tomar tais estimativas como definitivas. Pode-se sugerir, no entanto, que o número de participantes nestas manifestações não fosse inexpressivo, configurando certo grau considerável de protagonismo. Desta forma, recupera-se a crítica feita por Maria Tereza Chaves de Mello à interpretação canônica da frase de

²⁴³ *Gazeta de Noticias*, 21 de Novembro de 1889, p. 1.

Aristides Lobo, tomada como uma demonstração do desapareço da população pela República, e coloca-se em questão a apatia da população. A população pode não ter “proclamado” ou “instaurado” a República, que mantém, portanto, seu caráter de ato militar. No entanto, colaborou – e foi decisivamente chamada a colaborar, ao menos nos textos de imprensa –, comparecendo ativamente nos atos de reconhecimento do novo governo e do novo regime.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Primeira República ainda suscita diversas discussões historiográficas. Na última metade do século passado, diversos foram os autores que revisitaram o tema, fazendo um balanço das interpretações existentes. Novos caminhos foram percorridos e diferentes pesquisas foram realizadas de forma a compreender melhor a passagem da Monarquia para a República e a instauração do novo regime. Procuramos nesse sentido apresentar algumas das colaborações para o estudo do tema, apontando como cada autor trabalhou a questão da proclamação da República e a queda do antigo regime. Por outro lado destacamos também como as narrativas construídas pela imprensa influenciaram as obras referenciais sobre o período escritas por autores que acompanharam a transição do sistema monárquico para o governo republicano. O discurso da imprensa foi eternizado nos livros. Dessa forma, buscamos evidenciar o importante papel exercido pela imprensa na formação de opiniões sobre a República recém-proclamada.

Desde 1880 a imprensa passava por diversas transformações. As redações começavam a adquirir uma feição empresarial. Invenções como o telégrafo permitiram maior rapidez na transmissão de notícias. A neutralidade e a imparcialidade já faziam parte das preocupações do discurso jornalístico: a notícia devia transmitir a verdade dos fatos. Dessa forma, havia uma preocupação em informar os pormenores, localizar o ocorrido, apontar personagens. Mesmo assim era muito forte o caráter político-panfletário desta imprensa. Veículo de difusão e formação de opinião pública, a imprensa teve um importante papel na legitimação do regime ao veicular um discurso positivo sobre a proclamação da República. Conscientes do alcance de suas opiniões e do papel pedagógico que exerciam, os jornalistas buscavam, através de seus artigos, guiar a opinião pública.

Buscando o discurso elaborado pela imprensa no calor da hora, analisamos as notícias publicadas entre o dia 15 e 30 de novembro de 1889 em três jornais importantes jornais da cidade do Rio de Janeiro – *O Paiz*, *Gazeta de Noticias* e *Jornal do Commercio*. Constatamos que todos veicularam um discurso positivo acerca da República nascente, mas, ainda assim, era possível observar a construção de três narrativas distintas sobre o acontecimento. As lutas de memória em torno da proclamação da República iam muito além de instituir um mito de origem, um herói do movimento. Configuravam disputas de poder em torno de diferentes

projetos de República. Estas foram construídas cotidianamente nos jornais, ao apresentarem suas narrativas do acontecimento.

Ao saudar o novo governo, *O Paiz*, colocou como centro da sua narrativa “o povo”, procurando descaracterizar o movimento como unicamente militar e ressaltando a participação popular na derrubada do regime monárquico.

Já a *Gazeta de Noticias* procurou construir a ideia de uma unidade militar. Em unidade de pensamento, a classe militar teria iniciado o movimento que levou à deposição da monarquia. Sendo por anos injustiçada e desconsiderada pelo governo monárquico, a classe militar reuniu-se contra o regime. Nesse caso, o personagem central de sua narrativa era Benjamin Constant, líder do movimento.

Por fim, o *Jornal do Commercio* ressaltou, também, o caráter militar da instauração do novo governo. A proclamação da República era vista como um movimento militar que teve por resultado a queda do gabinete 7 de Junho e a instauração do regime republicano.

A partir do discurso veiculado por pelos periódicos é possível observar que tanto *O Paiz* quanto a *Gazeta de Noticias* apoiaram, e mais que isso, exaltaram a mudança de regime e a instauração do novo governo. Já o *Jornal do Commercio*, ainda que tenha se pretendido neutro, manifestou em seus artigos a aceitação ao novo regime. Os militares, como destacou a *Gazeta de Noticias*, tiveram um importante papel na instauração do novo governo. Isto não significava porém que a República precisava ser uma república militar, desde que se atendesse às demandas deste grupo, antes tão renunciado pela monarquia. Nesse sentido, a República dava a oportunidade para a renovação das elites que governavam o país.

Instaurada a República, era preciso lidar com a presença da família real. Convidada a se retirar em carta enviada ao Imperador pelo marechal Deodoro de Fonseca, a família real partiu para a Europa. Mantendo os benefícios pecuniários de que gozava, o governo ofereceu-lhe ainda 5\$000.00 réis para auxiliá-la a estabelecer-se no local escolhido para o exílio. A imprensa carioca apoiou esta decisão, satisfeita com as deferências com que o Imperador e sua família foram tratados. Ainda que o governo monárquico fosse amplamente criticado, Dom Pedro II gozava de uma posição respeitosa. Seu caráter e seu amor pela pátria não foram questionados. Assim sendo, o procedimento do novo governo em relação à família real foi apoiado nos diversos jornais.

Apesar de ter ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, o novo regime precisava do reconhecimento dos outros estados para que se mantivesse no poder. A partir dos jornais publicados na então capital, é possível acompanhar as numerosas adesões das cidades e

estados. Uma grande quantidade de telegramas foi enviada aos jornais analisados, informando a adesão e a formação dos governos estaduais e municipais.

Por vezes, os jornais da capital transcreveram notícias de outros periódicos informando como fora recebida a notícia da proclamação ao redor do país. Com a rapidez do telégrafo, a distância entre as estados não foi uma barreira.

Proclamada a República e anunciado o novo ministério, *O Paiz*, a *Gazeta de Noticias* e o *Jornal do Commercio* noticiavam que as ruas haviam sido tomadas por passeatas, festas e música e que, saudando o regime republicano, a população saíra às ruas. Manifestando sua posição e aderindo ao novo governo, representantes de diversos setores foram até o ministério prestar seus cumprimentos, entregar abaixo-assinados de adesão e saudar a mudança de regime. A marselhesa foi tocada sem parar. Voluntários formaram batalhões patrióticos, oferecendo seus serviços ao governo. Pelo que consta nos jornais, seu contingente teria sido de fato utilizado para patrulhar alguns locais específicos. Preocupados com a dívida externa do país, alunos da Escola Militar abriram uma subscrição popular para saldá-la. Muitos teriam sido os que contribuíram, mensalmente ou em quantia única. Essas manifestações não ocorreram somente na cidade do Rio de Janeiro. A partir das notícias publicadas nos jornais, tomamos conhecimento das adesões e manifestações ocorridas em diversos municípios e nos estados. Neste sentido, a análise das notícias, telegramas, editoriais e demais textos veiculados nos jornais nos permite questionar a ideia de uma população apática frente ao acontecimento e desinteressada pela política formal. O que procuramos demonstrar foi que, na narrativa construída nesses jornais e também nas notícias, demonstrava-se que a população reconheceu o novo governo e, para além disso, celebrou sua instauração.

Como podemos observar, estas celebrações configuravam um padrão. Desfiles, com bandas de música que tocavam, em geral, a Marselhesa e saudavam o novo governo, conformavam, assim, uma espécie de ritual de comemoração.

Sendo assim, ao longo deste trabalho procuramos mostrar como a imprensa carioca noticiou a proclamação da República e como o discurso por ela elaborado foi de grande importância para a legitimação do regime, fruto de um golpe.

Também na luta pela memória do novo regime a imprensa teve papel primordial, construindo um discurso positivo sobre o acontecimento, contribuindo para a aceitação e a consolidação do novo regime. Em suas páginas se delinearam as primeiras narrativas sobre o evento, narrativas estas que foram eternizadas pelos primeiros livros de História acerca do tema e influenciaram grande número de trabalhos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, n. 26, p. 1-14. 2009.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

_____. *História Cultural da Imprensa, Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CAPELATO, Maria Helena R. *História e Imprensa do Brasil*. São Paulo : Contexto, 1988.

CARVALHO, Joaquim José de. *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1889.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ELEUTÉREO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FONSECA, Godin da. *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; LESSA, Monica Leite (Orgs). *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____; CORRÊA, Maria Leticia. Introdução. In: _____. *200 anos de Imprensa no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *Imprensa e educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do primeiro reinado (1827-1832)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - UEM, 2008.

GOMES, Angela Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj-Vértice, 1988.

_____. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: _____. MOURÃO, Alda (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 55-93.

_____. Rascunhos de história imediata. In: _____. SCHMIDT, Benito Bisso. (Orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. 1. ed. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Ed. FGV; Ed. UFRGS, 2009, v. 1.

_____. FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

_____. PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da Primeira República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007

LEMO, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 401-444.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição de uma "ética da atualidade". In: _____. ROCHA, Helenice; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 367-389.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 285-303.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Edur, 2007.

_____. “A modernidade republicana”. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, v.13, n.26, p.15-31, 2009.

MOREL, Marco. O surgimento da imprensa no Brasil. *Maracanan* – Revista do Programa de Pós Graduação da UERJ, n. 3, p. 17-30, 2005/2007.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *7 de setembro de 1822: a Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2010.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília; São Paulo: Editora UnB; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SILVA, Eduardo. Introdução. In: *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília: Senado Federal, 1986.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 1979.

SILVEIRA, Urias Antonio da. *Galeria histórica da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert & C. 1890.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas – 1890/1922*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. *A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890/1922*. In: *Anais do IV Congresso ALAIC Ciencias de la comunicaci3n: Identidades y Fronteras. Anais...* S3o Paulo: USP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Hist3ria da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STARLING, Heloisa; LYNCH, Christian. *República/Republicanos*. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *L3xico da Hist3ria dos Conceitos Pol3ticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FONTES

Fontes prim3rias:

Gazeta de Noticias, de 15 a 30 de novembro de 1889 – IHGB (RJ)

Jornal do Commercio, de 15 a 30 de novembro de 1889 – Biblioteca Nacional (RJ)

O Paiz, de 15 a 30 de novembro de 1889 – Biblioteca Nacional (RJ)